U.PORTO

MESTRADO INTEGRADO

ARQUITETURA

Património e Reuso:

Estratégias Contemporâneas de Intervenção em Estruturas Monásticas (Évora, Coimbra e Braga)

Joana Maria Costa Coelho

M

2026



Património e Reuso:

Estratégias Contemporâneas de Intervenção em Estruturas Monásticas (Évora, Coimbra e Braga)

Joana Maria Costa Coelho

Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura apresentada à Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto a 5 de novembro de 2026.

Júri da Prova Pública de Defesa da Dissertação:
Presidente: Professor Doutor José Maria da Silva Lopes
Arguente: Doutor Pedro Murilo Gonçalves de Freitas
Orientadora: Professora Doutora Teresa Sofia Barbot Faria da Cinha Ferreira

O júri atribuiu a classificação final de 19 (dezanove) valores.

Nota Prévia:

A presente Dissertação foi redigida ao abrigo do Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, em vigor desde 2009. Excetuam-se as transcrições de texto ou de traduções em português, nas quais se mantém a grafia original. As citações originalmente escritas em línguas estrangeiras foram traduzidas livremente pela autora, de modo a assegurar a continuidade da leitura. Em parte, as imagens apresentadas foram redimensionadas, cortadas e editadas, sempre que tal se considerou necessário. Todos os desenhos produzidos para os Capítulos 2 e 3 têm por base cópias dos desenhos originais, interpretados pela autora. O *layout* do documento foi pensado para ser visualizado em duas páginas.

Agradecimentos

À minha orientadora, Professora Doutora Teresa Cunha Ferreira, pelo acompanhamento, pela disponibilidade e pela partilha de conhecimento.

Ao Professor José Paulo dos Santos, pelo material disponibilizado sobre a intervenção no Convento dos Lóios e pelos esclarecimentos prestados.

À Arquiteta Maria Manuel Oliveira, por me ter dado a conhecer o Convento de S. Francisco de Real e pela partilha de informação sobre a intervenção.

Ao Arquiteto Bruno de Matos, pelo tempo despendido em conversa sobre território e regeneração, que contribuiu para enriquecer este trabalho.

Ao atelier Carrilho da Graça Arquitectos e à Câmara Municipal de Coimbra, pela cedência de documentação relativa à intervenção no Convento de S. Francisco.

À minha família, pelo apoio incondicional, aos meus amigos e ao Diogo, o meu sentido agradecimento.

Abstract

This dissertation investigates contemporary adaptive reuse strategies applied to monastic structures in Portugal, starting from the issue of the abandonment of these complexes following the dissolution of the religious orders. The study focuses on the analysis of three case studies: the Convent of the Lóios in Évora, by José Paulo dos Santos (1993-1996); the Convent of São Francisco in Coimbra, by João Luís Carrilho da Graça (1996–2016); and the Convent of São Francisco de Real in Braga, by Maria Manuel Oliveira (2015–2024).

The methodology combines different methods and analytical tools, with drawing playing a central role as a research instrument. The first phase involves the collection of information on the historical development of the monastic complexes and their respective intervention processes through bibliographical and archival research. The second phase consists of an in-depth analysis of the three case studies through the processing and redrawing of graphic documentation, with particular emphasis on red and yellow drawings as an essential tool for interpreting intervention strategies. Finally, a comparative analysis of the selected cases is undertaken, focusing on the dialectic between the new and the existing.

Through this analytical framework, the dissertation seeks to understand interventions in monastic structures as a practice that goes beyond an isolated act upon the architectural object, recognizing the building as a living organism capable of acting as a catalyst for the regeneration of the urban fabric and the surrounding landscape.

Keywords: Adaptive reuse; Built heritage; Monastic structures

Resumo

A presente dissertação investiga estratégias contemporâneas de reuso adaptativo aplicadas a estruturas monásticas em Portugal, partindo da problemática do abandono destes complexos após a extinção das Ordens Religiosas. O estudo centra-se na análise de três casos de estudo: o Convento dos Lóios, em Évora, de José Paulo dos Santos (1993–1996), o Convento de S. Francisco, em Coimbra, de João Luís Carrilho da Graça (1996–2016), e o Convento de S. Francisco de Real, em Braga, de Maria Manuel Oliveira (2015–2024).

A metodologia cruza diferentes métodos e instrumentos de análise, destacando-se o desenho como ferramenta de investigação. Numa primeira fase, procede-se à recolha de informação sobre a evolução dos conjuntos monásticos e respetivos processos de intervenção, recorrendo a pesquisa bibliográfica e de arquivo. Numa segunda fase, procede-se à análise dos três casos de estudo, mediante o tratamento e redesenho de documentação gráfica, com especial destaque para as plantas de vermelhos e amarelos como instrumento essencial para leitura das intervenções. Por fim, desenvolve-se uma análise comparada dos casos selecionados, centrada na dialética entre o novo e o antigo.

Através deste percurso analítico, procura-se compreender as intervenções em estruturas monásticas como uma prática que vai para além de um ato isolado sobre o objeto arquitetónico e que reconhece o edifício como um organismo vivo, capaz de atuar como motor de regeneração do tecido urbano e da paisagem.

Palavras-chave: Reuso adaptativo; Património construído; Estruturas monásticas

Índice

Introdução 11

Capítulo 1: Das Teorias de Intervenção às Estratégias Contemporâneas de Reuso 19
1.1. | Reuso adaptativo e casos internacionais 21
1.2. | Intervenção em conjuntos monásticos em Portugal 33
1.3. | Espaço monástico 41

Capítulo 2: Três Conventos 51
2.1. | Convento dos Lóios, Évora - José Paulo dos Santos (1993-1996) 53
Paisagem, Lugar, Preexistência 56
Estratégia de Projeto 60
Tectónica, Materialidade, Detalhe 64

2.2. | Convento de S. Francisco, Coimbra - João Luís Carrilho da Graça (1996-2016) 69
Paisagem, Lugar, Preexistência 72
Estratégia de Projeto 76
Tectónica, Materialidade, Detalhe 82

2.3. | Convento de S. Francisco de Real, Braga - Maria Manuel Oliveira (2015-2024) 87
Paisagem, Lugar, Preexistência 90
Estratégia de Projeto 96
Tectónica, Materialidade, Detalhe 102

Capítulo 3: Análise Comparada 107
3.1. | Paisagem, Lugar, Preexistência 109
3.2. | Estratégia de Projeto 113
3.3. | Tectónica, Materialidade, Detalhe 117

Considerações finais 121
Epílogo: Do Reuso Adaptativo à Regeneração Territorial 123

Índice de imagens 127
Referências bibliográficas 137
Anexos 142

Introdução

Num *"contexto marcado por um consumo de recursos sem precedentes, que exige práticas mais sustentáveis"*,[1] e em que a indústria da construção constitui *"o maior consumidor de recursos e matérias-primas a nível mundial"*,[2] a reutilização do património construído surge como possível resposta estratégica.

Ao prolongar a vida útil dos edifícios e ao conservar os materiais e a energia neles incorporada, o reuso adaptativo (ou *adaptive reuse*) apresenta-se como uma alternativa à demolição e à nova construção. Contudo, para além da redução do impacto ambiental, a intervenção no construído deve assegurar a continuidade dos valores da preexistência e *"manter o carácter histórico e cultural distintivo do edifício"*.[3]

Esta noção parte de uma compreensão alargada de património que Françoise Choay (1925–2025) observa. O conceito deixou de se limitar à categoria do monumento histórico para abranger *"todos os objectos naturais, todas as obras culturais, materiais e imateriais, todas as tradições, atividades (e) crenças"*.[4] O *Documento de Nara sobre a Autenticidade* (1994) reforça este entendimento ao admitir que a autenticidade não se avalia apenas através da forma e da matéria, podendo considerar também *"o uso e a função, as tradições e técnicas, a localização e a envolvente, o espírito e o sentimento"*.[5]

1. FERREIRA, Teresa Cunha – Projecto Editorial Novo/Antigo. In FERREIRA, Teresa Cunha, coord. - *Fernando Távora: Obras/Works. Novo/Antigo - New/Old*. Porto : FAUP; CEAU; Edições Afrontamento; FIMS, 2023, p. 5.
2. FOSTER, Gillian - Circular economy strategies for adaptive reuse of cultural heritage buildings to reduce environmental impacts. *Resources, Conservation & Recycling.* Vol. 152 (2020), p. 2.
3. Ibidem, p. 3.
4. CHOAY, Françoise - *Património e Mundialização.* 2.ª ed. Évora : Editora Licorne/CHAIA, 2009, p. 17.
5. ICOMOS - The Nara Document on Authenticity (1994). In *International Charters for Conservation and Restoration: Monuments & Sites I.* München : ICOMOS, 2004, p. 118.

É precisamente deste entendimento, que ultrapassa o objeto arquitetónico isolado e reconhece as diferentes relações que constituem a preexistência, que surge a motivação desta dissertação. Partindo de um interesse pela reabilitação do património construído e, em particular, pela complexidade das estruturas monásticas,[6] a investigação evoluiu de uma atenção inicial às intervenções arquitetónicas de referência para uma reflexão mais abrangente sobre as relações entre arquitetura e território.

Esta perspetiva holística revela-se particularmente pertinente no estudo dos conjuntos monásticos. Historicamente, estes complexos organizaram-se como sistemas territoriais, articulando edifícios, estruturas produtivas, percursos e áreas agrícolas, com estratégias de gestão inteligente dos recursos e de autossustentabilidade que ainda hoje constituem lições para a intervenção no construído e na paisagem.

Neste sentido, a presente dissertação propõe estudar estratégias contemporâneas de reuso adaptativo aplicadas a estruturas monásticas em Portugal. A escolha deste objeto permite ligar a escala do edifício ao território e colocar uma questão que ultrapassa a simples adaptação funcional: como intervir sobre um conjunto cuja identidade resulta de relações históricas entre arquitetura e lugar?

A partir desta problemática e perante o contexto de urgência climática, importa ainda questionar de que forma a intervenção nestes complexos pode ultrapassar a resposta à obsolescência e constituir uma prática capaz de conservar recursos e de atuar como motor de regeneração do tecido urbano e da paisagem.

6. Este interesse desenvolveu-se durante o estudo do Couto de Leça do Balio, realizado no âmbito da Unidade Curricular de História da Arquitetura Portuguesa, na FAUP, que evidenciou a importância de compreender as estruturas monásticas para além da configuração dos edifícios.

Objeto

Consideram-se objeto de estudo três projetos de reabilitação em estruturas monásticas portuguesas: o Convento dos Lóios, em Évora, de José Paulo dos Santos (1993-1996); o Convento de S. Francisco, em Coimbra, de João Luís Carrilho da Graça (1996-2016); e o Convento de S. Francisco de Real, em Braga, de Maria Manuel Oliveira (2015-2024).

A seleção destes casos resultou da elaboração de um inventário de estruturas monásticas e procurou construir uma amostra heterogénea da prática arquitetónica no território nacional (ver Anexo). Os projetos localizam-se em Évora, Coimbra e Braga, permitindo observar estratégias de intervenção desenvolvidas em contextos territoriais distintos, respetivamente rural, urbano e periurbano. Abrangem um período de aproximadamente três décadas, refletindo a evolução da prática arquitetónica nos últimos trinta anos, e são da autoria de três arquitetos que pertencem a diferentes escolas de arquitetura e desenvolveram linguagens próprias, o que enriquece o confronto crítico entre abordagens. Por fim, embora partilhem a tipologia monástica e partam de um estado de abandono, correspondem a programas de natureza distinta, nomeadamente, turística, cultural e educativa, evidenciando diferentes estratégias de reutilização programática. Adicionalmente, foi considerada a disponibilidade de documentação escrita e gráfica que permitisse reconstituir os respetivos processos de projeto.

Objetivos

A dissertação tem como objetivo compreender as estratégias contemporâneas de reuso adaptativo aplicadas a estruturas monásticas. Para isso, procura identificar os princípios de projeto subjacentes às intervenções dos casos de estudo, bem como compreender de que modo estas podem ultrapassar uma abordagem meramente objetual, estabelecendo uma continuidade crítica entre a preexistência e os novos programas, conciliada com a preservação e a eventual reativação das relações espaciais, paisagísticas e territoriais que fundamentam a sua identidade.

Para o concretizar, a investigação parte de um enquadramento teórico e da caracterização do espaço monástico enquanto estrutura que articula edifício, cerca, água, espaços produtivos e paisagem.

Metodologia

A investigação desenvolve-se em três fases, nomeadamente, inventariação, análise dos casos de estudo e análise comparada, articulando diferentes métodos e instrumentos de trabalho.

Numa primeira fase, procede-se à construção de um inventário de intervenções em estruturas monásticas, abrangendo o período compreendido entre a afirmação da reabilitação de património em Portugal, na década de 1980, e a atualidade. Esta ferramenta para seleção de casos de estudo apoia-se nos pressupostos metodológicos do projeto *Atlas of Architectural Heritage Design: Contributions from the School of Porto (H-ATLAS.Porto)*,[7] desenvolvido na Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto sob a coordenação de Teresa Cunha Ferreira. O *H-ATLAS.Porto* propõe identificar, documentar e analisar criticamente intervenções no património construído por arquitetos formados na Escola do Porto, recorrendo à construção de um inventário georreferenciado, ao cruzamento de fontes escritas, gráficas e orais e ao desenho enquanto instrumento de investigação.

Numa segunda fase, realiza-se a seleção dos três casos de estudo e a análise dos mesmos, através do cruzamento de diferentes fontes e instrumentos de trabalho. A investigação integra, num primeiro momento, revisão bibliográfica a par de pesquisa de arquivo. Acede-se a documentação gráfica e a processos de projeto disponibilizados pelos *ateliers* e entidades envolvidas, destacando-se o contributo dos arquitetos Maria Manuel Oliveira e José Paulo dos Santos, pela disponibilidade e acessibilidade do material cedido. Nesta fase, o trabalho de campo foi fundamental, particularmente através da visita ao Convento de S. Francisco de Real, cujo projeto de intervenção ainda não se encontrava documentado nem analisado em nenhuma publicação.

Durante a investigação, o desenho foi utilizado como instrumento central, especificamente, na análise e no tratamento do material gráfico original de cada caso de estudo. Este método foi ainda reforçado pela abordagem adotada no projeto editorial *Novo/Antigo. Fernando Távora. Obras*,[8] cuja metodologia

7. H-ATLAS.PORTO - *Atlas of Architectural Heritage Design: Contributions from the School of Porto*. Porto : Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2022-2024. Disponível em WWW:https://heritageatlasporto.arq.up.pt/about/

assenta na narrativa crítica e cronológica do processo de intervenção, utilizando o desenho como instrumento de investigação. A leitura comparada de plantas, cortes e alçados permitiu identificar permanências, demolições e adições, destacando-se a elaboração de plantas de vermelhos e amarelos, que possibilitaram representar, de forma sistemática, as estratégias de intervenção adotadas em cada projeto.

Numa terceira fase, os casos são colocados em confronto através de uma análise comparada, que procura identificar semelhanças, diferenças e princípios comuns, que permitam compreender as diferentes abordagens de projeto. Estabelecem-se conclusões sobre as diversas relações estabelecidas entre o novo e o antigo e sobre o modo como cada intervenção articula a adaptação funcional com os valores materiais, espaciais e territoriais da preexistência.

Estrutura

A metodologia construída ao longo da investigação vai refletir-se determinantemente na estrutura da Dissertação.

O **Capítulo 1: Das Teorias da Intervenção às Estratégias Contemporâneas de Reuso** estabelece a base teórica utilizada na análise. O primeiro subcapítulo apresenta uma introdução das teorias de intervenção no construído até às atuais práticas de reuso adaptativo. Este enquadramento assume deliberadamente um carácter breve e não pretende constituir uma história exaustiva do restauro ou da reabilitação, mas identificar os conceitos e autores necessários à compreensão das posições contemporâneas perante a preexistência. O segundo subcapítulo aborda a evolução das intervenções em conjuntos monásticos portugueses após a extinção das Ordens Religiosas. O terceiro caracteriza o espaço monástico enquanto sistema territorial, funcional e simbólico, apresentando os elementos que serão posteriormente observados nos casos.

O **Capítulo 2: Três Conventos** desenvolve a análise individual dos três casos de estudo segundo uma matriz de análise que foi definida a partir da abordagem desenvolvida no projeto *Novo/Antigo. Fernando Távora. Obras*.

8. FERREIRA, Teresa Cunha, coord. - *Fernando Távora: Obras/Works. Novo/Antigo - New/Old.* Porto : FAUP; CEAU; Edições Afrontamento; FIMS, 2023.

Adotam-se os seguintes parâmetros:

i) ***Paisagem, Lugar e Preexistência***: considera a implantação dos conjuntos e a sua relação com a topografia, a paisagem, a cerca e as estruturas hidráulicas;

ii) ***Estratégia de Projeto***: centra-se nas decisões que orientam a adaptação da preexistência ao novo programa, analisando as permanências, adições e demolições;

iii) ***Tectónica, Materialidade e Detalhe***: aproxima a análise da escala construtiva, observando a relação entre os elementos existentes e os novos sistemas construtivos, materiais e detalhes.

O **Capítulo 3: Análise Comparada** coloca os três casos de estudo em confronto. Retomando os três parâmetros acima enunciados, procura identificar semelhanças, pontos de contacto e especificidades e refletir sobre a relação entre o antigo e o novo e a adaptação funcional.

O trabalho termina com o **Epílogo: Do Reuso Adaptativo à Regeneração Territorial**, que assume um carácter prospetivo e corresponde a uma reflexão pessoal desenvolvida a partir dos resultados da investigação. Parte-se da hipótese de que a reutilização de estruturas monásticas poderá constituir uma oportunidade para recuperar relações históricas entre arquitetura, recursos e paisagem, abrindo a discussão para uma conceção do património enquanto estrutura dinâmica e potencialmente regeneradora do território.

Capítulo 1: Das Teorias de Intervenção às Estratégias Contemporâneas de Reuso

Partindo da problemática de como transformar e adaptar a preexistência preservando os valores e as relações que fundamentam a sua identidade, o presente capítulo percorre a evolução das principais posições sobre a intervenção no construído, desde a sistematização do debate sobre o restauro no século XIX até às estratégias contemporâneas de reuso. Este percurso permite identificar diferentes formas de estabelecer a relação entre preexistência e transformação, que constituem posteriormente a base teórica para a leitura dos casos de estudo.

Num segundo momento, esta reflexão é aproximada ao objeto específico da investigação, através do enquadramento da transformação dos conjuntos monásticos em Portugal.

Por fim, caracteriza-se o espaço monástico enquanto estrutura que articula edifício, cerca, água, sistemas produtivos e paisagem, estabelecendo os parâmetros que sustentam a análise dos três casos de estudo.

1.1. | Reuso adaptativo e casos internacionais

Embora a noção de reuso adaptativo tenha adquirido particular relevância nas últimas décadas, a adaptação e a reutilização de estruturas existentes *"tem feito parte do desenvolvimento humano desde o início"*. Contudo, foi sobretudo a partir do século XIX que a intervenção sobre o construído começou a conceptualizar-se "*de forma quase sistemática, procurando-se para ela determinados princípios"*.[9]

Num contexto de fortes transformações políticas e sociais, estabeleceu-se um debate polarizado entre as posições de Eugène-Emmanuel Viollet-le-Duc (1814-1879) e John Ruskin (1819-1900). Para Viollet-le-Duc, *"restaurar um edifício não é mantê-lo, repará-lo ou refazê-lo, é restabelecê-lo num estado completo que pode nunca ter existido num dado momento"*.[10] O restauro visava restituir a unidade formal e estilística do monumento, completando-o de acordo com a sua lógica original. O resultado não tinha de corresponder a um momento histórico efetivamente comprovado, podendo constituir uma configuração ideal e coerente que nunca tivesse existido. A intervenção deveria ainda assegurar a adequação do edifício a uma função, pois *"o melhor meio para conservar um edifício é encontrar para ele uma destinação"*.[11]



Fig. 1. Cidade fortificada de Carcassonne, França, intervenção de Eugène-Emmanuel Viollet-le-Duc, iniciada em 1852.

9. STAHEL, Walter R. - Reuse and the Circular Economy. In BAKER-BROWN, Duncan - *The Re-use Atlas: A Designer's Guide Towards a Circular Economy.* 2.ª ed. Londres : RIBA Publishing, 2024, p. X.
10. VIOLLET-LE-DUC, Eugène-Emmanuel. *Dictionnaire raisonné de l'architecture française du XIe au XVIe siècle.* Tome VIII. Paris: A. Morel, 1869, p. 14.
11. Ibidem, p. 31.



Fig. 2. Authentic vs. Restored (OMA). Na exposição Cronocaos (Veneza, 2010; Nova Iorque, 2011), Rem Koolhaas (1944) põe em evidência a oposição entre as duas posturas. À esquerda, Autêntico: *"Não nos enganemos neste assunto importante: tal como ressuscitar os mortos, é impossível restaurar qualquer coisa que já tenha sido grande ou bela em arquitetura."* - John Ruskin, 1849. À direita, Restaurado: *"Restaurar um edifício não é repará-lo, nem mantê-lo, nem reconstruí-lo; é restabelecer nele um estado que nunca existiu."* - Eugène Viollet-le-Duc, 1855



Fig. 3. Porta Ticinese, Milão, intervenção de Camillo Boito, 1856-1858.

Por oposição, Ruskin recusava o restauro por considerar que a autenticidade do edifício residia na sua matéria, nas marcas do tempo e no trabalho daqueles que o construíram. No seu livro *The Seven Lamps of Architecture* (1849), afirma que o restauro representa *"a mais completa destruição que um edifício possa sofrer"*.[12] Em alternativa à reconstrução, Ruskin defendia a conservação e a manutenção preventiva: *"Cuidai devidamente dos vossos monumentos e não tereis necessidade de os restaurar"*.[13] A sua posição valorizava, assim, a preservação da matéria existente e o envelhecimento do edifício enquanto testemunhos da sua história.

O arquiteto italiano Camillo Boito (1836–1914) procurou uma posição intermédia entre as duas perspetivas, ao conciliar a conservação defendida por Ruskin com a possibilidade de intervir no monumento. Embora considerasse *"uma lógica impiedosa"* aceitar que um edifício, quando não pudesse ser conservado intacto, devesse *"morrer de sua morte natural"*,[14] rejeitava também as reconstruções estilísticas associadas a Viollet-le-Duc, advertindo que *"o arbítrio é uma mentira, uma falsificação do antigo, uma armadilha posta aos vindouros"*.[15] Por isso, privilegiava a conservação e a consolidação relativamente à reconstrução, defendendo que os monumentos deveriam ser *"antes consolidados do que reparados, antes reparados do que restaurados"*.[16]

12. RUSKIN, John - *The Seven Lamps of Architecture*. Boston : Dana Estes & Company, [s.d.], p. 184.
13. Ibidem, p. 186.
14. BOITO, Camillo - *Os Restauradores: conferência feita na Exposição de Turim em 7 de junho de 1884*. Trad. Paulo Kühl e Beatriz Kühl. 3.ª ed. Cotia, SP : Ateliê Editorial, 2008, p. 57.
15. Ibidem, p. 58.
16. BOITO, Camillo - Carta del restauro. Voto conclusivo do III Congresso dos Engenheiros e Arquitetos Italianos. Roma, 1883, ponto 1.

Em caso de acrescentos inevitáveis, Boito teorizou a distinção entre antigo e novo como princípio da intervenção, determinando que estes deveriam *"demonstrar não ser obras antigas, mas obras de hoje"*.[17] Essa distinguibilidade deveria ser assegurada através de materiais distintos, da simplificação das formas e da identificação da data da intervenção, evitando que o observador confundisse os novos elementos com a construção histórica. O novo deveria permanecer reconhecível enquanto intervenção contemporânea, sem imitar o antigo nem competir visualmente com a preexistência.

Aloïs Riegl (1858-1905) desloca o debate do restauro para o reconhecimento dos diversos valores atribuídos aos monumentos. Em *O Culto Moderno dos Monumentos* (1903), distingue os valores de rememoração, entre os quais o valor de antiguidade e o valor histórico, dos valores de contemporaneidade, entre os quais o valor de uso e o valor artístico. Esta classificação amplia a compreensão do monumento, uma vez que "*não é sua destinação original que confere a essas obras o significado de monumentos, somos nós, sujeitos modernos, que a atribuímos"*.[18]

Em meados do século XX, Cesare Brandi (1906-1988) introduz os pressupostos do restauro crítico, articulando as dimensões histórica e estética da obra. O autor entende o restauro como *"o momento metodológico"* em que estes dois aspetos se articulam e que parte *"do reconhecimento da obra de arte na sua consistência física e na sua dupla polaridade estética e histórica"*.[19] Assim, a intervenção assume um caráter crítico, associado ao conhecimento dos valores materiais, históricos e estéticos da preexistência.

Os princípios desenvolvidos no debate sobre o restauro são consolidados internacionalmente na Carta de Veneza (1964), que reafirma o princípio da distinguibilidade entre o novo e a preexistência, já desenvolvido por Camillo Boito. A carta estabelece que os novos elementos deveriam *"integrar-se harmoniosamente no conjunto",* mas permanecer *"distinguíveis do original"*.[20] A intervenção deveria preservar as *"contribuições válidas de todas as épocas"*, afastando-se da procura de *"uma unidade de estilo"*.[21]

17. BOITO, Camillo - *Os Restauradores: conferência feita na Exposição de Turim em 7 de junho de 1884.* Trad. Paulo Kühl e Beatriz Kühl. 3.ª ed. Cotia, SP : Ateliê Editorial, 2008, p. 61.
18. RIEGL, Aloïs - *Le culte moderne des monuments. Son essence et sa genèse.* Paris : Seuil, 1984, p. 43.
19. BRANDI, Cesare. - *Teoria del restauro.* Roma: Edizioni di Storia e Letteratura, 1963, p. 17.
20. ICOMOS - Carta Internacional sobre a Conservação e o Restauro dos Monumentos e Sítios: Carta de Veneza. Veneza : ICOMOS, 1964, art. 12.º.
21. Ibidem, artigo 11º.

Esta diferenciação entre o antigo e o novo, já presente na distinção de Riegl entre valor de contemporaneidade e valor de antiguidade, mantém-se central no debate do século XX. Ignasi de Solà-Morales (1942–2001) reconhece uma *"clara relação entre o diagnóstico de Riegl (...) e o trabalho dos arquitetos do movimento moderno quando se confrontam com materiais históricos",* onde o contraste se apresenta *"como categoria básica da relação entre velha e nova arquitetura"*.[22]

O contraste assentava no confronto entre formas, texturas e materiais, permitindo que o passado e o presente se reconhecessem através da sua diferenciação. Contudo, Solà-Morales considera que o predomínio do contraste *"como fundamento do efeito estético nos problemas da intervenção pertence já ao passado"*,[23] subsistindo apenas como uma das possibilidades para estabelecer uma relação entre a arquitetura histórica e a arquitetura contemporânea. Por sua vez, a analogia estabelece uma relação simultânea de diferença e semelhança, na qual se procura reconhecer as estruturas significativas da preexistência e utilizá-las como *"pauta analógica do novo artefacto edificado"*.[24]

Solà-Morales demonstra esta abordagem no campo da analogia através de quatro intervenções. Na ampliação dos Tribunais de Gotemburgo (1913–1937), Erik Gunnar Asplund retoma o sistema de pátios, o ritmo dos vãos e a composição da fachada do edifício antigo, estabelecendo uma *"analogia entre os dados considerados relevantes na estrutura antiga e as formas propostas para a nova ampliação"*. Em Castelvecchio, Verona (1957–1967), Carlo Scarpa recorre a



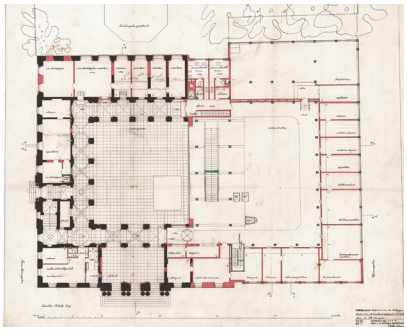
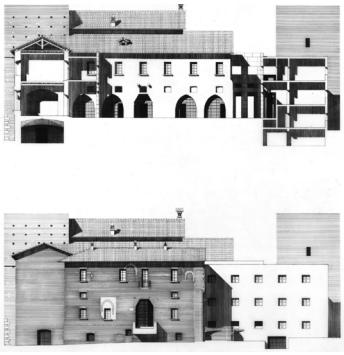


Fig. 4-5. Tribunais de Gotemburgo, ampliação de Erik Gunnar Asplund, 1913-1937.

22. SOLÀ-MORALES, Ignasi de - Del contraste a la analogía: transformaciones en la concepción de la intervención arquitectónica. *Lotus International.* N.º 46 (1985), p. 40.
23. SOLÀ-MORALES, Ignasi de - Teorías de la intervención arquitectónica. *Quaderns d'Arquitectura i Urbanisme.* N.º 155 (1982), p. 15.
24. SOLÀ-MORALES, Ignasi de - Del contraste a la analogía: transformaciones en la concepción de la intervención arquitectónica. *Lotus International.* N.º 46 (1985), p. 42.







um procedimento narrativo e fragmentário, criando *"situações de afinidade"* entre o edifício histórico e os novos elementos. No Castelo de Abbiategrasso (1970), Giorgio Grassi procura na arquitetura existente uma *"correspondência dimensional, tipológica e figurativa"* entre as partes antigas e as partes novas. Por fim, na ampliação do Banco de Espanha, em Madrid (1980), Rafael Moneo segue *"as leis do próprio edifício, a sua lógica compositiva e a organização construtiva e espacial existente"*, tornando a analogia *"ténue, quase impercetível"*.[25] A partir destes exemplos percebemos que a analogia consiste nas diferentes formas de interpretar a preexistência como referência para a intervenção.

Antón Capitel (n. 1947), em *Metamorfosis de monumentos y teorías de la restauración* (1988) introduz a noção de *"metamorfose"* para abordar as transformações acumuladas pelos monumentos ao longo do tempo. Neste processo, as sucessivas alterações passam a integrar a própria história da arquitetura, uma vez que *"os acrescentos a um monumento são testemunhos da verdadeira história do edifício"*.[26]

A relação entre a nova arquitetura e a preexistência é também abordada por Francisco de Gracia (n. 1948), que entende a arquitetura como uma *"ação modificadora"* considerando que "*todo edifício pode ser interpretado como uma modificação de um lugar"*.[27] Na relação entre o novo e o antigo, De Gracia identifica três possibilidades topológicas, nomeadamente, inclusão, interseção e exclusão, consoante o novo elemento seja integrado na preexistência, intersete os seus limites ou se mantenha espacialmente separado. Segundo o autor, estas relações constituem bases operativas para a composição e o projeto.

25. Ibidem, p. 50.
26. CAPITEL, Antón - *Metamorfosis de monumentos y teorías de la restauración.* Madrid : Alianza Editorial, 1988, p. 11.
27. DE GRACIA, Francisco - *Construir en lo construido: la arquitectura como modificación.* Donostia-San Sebastián : Editorial Nerea, 1992, p. 187.

Fig. 6. Museu de Castelvecchio, Verona, intervenção de Carlo Scarpa, 1957-1967.

Fig. 7. Castelo de Abbiategrasso, intervenção de Giorgio Grassi, 1970.

Fig. 8. Banco de Espanha, Madrid, ampliação de Rafael Moneo, 1980.

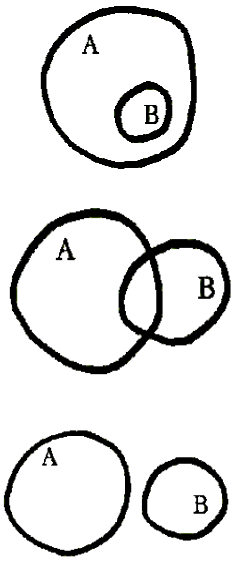


Fig. 9. Esquemas de inclusão, interseção e exclusão, Francisco de Gracia, *Construir en lo construido: la arquitectura como modificación*, 1992.

Para além destas relações formais, o autor distingue diferentes níveis de intervenção sobre a preexistência, entre os quais a *"modificação circunscrita"* e a *"modificação do locus"*. A primeira corresponde à intervenção que se *"circunscreve ao edifício, mais em termos de particularidade objetual"*, podendo compreender operações *"desde o restauro até à ampliação moderada, passando pela transformação da sua estrutura interna"*.[28] A segunda, pelo contrário, considera intervenções que vão para além do edifício e atuam sobre o lugar em que este se insere.

De Gracia entende o *locus* como *"o sistema de relações que caracteriza esse lugar"*[29] e admite que a intervenção pode alterar essas relações e, inclusive, o *genius loci.* Este termo, desenvolvido por Christian Norberg-Schulz (1926–2000), recupera a expressão romana que designa o *"espírito do lugar"*. O autor entende o lugar para além da sua localização, como resultado das relações entre as suas componentes naturais e construídas, defendendo assim que *"o ato básico da arquitetura é, portanto, entender o espírito do lugar"*.[30]

Paralelamente a este alargamento da compreensão da arquitetura à sua relação com o lugar, o próprio conceito de património conhece uma progressiva ampliação. Françoise Choay (1925-2025) analisa que o termo deixou de se limitar

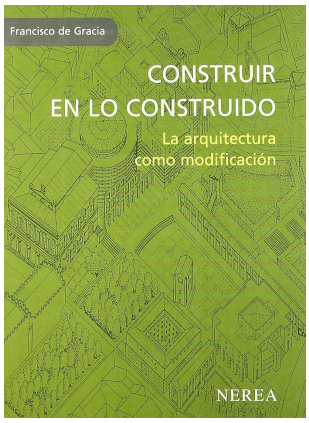
ao monumento histórico e passou a abranger *"todos os objetos naturais, todas as obras culturais, materiais e imateriais, todas as tradições, atividades (e) crenças pertencentes a um passado distante e cada vez mais recente"*.[31] Choay caracteriza este processo como uma *"tripla extensão - tipológica, cronológica e geográfica - dos bens patrimoniais"*.[32] A extensão tipológica integrou novas categorias, como a arquitetura menor, vernacular e industrial; a extensão cronológica incluiu construções de períodos cada vez mais recentes; e a extensão

28. DE GRACIA, Francisco - *Construir en lo construido: la arquitectura como modificación.* Donostia-San Sebastián : Editorial Nerea, 1992, p. 189.
29. Ibidem, p. 178.
30. Ibidem, p. 189.
31. NORBERG-SCHULZ, Christian - *Genius Loci: Towards a Phenomenology of Architecture.* Nova Iorque : Rizzoli, 1980, p. 23.
32. CHOAY, Françoise - *Património e Mundialização.* 2.ª ed. Évora : Editora Licorne/CHAIA, 2009, p. 17.
33. CHOAY, Françoise - *A Alegoria do Património.* Trad. Luciano Vieira Machado. 5.ª ed. São Paulo : Estação Liberdade; Editora UNESP, 2006, p. 15.

geográfica alargou esta atuação à escala mundial. O património deixou também de se limitar ao edifício isolado, passando a abranger conjuntos edificados, bairros, aldeias e cidades.

A Carta de Cracóvia (2000) aprofunda esta compreensão ao definir o património como *"o conjunto das obras do homem nas quais uma comunidade reconhece os seus valores específicos e particulares e com os quais se identifica"* e como resultado de uma *"dialéctica entre os diferentes momentos históricos e os respectivos contextos socioculturais"*.[34]

Para além disto, Choay alerta para os efeitos do *"crescimento exponencial"* do público e das atuações sobre o património, criticando a sua *"preservação museológica"*. Defende a recuperação de um *"património vivo"*,[35] sem ser conservado como um objeto isolado, integrado nas dinâmicas culturais e sociais do presente. Esta ideia encontra expressão na própria Carta de Cracóvia, que admite a introdução de novos elementos quando necessários à continuidade de utilização, desde que estes *"exprimam a linguagem da arquitetura atual"*[36] e sejam compatíveis com os espaços e com o significado do património, respeitando todas as fases construtivas do edifício.



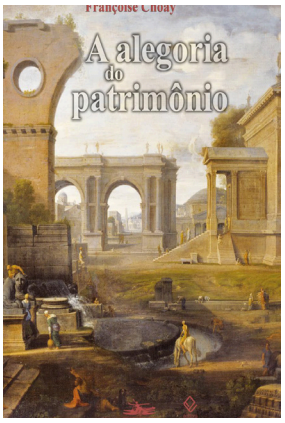




Fig. 10. Capa de *Construir en lo construido: la arquitectura como modificación,* de Francisco de Gracia, 1992.

Fig. 11. Capa de *Património e Mundialização*, de Françoise Choay, edição portuguesa, 2009.

Fig. 12. Capa de *A Alegoria do Património,* de Françoise Choay, edição portuguesa, 1999.

34. CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE CONSERVAÇÃO - *Carta de Cracóvia 2000: princípios para a conservação e o restauro do património construído.* Cracóvia, 2000, art. 1.º, p. 2.
35. CHOAY, Françoise - *A Alegoria do Património*. Lisboa : Edições 70, 1999, p. 11-13.
36. CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE CONSERVAÇÃO - *Carta de Cracóvia 2000: princípios para a conservação e o restauro do património construído.* Cracóvia, 2000, art. 4.º, p. 2.

Reuso Adaptativo

Desde a década de 1990, Anne Lacaton (n. 1955) & Jean-Philippe Vassal (n. 1954) têm desenvolvido uma prática assente na valorização e transformação do existente, sintetizada no princípio *"Never demolish, never remove or replace, always add, transform, and reuse"*.[37]



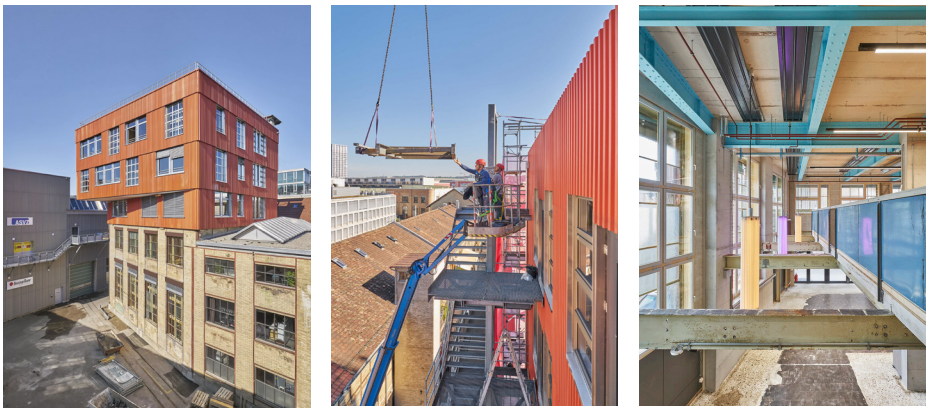
Fig. 13. Place Léon Aucoc, Bordéus, intervenção de Anne Lacaton e Jean-Philippe Vassal, 1996.

Na Place Léon Aucoc, em Bordéus (1996), perante uma encomenda para a requalificação do espaço, os arquitetos concluíram que *"a qualidade, o encanto e a vida já existem"* e que *"o embelezamento não tem lugar aqui"*,[38] recusando uma transformação que não acrescentaria valor. Neste caso, a intervenção resulta do reconhecimento de que nem sempre é necessário acrescentar ou substituir para qualificar uma preexistência.

Neste contexto de valorização e transformação do existente, Bie Plevoets (n. 1979) e Koenraad Van Cleempoel (n. 1961) propõem uma definição de reuso adaptativo mais abrangente, como *"um processo de revalorização ou de procura de um novo equilíbrio entre diferentes tipos de valores"*.[39] Mais do que a simples atribuição de uma nova função, o reuso adaptativo implica uma negociação entre os valores herdados da preexistência e as novas exigências funcionais, espaciais e programáticas.

Nas últimas décadas, para além deste equilíbrio de valores, a valorização do reuso adquiriu também uma dimensão ambiental, associada ao reuso dos recursos materiais e da energia incorporada no construído. A arquiteta Barbara Buser (n. 1954) entende o edificado como uma reserva de recursos que permitem prolongar o ciclo de vida dos materiais e reduzir a necessidade de novas extrações. Esta abordagem traduz-se nos 5 R - Recusar, Reduzir, Reutilizar, Reciclar e Reinventar - e no princípio *Form Follows Availability,* segundo o qual *"a disponibilidade dos materiais molda a arquitetura"*,[40] fazendo dos recursos existentes uma condicionante do próprio projeto.

37. HUBER, David - *Game Changers 2016: Housing. Metropolis.* (Jan. 2016), p. 8.
38. LACATON, Anne; VASSAL, Jean-Philippe - *Beyond Relief. Artforum International*. (2015), p. 343.
39. PLEVOETS, Bie; VAN CLEEMPOEL, Koenraad - *Adaptive Reuse of the Built Heritage: Concepts and Cases of an Emerging Discipline.* Londres : Routledge, 2019, p. 5.
40. BUSER, Barbara - Mais do que Casas. Conferência realizada na Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. Porto, 2023.



Este princípio é evidente no K.118, em Winterthur, desenvolvido pelo atelier *Bauburo in situ* entre 2018 e 2021. A ampliação do edifício industrial incorporou materiais provenientes de outras construções, demonstrando que a reutilização pode operar simultaneamente à escala do edifício e dos seus componentes. O processo inverte a lógica convencional de projeto: *"primeiro vem a procura, depois a construção"*.[41] A reutilização exige um processo de projeto aberto à disponibilidade dos recursos, uma vez que *"reutilizar materiais implica projetar incrementalmente"*[42] e cada novo material encontrado pode colocar em causa decisões anteriormente tomadas.

Para que esta lógica seja possível, são necessárias práticas como as desenvolvidas pelo coletivo belga *Rotor Deconstruction*, que tornam evidente que a reutilização dos recursos existentes exige mecanismos capazes de identificar, desmontar, inventariar e reintegrar elementos construtivos em novos ciclos de utilização.[43] A *Rotor DC* resultou de experiências iniciadas em 2013 e autonomizou-se como cooperativa por volta de 2016. A sua prática assenta numa *"auditoria de recuperação"*: antes da demolição, visita o edifício, lista os elementos com potencial de reutilização e documenta a sua quantidade e estado.[44]





Fig. 14-16. K.118, Winterthur, intervenção de *Baubüro in situ*, 2018-2021.

Fig. 17-18. Elementos construtivos recuperados pela Rotor DC, Bruxelas, para posterior reutilização

41. STRICKER, Eva; BRANDI, Guido; SONDEREGGER, Andreas [et al.] - *Reuse in Construction: A Compendium of Circular Architecture*. Zurique : Park Books, 2022, p. 35.
42. Ibidem, p. 39.
43. ESTREICHER, Clément; PIERONI, Natalia - *Studio Reuse: Ein Pavillon für die Wiederverwendung*. Zurique : Library of Reuse, 2024, p. 20.
44. ROTOR DC. - *About us*. (Consult. 25 set. 2026). Disponível em: https://rotordc.com/about-us

Neste sentido, a extensão da vida útil dos edifícios constitui uma estratégia de circularidade, uma vez que preserva *"a água, a energia e os materiais incorporados nos bens"*[45] e, ao prolongar a sua vida útil, reduz o consumo de recursos e os resíduos produzidos no fim do ciclo de utilização. O reuso deixa de se referir apenas à continuidade funcional de um edifício e passa a abranger os processos de reintegração dos materiais que o constituem.

Contudo, esta lógica circular implica ainda considerar o destino futuro dos elementos introduzidos pela própria intervenção. Felix Heisel e Dirk E. Hebel defendem uma conceção da construção orientada para sucessivos ciclos de utilização, em que os edifícios podem ser entendidos como depósitos temporários de recursos.[46] Reutilizar o construído não significa apenas prolongar a vida da matéria existente, mas evitar também que a intervenção contemporânea comprometa futuras possibilidades de adaptação, desmontagem e reutilização.

Esta lógica encontra expressão no projeto de habitação social IBAVI 2104, em Palma de Maiorca, do atelier Harquitectes, encomendado pelo Instituto Balear da Habitação.[47] No lote existia uma escola devoluta de três pisos, com paredes estruturais de pedra e lajes de betão e cerâmica, que teve de ser demolida por incumprimento urbanístico e mau estado de conservação. O atelier tratou os resíduos como recurso para a nova construção, numa estratégia de *urban mining* em que os materiais provêm da própria preexistência. Cerca de 140 m³ de cerâmica e betão foram aplicados nas fundações e cerca de 160 m³ de pedra foram transformados em aproximadamente 3.000 blocos de betão,[48] que formam paredes estruturais. Os resíduos deixaram de ser entendidos como matéria descartável e passaram a constituir um recurso para a nova construção.

45. STAHEL, Walter R. - Reuse and the Circular Economy. In BAKER-BROWN, Duncan - *The Re-use Atlas: A Designer's Guide Towards a Circular Economy.* 2.ª ed. Londres : RIBA Publishing, 2024, p. XIII.
46. HEISEL, Felix; HEBEL, Dirk E. - *Building Better - Less - Different: Circular Construction and Circular Economy.* Berlim/Boston : Birkhäuser, 2022, p. 22–23.
47. STIRWORLD. - *H Arquitectes'social housing in Spain takes an 'urban mining' approach to building*. Disponível em https://www.stirworld.com/see-features-h-arquitectes-social-housing-in-spain-takes-an-urban-mining-approach-to-building
48. HARQUITECTES. *Social Housing 2104*. (Consult. 25 set. 2026). Disponível em https://www.harquitectes.com/en/proyectos/ibavi-2104/



Deste percurso resulta uma ampliação progressiva do significado da intervenção no construído. A adaptação funcional do edifício passa a articular-se com o reconhecimento dos seus valores históricos, espaciais e materiais, com a preservação dos recursos incorporados e com a capacidade de estabelecer uma relação crítica entre permanência e transformação. O reuso adaptativo deixa de responder apenas à obsolescência funcional e passa a integrar uma reflexão mais ampla sobre a continuidade dos recursos e das relações estabelecidas pela preexistência.

Esta mudança de escala encontra um possível enquadramento na reflexão de Stefano Mancuso (n. 1965). Em *Fitópolis: la ciudad viva* (2004), o autor observa que as cidades contemporâneas assentam predominantemente em fluxos lineares de matéria e energia, caracterizados por elevados níveis de desperdício e dependência de recursos externos.[49] Ainda que esta reflexão não incida diretamente sobre o reuso adaptativo, interessa aqui por permitir alargar a discussão da escala do edifício à escala territorial.

Interpretar o reuso adaptativo numa perspetiva circular implica "*reparar, preservar, adaptar e redistribuir o existente"*, defendendo simultaneamente *"o cuidado do espaço e dos seus ocupantes"*. *"O reuso faz avançar o existente; projeta cidades, edifícios e materiais para novas esferas de atuação"*.[50] É a partir desta compreensão, que permite considerar a preexistência a diferentes escalas, que se enquadra o estudo das estruturas monásticas.

Fig. 19-21. Habitação Social IBAVI 2104, Palma de Maiorca, intervenção do Harquitectes, 2025

49. MANCUSO, Stefano - *Fitópolis: la ciudad viva.* Barcelona: Galaxia Gutenberg, 2024, p. 104.
50. Ibidem

1.2. | Intervenção em conjuntos monásticos em Portugal

Tendo estabelecido os princípios internacionais que orientam a intervenção no património construído, importa compreender a evolução das intervenções em conjuntos monásticos no contexto português. Para tal, é necessário reconhecer as circunstâncias históricas que determinaram a perda das funções originais destas estruturas e a sua progressiva adaptação a novos usos.

A extinção das Ordens Religiosas, decretada em 1834, alterou profundamente o destino de numerosos conventos e mosteiros portugueses.[51] A dimensão e a localização estratégica destes conjuntos no território levaram ao seu envolvimento direto nas ações militares, sendo muitos deles ocupados, saqueados ou transformados em posições defensivas. Várias estruturas monásticas foram incendiadas, abandonadas ou devastadas, acelerando a degradação de um património que, até então, desempenhava um papel central na organização social e territorial do país.[52]

No século XX, a afirmação de políticas de salvaguarda e de valorização patrimonial introduziu uma nova etapa na intervenção sobre estes conjuntos. Em 1929, a criação da Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) institucionalizou uma atuação sistemática sobre o património arquitetónico, num período em que a sua instrumentalização procurava *"restabelecer a confiança e a coesão nacionais"*.[53]

51. IHRU; IGESPAR - *Património arquitectónico: edifícios conventuais capuchos.* KIT05, versão 1.0. Dez. 2010, p. 15.
52. CASANOVA, Maria José - O lugar no habitar conventual ou a fortuna dos conventos: ramos franciscanos na cidade do Porto e destino após a extinção. In ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da; MONTERROSO MONTERO, Juan Manuel, coords. - *História da Arquitetura: Perspetivas Temáticas (II). Mosteiros e Conventos: Formas de (e para) Habitar.* Porto : CITCEM, 2023, p. 59.
53. CUSTÓDIO, Jorge, coord. - *100 Anos de Património: Memória e Identidade. Portugal 1910-2010.* Lisboa : IGESPAR, 2010, p. 168.





Muitos imóveis classificados, entre os quais mosteiros e conventos, encontravam-se *"desprovidos de ocupação"*, o que, associado à sua *"tipologia, escala e localização, colocava sérios problemas de gestão e conservação"*.[54] Assim, a partir deste momento, a permanência destes edifícios passou a depender da sua capacidade de encontrar novas formas de utilização.

É neste contexto que se inicia a conversão de conjuntos monásticos em pousadas. A rede de Pousadas de Portugal começou nos anos 40, no âmbito da política de promoção turística desenvolvida por António Ferro e pelo Secretariado de Propaganda Nacional, estendendo-se, na década de 1950, aos monumentos classificados. Em 1952, o Castelo de Óbidos foi o primeiro monumento a ser convertido em pousada pela DGEMN.

Nestas intervenções, *"os problemas da recuperação e, sobretudo, da conservação e valorização do património"* associavam-se ao objetivo de *"dar uma utilidade a conventos ou castelos"* que facilitasse a sua manutenção.[55] A atuação assentava numa conceção do monumento enquanto testemunho do passado e símbolo da identidade nacional, procurando uma unidade de estilo associada à construção de uma imagem idealizada do edifício. Deste modo, o monumento adquiria um sentido evocativo enquanto "obra-símbolo" da Nação, privilegiando uma *"unidade de estilo e da antiguidade de cada imóvel histórico"* que facilitasse a sua manutenção.[56]

54. Ibidem, p. 168.
55. FERNANDES, José Manuel – Pousadas de Portugal: obras de raiz e em monumentos. In CALDAS, João Vieira, ed. - *Caminhos do Património 1929-1999.* Lisboa: DGEMN; Livros Horizonte, 1999, p. 160.
56. CUSTÓDIO, Jorge, coord. - *100 Anos de Património: Memória e Identidade. Portugal 1910-2010.* Lisboa : IGESPAR, 2010, p. 170.

Fig. 22-23. Castelo de Óbidos convertido a pousada, 1952

No contexto das pousadas instaladas em edifícios históricos, esta abordagem produziu interiores de carácter histórico, apoiados em mobiliário e elementos decorativos de cariz revivalista e imitativo de modelos do passado. Pretendia-se criar um *"ambiente evocativo"*, no qual a adaptação funcional se articulava com uma representação seletiva e idealizada da História.[57]

Esta atitude começa a ser questionada à medida que os princípios internacionais de conservação se consolidam. Em 1940, as críticas às operações de *"reintegração estilística"* e aos *"complementos ambientais/urbanos"* tornam-se mais incisivas, acompanhadas por uma progressiva deslocação dos valores *"da forma e do estilo, para a matéria e a história"*.[58]

Nos anos 60, surge *"um novo conceito de intervenção que se exprimiu na Carta de Veneza: a intervenção nova deve manter-se higiénica e claramente diferente da antiga"*.[59] A Carta de Veneza, de 1964, reconhece simultaneamente que a conservação dos monumentos pode ser favorecida pela sua adaptação a uma função útil à sociedade, desde que esta não altere a disposição ou a decoração do edifício.[61] Deste modo, a adaptação funcional passa a ser entendida como uma possível estratégia de conservação, desde que seja compatível com os valores arquitetónicos e históricos da preexistência.

Contudo, esta aplicação conduziu também a interpretações excessivamente rígidas, produzindo intervenções que *"neutralizavam a preexistência, tomada como pano de fundo, lugar estabilizado e intocável"*.[60] Portanto, adaptação funcional não correspondia necessariamente a uma interpretação das diferentes fases e valores acumulados pelo edifício.





Fig. 24-25. Interiores da Pousada Castelo de Estremoz, Alentejo

57. FERNANDES, José Manuel - Pousadas de Portugal: obras de raiz e em monumentos. In CALDAS, João Vieira, ed. - *Caminhos do Património 1929-1999.* Lisboa : DGEMN; Livros Horizonte, 1999, p. 162.
58. CUSTÓDIO, Jorge, coord. - 1*00 Anos de Património: Memória e Identidade. Portugal 1910-210.* Lisboa : IGESPAR, 2010, p. 172.
59. COSTA, Alexandre Alves - A arte de construir a transformação. *Estudos/Património.* N.º 3 (2002), p. 126.
60. ICOMOS - *Carta Internacional sobre a Conservação e o Restauro dos Monumentos e Sítios: Carta de Veneza*. Veneza : ICOMOS, 1964, art. 5.º.
60. COSTA, Alexandre Alves - A arte de construir a transformação. *Estudos/Património.* N.º 3 (2002), p. 126.







Fig. 26-28. Pousada de Santa Marinha da Costa, Guimarães, intervenção de Fernando Távora, 1972-1985

A partir dos anos 70, o debate desloca-se progressivamente da simples diferenciação formal para a interpretação das circunstâncias específicas de cada preexistência. Reconhece-se que *"cada caso é um caso"* e que a transformação exige *"um rigoroso e exaustivo reconhecimento histórico e arqueológico do edifício a transformar"*.[61] Em Portugal, esta mudança acompanha a abertura democrática e a descentralização da tutela patrimonial, num período em que a intervenção conhece *"uma inusitada heterogeneidade de abordagens"*.[62]

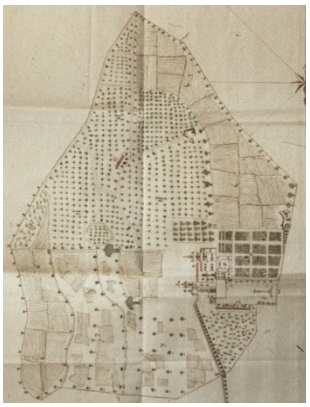
Intervir passa a significar *"trabalhar e moldar a preexistência, usá-la como matéria de projecto"*, reconhecendo o *"fluir da história"*[65] e aceitando sobreposições e linguagens de diferentes períodos. A intervenção contemporânea passa a resultar da interpretação das estruturas, permanências e transformações acumuladas pelo edifício.

A Pousada de Santa Marinha da Costa, em Guimarães, intervencionada por Fernando Távora entre 1972 e 1985, constitui um momento particularmente significativo desta mudança. José Manuel Fernandes identifica nesta obra uma alteração na forma de abordar as pousadas instaladas em monumentos, afastando-se das anteriores soluções de caráter historicista.[63] Távora *"trabalha e molda a preexistência, usa-a como matéria de projecto",*[64] reconhecendo as diferentes fases da sua transformação e incorporando-as no projeto.

A partir da Revolução de Abril de 1974, esta alteração ocorre também a nível institucional. A intervenção no património deixa de depender exclusivamente da DGEMN, que perde progressivamente o protagonismo que detivera ao longo de mais de quarenta anos.[66]

61. Ibidem, p. 126.
62. CUSTÓDIO, Jorge, coord. -*100 Anos de Património: Memória e Identidade. Portugal 1910-2010*. Lisboa : IGESPAR, 2010, p. 174.
63. COSTA, Alexandre Alves - A arte de construir a transformação. *Estudos/Património.* N.º 3 (2002), p. 126.
64. FERNANDES, José Manuel - Pousadas de Portugal: obras de raiz e em monumentos. In CALDAS, João Vieira, ed. - *Caminhos do Património 1929-1999.* Lisboa : DGEMN; Livros Horizonte, 1999, p. 179.
65. COSTA, Alexandre Alves - A arte de construir a transformação. *Estudos/Património.* N.º 3 (2002), p. 127.
66. CUSTÓDIO, Jorge, coord. - 1*00 Anos de Património: Memória e Identidade. Portugal 1910-2010*. Lisboa : IGESPAR, 2010, p. 174.





Neste quadro de maior autonomia dos arquitetos, inscrevem-se as intervenções de Fernando Távora no Convento de Refóios do Lima e de Eduardo Souto de Moura no Mosteiro de Santa Maria do Bouro. A seleção destes dois casos prende-se com a possibilidade de observar formas distintas de intervenção em estruturas monásticas, em ambos os casos marcadas por uma relação estreita com o contexto paisagístico. Apesar das estratégias distintas, ambas as obras afastam-se da reconstrução historicista e da simples conservação, procurando construir uma relação de continuidade entre o novo e o antigo. A sua análise permite identificar critérios posteriormente mobilizados nos casos de estudo, nomeadamente na compreensão das relações entre estrutura monástica, paisagem e território.

No Convento de Refóios do Lima, esta continuidade constrói-se sobretudo através da relação entre o novo programa e a estrutura territorial e produtiva preexistente. A organização histórica da cerca, documentada num desenho de 1770, permite compreender a articulação entre o núcleo edificado, as áreas agrícolas e os elementos associados à produção.[67] A organização da cerca subordinava-se às condições naturais do lugar, nomeadamente o relevo, a exposição solar e a disponibilidade hídrica. Neste contexto, o sistema de água assume um papel estruturante. O aqueduto de abastecimento organizava a distribuição dos espaços produtivos, evidenciando a relação entre o conjunto conventual, a gestão dos recursos e a exploração agrícola.[68]

Fig. 29. Convento de Refóios do Lima, intervenção de Fernando Távora, 1986

Fig. 30. Representação da cerca do Convento de Refóios do Lima, 1770.

67. GARRIDO OLIVEIRA, Carla - *Intervenções em estruturas monásticas: do conjunto edificado à construção do território.* Porto : Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2009. Dissertação de Mestrado, p. 141.
68. Ibidem, p. 141

A intervenção de Fernando Távora, iniciada em 1986, destinou o antigo convento e a sua quinta à instalação da Escola Superior Agrária de Ponte de Lima. Segundo o arquiteto, o objetivo do projeto consistia em *"instalar, recuperando o edifício do antigo Convento de Refóios e sua quinta, uma Escola Superior Agrária de nível politécnico"*.[69] A escolha do programa estabelece uma continuidade com a dimensão produtiva historicamente associada ao convento e à sua quinta. Os espaços conventuais foram reutilizados para funções administrativas, salas de aula, refeitório e serviços de apoio. A impossibilidade de integrar todo o programa no edifício existente determinou a introdução de novos volumes na antiga cerca, entre os quais o auditório e a residência de estudantes. Apesar das alterações introduzidas na antiga horta, os novos edifícios procuraram relacionar-se com a preexistência através da implantação, das proporções, dos materiais e da continuidade dos eixos organizadores do conjunto. Assim, a continuidade do conjunto resultou da compatibilidade entre o novo programa e a estrutura espacial e territorial existente

Se Refóios do Lima demonstra a possibilidade de estabelecer uma relação de continuidade entre novo programa e estrutura territorial e produtiva do conjunto, o Mosteiro de Santa Maria do Bouro representa uma posição distinta perante a preexistência. Na intervenção de Eduardo Souto Moura, em colaboração com Roberto Collovà, a condição de ruína não conduz à reconstrução de uma imagem original do mosteiro.

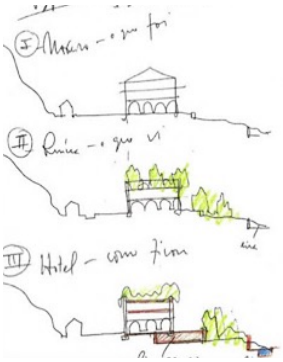


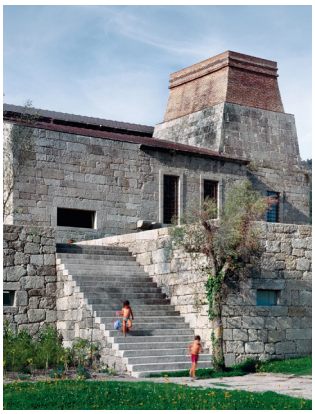
Fig. 31. Esquisso de projeto para o Mosteiro de Santa Maria do Bouro, Eduardo Souto de Moura.

Perante um edifício em ruína, o projeto não procurou reconstruir uma imagem original do mosteiro, assumindo a matéria existente como ponto de partida para uma nova intervenção. Esta posição é sintetizada pelo arquiteto ao afirmar: *"Não estou a restaurar um mosteiro. Estou a construir uma pousada com as pedras de um mosteiro"*.[70] Contudo, isto não implica uma rutura com a organização monástica. Collovà sintetiza a adaptação através de uma sequência de correspondências programáticas: *"cozinha-cozinha, farmácia-*

69. FERREIRA, Teresa Cunha; ORDÓÑEZ CASTAÑÓN, David; FANTINI, Eleonora, coords. - *Fernando Távora: Obras/Works. Novo/Antigo - New/Old.* Porto : FAUP; Edições Afrontamento; Fundação Instituto Marques da Silva, 2023.

70. CALADO, Luís Ferreira; PEREIRA, Paulo; LEITE, Joaquim Passos - O regresso dos monges: intervenções do IPPAR em conjuntos monásticos. *Estudos/Património.* N.º 2 (2002), p. 5-7.





bar, biblioteca-auditório, refeitório-restaurante, claustro-claustro, celas-quartos".[71] O novo programa encontra, assim, correspondências na organização espacial preexistente, reinterpretando os espaços monásticos sem procurar reproduzir a sua função original.

A intervenção integrou ainda a recuperação paisagística da cerca, através da reorganização dos jardins, percursos e áreas exteriores.[72] Esta continuidade opera, sobretudo, ao nível da organização espacial e da experiência da paisagem, não correspondendo à reativação integral das funções agrícolas e produtivas anteriormente associadas ao mosteiro.

Assim, as intervenções de Refóios do Lima e Santa Maria do Bouro evidenciam duas formas distintas de construir continuidade com a preexistência. Em Refóios, esta estabelece-se sobretudo através da compatibilidade entre o programa educativo e a estrutura agrícola e territorial do conjunto. Em Bouro, através da transformação da matéria existente, da correspondência entre espaços monásticos e novas funções e da integração paisagística. Nas décadas seguintes, o reuso de conjuntos monásticos estendeu-se a programas como museus, centros culturais, bibliotecas e equipamentos universitários, contexto no qual se inserem as intervenções de José Paulo dos Santos, João Luís Carrilho da Graça e Maria Manuel Oliveira analisadas nesta investigação.

71. COLLOVÀ, Roberto - Cit. por GARRIDO OLIVEIRA, Carla - *Intervenções em estruturas monásticas: do conjunto edificado à construção do território.* Porto : FAUP, 2009, p. 161.
72. COLLOVÀ, Roberto - Cit. por GARRIDO OLIVEIRA, Carla - I*ntervenções em estruturas monásticas: do conjunto edificado à construção do território.* Porto : FAUP, 2009, p.210.

Fig. 32-34. Mosteiro de Santa Maria do Bouro, intervenção de Eduardo Souto de Moura.

1.3. | Espaço monástico

Se os subcapítulos anteriores procuraram compreender os princípios teóricos da intervenção no património construído e a evolução das ações sobre conjuntos monásticos portugueses, importa agora conhecer a natureza específica do objeto de estudo desta investigação.

Implantação e relação com o território

Os conjuntos monásticos, enquanto núcleos de atração religiosa, cultural e produtiva, constituíram *"importantes polos ordenadores da paisagem"*.[73] Contudo, a sua implantação variava de acordo com a natureza das comunidades religiosas. Os mosteiros, de implantação predominantemente rural, pertenciam às ordens monásticas, que valorizavam o isolamento e o recolhimento. Os conventos, por sua vez, consolidados a partir do século XIII pelas ordens mendicantes inspiradas pelo espírito de São Francisco, implantavam-se frequentemente em contexto urbano e tinham uma vocação apostólica e assistencial, mais próxima das populações.[74]

A implantação respondia às condições específicas do lugar. O programa monástico adaptava-se "*às mais diversas características do terreno",*[75] podendo tirar partido de situações isoladas ou elevadas, quando estas correspondiam às exigências da comunidade. De modo a assegurar a autossuficiência da comunidade, a escolha do sítio considerava *"as condições do terreno, as linhas de água e as vias de escoamento da produção"*,[76] articulando topografia, disponibilidade de recursos e exploração agrícola.

73. COSTA, Maria João Dias - A cerca do Mosteiro de São Martinho de Tibães. *Estudos/ Património.* N.º 2 (2002), p. 86
74. GARRIDO OLIVEIRA, Carla - *Intervenções em estruturas monásticas: do conjunto edificado à construção do território.* Porto : FAUP, 2009. Dissertação de Mestrado, p. 17.
75. BRAUNFELS, Wolfgang - *Arquitectura Monacal en Occidente.* Barcelona: Barral Editores, 1975, p. 15.
76. BARBOSA, Pedro Gomes; MASCARENHAS, José Manuel; TERENO, Maria do Céu - Granjas Monásticas e Estruturação do Território nos Coutos de Alcobaça. In *Actas do II Congresso Internacional sobre o Cister en Galicia y Portugal.* Vol. III. Zamora : Ediciones Monte Casino, 1999, p. 1457.



A proximidade a redes de circulação também constituía um fator determinante. Apesar da procura de recolhimento, os conjuntos monásticos mantinham ligações com o território através das vias de peregrinação. Por um lado, pelo escoamento dos produtos das suas propriedades. Nos coutos de Alcobaça, por exemplo, uma das granjas situava-se *"junto à via por onde se podia exportar os seus produtos*". Por outro lado, pela vocação apostólica e assistencial da vida monástica, expressa na importância atribuída *"à hospitalidade e ao cuidado dos doentes"*[77] que chegavam aos mosteiros através dessas mesmas vias.

A cerca

A configuração dos conjuntos monásticos pode ser compreendida como uma sucessão de recintos articulados, desde o território sob influência da comunidade até ao núcleo claustral. O **couto** correspondia à escala mais ampla de domínio jurídico e económico; a **cerca** definia uma área fisicamente delimitada e produtivamente transformada; o **terreiro** e o **adro** mediavam a relação com o exterior; e o **claustro** constituía o principal núcleo funcional e simbólico do conjunto.[78]



Entre estes recintos, a cerca constituía o limite físico que separava o espaço monástico do mundo exterior. Mais do que um dispositivo de clausura, correspondia ao suporte territorial da autossuficiência da comunidade e articulava o núcleo edificado com a paisagem envolvente. No seu interior integrava hortas, pomares, vinhas, áreas de cultivo e sistemas hidráulicos. Esta dimensão produtiva encontrava fundamento no capítulo LXVI da Regra de São Bento, que refere que *"se possível, o mosteiro deve ser construído de modo a ter dentro dos seus muros tudo o que é necessário"* à subsistência da comunidade: *água, moinho, horta e oficinas"*.[79]

Fig. 35. Iconografia do *Hortus conclusus* medieval. Representação do jardim murado como imagem do Paraíso terrestre. A delimitação do recinto traduz os princípios de proteção e clausura que se materializam no claustro e, a uma escala mais ampla, na cerca monástica.

Fig. 36. Representação de um espaço arborizado e produtivo. *Miniatura das Cantigas de Santa Maria*, século XIII.

77. Ibidem, p. 1462.
78. GARRIDO OLIVEIRA, Carla - I*ntervenções em estruturas monásticas: do conjunto edificado à construção do território.* Porto : FAUP, 2009. Dissertação de Mestrado, p. 145-146.
79. BRAUNFELS, Wolfgang - *Arquitectura monacal en Occidente.* Barcelona : Barral Editores, 1975, p. 19.

A água

A água desempenhava uma função estruturante na organização do conjunto monástico, estando, como visto acima, já prevista na própria Regra de São Bento. Para garantir o abastecimento quotidiano e o funcionamento das áreas produtivas, a disponibilidade de recursos hídricos constituía um dos principais critérios na escolha do local de implantação dos mosteiros.

Ao longo do tempo, as comunidades desenvolveram sistemas de captação e distribuição de água que articulavam as dependências monásticas com os espaços produtivos. Um exemplo significativo desta engenharia hidráulica encontra-se no Mosteiro de São Bento de Santo Tirso, onde foi construída a Levada de Pereiras. Esta infraestrutura, destinada a assegurar um caudal permanente para as hortas e para o interior da cerca monástica, *"tem a sua origem no rio Leça e termina dentro da cerca do mosteiro em grande lago"*. A sua principal função era assegurar um caudal permanente para as hortas e para o interior da cerca monástica, constituindo um *"instrumento económico de suporte à economia do mosteiro"*.[80]

A água também assumia um significado religioso. A sua presença nos mosteiros estava ligada ao *"simbolismo baptismal purificador"*. As fontes, por exemplo, tinham uma *"dupla função, prática e purificadora"*.[81] Assim, a água servia tanto as necessidades quotidianas da comunidade, como participava na expressão espiritual do conjunto.

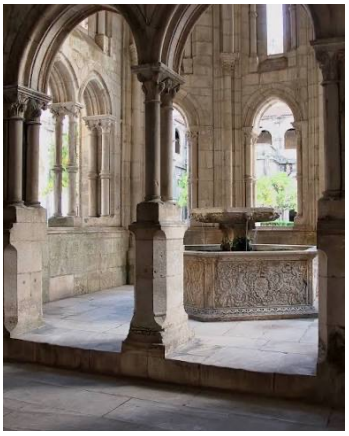






Fig. 37. Lavabo do claustro do Mosteiro de Alcobaça e cozinha com tanque de água corrente.

Fig. 38. Santo Tirso

Fig. 39. Canais de água no claustro do Mosteiro de Santa Maria do Bouro. A sua disposição

Couto: unidade territorial, jurídica e económica sobre a qual o mosteiro exercia diferentes formas de autoridade;
Cerca: propriedade murada que compreendia o edifício, áreas agrícolas, mata e jardins, numa relação de interdependência associada à autossuficiência da comunidade;
Terreiro: espaço exterior de transição que antecede a entrada na igreja, associado a atividades de carácter secular, como o comércio, a administração e a justiça;
Adro: recinto exterior contíguo à igreja que estabelece a transição entre o espaço público e sagrado;
Claustro: Pátio central porticado que organiza a circulação e articula as principais dependências, constituindo o núcleo funcional e simbólico da vida monástica.

80. *Regra de São Bento*, cap. LXVI, cit. por BRAUNFELS, Wolfgang - *Arquitectura monacal en Occidente.* Barcelona : Barral Editores, 1975, p. 15.
81. FREITAS, Isabel Vaz de; SILVA, João Paulo Machado da - A água, o mosteiro de Santo Tirso e a Levada de Pereiras. In VALDIVIESO, María Isabel del Val, coord. - *Monasterios y recursos hídricos en la Edad Media.* Madrid : Asociación Cultural Almudayna, 2013, p. 95.
82. Ibidem, p. 92.



Fig. 41. Transmissão da Regra de São Bento à comunidade monástica. *Miniatura do Mosteiro de Saint-Gilles*, Nîmes, 1129

O programa espacial regrado

Segundo Braunfels, esta correspondência entre um horário regrado e uma distribuição funcional dos espaços é decisiva para a conformação do espaço monástico: *"à regulação da jornada (...) correspondia uma regulação através dos edifícios"*. Cada atividade devia realizar-se num *"lugar apropriado, que não podia ser utilizado para mais nada"*.[82] Assim, a oração, o descanso e o trabalho definiam espaços próprios e percursos entre eles.

O Plano de São Galo, concebido no início do século IX, permite observar essa articulação de funções à escala do conjunto. Nele encontram-se organizadas todas as dependências necessárias ao funcionamento autónomo da comunidade, integrando a **igreja**, a **biblioteca**, as **oficinas**, o **dormitório**, a **enfermaria**, a **hospedaria** e o **claustro**. Em torno deste último articulavam-se a **sala do capítulo**, o **refeitório**, acompanhado pela **cozinha**, pelo **lavabo** e pela sala ***de Profundis***. A **portaria** regulava o contacto com o exterior, enquanto os **celeiros**, **estábulos** e **cavalariças** apoiavam o funcionamento produtivo do conjunto.[83]

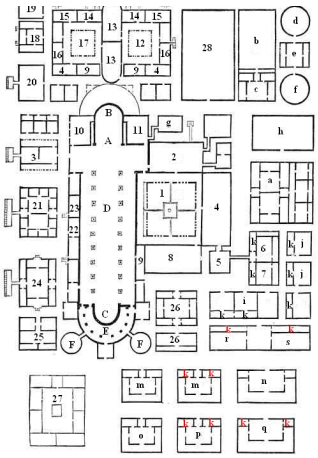


Fig. 40. Plano de São Galo. c. 820.

Do ponto de vista morfotipológico, o Plano de San Gall revela uma notável preocupação geométrica e racional, organizando as funções necessárias ao funcionamento da comunidade através de recintos sucessivamente hierarquizados, convergindo para o seu centro organizador: o claustro. Apesar do seu carácter utópico, muitos dos princípios presentes neste esquema mantiveram-se ao longo de séculos na arquitetura monástica ocidental. Contudo, o modelo representado pelo Plano de San Gall não deve ser entendido como uma configuração universal aplicada a todos os conjuntos religiosos.

Igreja: principal espaço litúrgico do conjunto, destinado à oração comunitária e à celebração do ofício divino;
Biblioteca: espaço destinado à conservação, consulta e estudo dos livros e manuscritos da comunidade;
Oficinas: áreas onde os frades ocupavam o tempo em diferentes trabalhos;
Dormitório: Antiga ala de descanso comum, que mais tarde acabou por ser substituída por corredores de celas privadas;
Enfermaria: espaço dedicado à assistência de doentes. Normalmente composto por três dependências, correspondentes ao quarto do enfermeiro, à botica e à própria enfermaria que incluía um oratório;

82. BRAUNFELS, Wolfgang - *Arquitectura monacal en Occidente.* Barcelona : Barral Editores, 1975, p. 17.
83. IHRU; IGESPAR - *Património arquitectónico: edifícios conventuais capuchos.* KIT05, versão 1.0. Dez. 2010, p. 13.

A organização das estruturas monásticas foi sendo transformada em função das diferentes regras, das condições locais, da evolução das comunidades e das relações estabelecidas com os contextos rurais ou urbanos. O seu interesse reside, sobretudo, na identificação de princípios recorrentes de articulação entre espaços de oração, habitação, trabalho e acolhimento.

O claustro

O claustro tornou-se o centro organizador do conjunto monástico. Em torno das suas galerias distribuíam-se as principais dependências conventuais, estabelecendo relações diretas entre os diferentes espaços. Para além da sua função de distribuição das circulações, o claustro constituía o espaço *"onde (os monges) meditavam e liam"*.[84] A sua tipologia de pátio fechado resulta da necessidade de encurtar e proteger os percursos entre as diferentes dependências conventuais.

Celas e as restantes dependências

A hierarquia das dependências organizadas em torno do claustro refletia a sua importância espiritual e funcional. A igreja assumia uma posição central na organização religiosa do conjunto; a sala do capítulo acolhia as reuniões da comunidade e a leitura da Regra; o refeitório assegurava as refeições coletivas; e os dormitórios ou celas respondiam às necessidades de repouso. Complementarmente, a biblioteca, a hospedaria, a portaria, a enfermaria e a botica integravam as funções de conhecimento, acolhimento e assistência.

Hospedaria: instalações para receber e alojar peregrinos, visitantes externos e clérigos de outras localidades. **Sala do Capítulo**: sala de reunião da comunidade para a leitura da Regra, tomada de decisões e exercício da disciplina;
Refeitório: espaço destinado às refeições comunitárias, geralmente localizado numa das alas do claustro;
Cozinha: espaço destinado à preparação dos alimentos, geralmente localizado junto ao refeitório e às dependências de armazenamento;
Lavabo: estrutura destinada às abluções antes das refeições, geralmente localizada junto ao refeitório ou numa das alas do claustro;
De Profundis: Sala adjacente ao refeitório onde se procedia a leituras teológicas antes e depois das refeições, e onde se velavam os frades falecidos. Geralmente, incluía o lavabo do refeitório, onde os frades se purificavam antes das refeições;
Celeiros: Lugar de armazenamento de produtos agrícolas e conservação dos cereais. A sua localização tinha em consideração preocupações relacionadas com a temperatura e humidade e a proximidade aos campos agrícolas.
Estábulos e Cavalariças: Espaços térreos para abrigar animais usados tanto em trabalhos agrícolas como para alimentação.
84. BRAUNFELS, Wolfgang - *Arquitectura monacal en Occidente.* Barcelona : Barral Editores, 1975, p. 19.





Fig. 42-43. Claustro da Cartuxa de Santa Maria Scala Coeli, Évora. A disposição dos ciprestes e a organização do jardim reforçam a ordem geométrica do conjunto e a sua dimensão simbólica, evocando o Jardim do Paraíso enquanto lugar de meditação e contemplação.

O mosteiro como ecossistema patrimonial

A organização do espaço monástico articulava clausura, oração, trabalho, conhecimento e assistência. Compreendê-lo, implica reconhecer uma realidade que ultrapassa a escala do edifício e da cerca. No âmbito da presente investigação, propõe-se compreender o conjunto monástico como um ecossistema patrimonial, entendido como um sistema de relações históricas entre arquitetura, paisagem, recursos naturais, estruturas produtivas e práticas sociais. Esta leitura encontra apoio na *Declaração de Gunma* (2025), que caracteriza o património como uma rede de relações entre componentes *"materiais e imateriais*" e da *"natureza e cultura"*.[85]

A utilização do termo ecossistema não pretende equiparar o mosteiro a um sistema ecológico autónomo, mas evidenciar a interdependência entre elementos construídos, infraestruturas hidráulicas, solos agrícolas, vegetação e formas de ocupação do território. Esta abordagem também permite ultrapassar a separação entre património cultural e património natural, reconhecendo que a identidade de determinados conjuntos resulta precisamente da continuidade entre estruturas construídas, sistemas ambientais, práticas produtivas e formas de apropriação coletiva.[86]

No caso das estruturas monásticas, esta continuidade manifesta-se na relação entre o edifício conventual, a cerca, os sistemas hidráulicos, os solos agrícolas, os percursos e a vegetação. A intervenção no Mosteiro de São Martinho de Tibães constitui um exemplo particularmente relevante desta articulação.[71] A recuperação do conjunto permite compreender de que modo a gestão da água, dos solos, da vegetação e das estruturas produtivas pode integrar uma estratégia de intervenção que ultrapassa a conservação do edifício.

A preservação da identidade monástica não depende, assim, apenas da manutenção das formas arquitetónicas, mas também da capacidade de reconhecer, valorizar e reinterpretar as relações históricas estabelecidas entre o conjunto, a paisagem e os recursos que sustentavam o seu funcionamento.

85. *Gunma Declaration on Heritage Ecosystems.* Declaração adotada no International Symposium "Further Evolution of Authenticity through the Lens of Heritage Ecosystems: Heritage, Communities, and Sustainable Development". Takasaki, Gunma, Japão, 11 jan. 2025, p. 2.
86. Ibidem, p.7.

Mosteiro de São Martinho de Tibães

"Em Tibães é visível toda a estratigrafia da relação entre o monaquismo ocidental e cultura da paisagem. A forma economicamente autossuficiente e a atitude modificadora do ambiente físico, em particular do ordenamento hidráulico, característica constitutiva da ideologia e da organização monásticas, conferem aos lugares uma organização definitiva ainda legível não obstante os quase dois séculos de ausência dos monges".[87]

O Mosteiro de São Martinho de Tibães, em Braga, antiga casa-mãe da Congregação Beneditina portuguesa, constitui um exemplo particularmente significativo da articulação histórica entre arquitetura monástica, organização da cerca e transformação da paisagem. A dimensão do conjunto e a complexidade das suas estruturas agrícolas, hidráulicas e paisagísticas permitem compreender o mosteiro como uma unidade territorial que ultrapassa os limites do edifício conventual. A cerca não correspondia apenas ao espaço exterior que envolvia o núcleo edificado, mas constituía uma estrutura produtiva e paisagística na qual se articulavam jardins, áreas agrícolas, mata, sistemas de circulação e infraestruturas de captação e distribuição de água.[88]

Após ter sido adquirido pelo Estado em 1986, iniciou-se um processo de recuperação, conduzido por uma equipa multidisciplinar sob direção de Aida Maria Reis Mata. Esta intervenção não se limitou ao edifício e estendeu-se à cerca, pela arquiteta Maria João Dias Costa, procurando recuperar as relações entre o conjunto construído, a paisagem e as suas estruturas produtivas. A intervenção recuperou a estrutura barroca e romântica da cerca, revalorizando os jardins em socalco, os pomares, o olival e a mata, bem como a rede hidrogeológica preexistente.[89]





Fig. 44-45. Recuperação das estruturas hidráulicas e territoriais da Cerca do Mosteiro de São Martinho de Tibães.

87. CALADO, Luís Ferreira; PEREIRA, Paulo; LEITE, Joaquim Passos - O regresso dos monges: intervenções do IPPAR em conjuntos monásticos. *Estudos/Património.* N.º 2 (2002), p. 9-10.
88. GARRIDO OLIVEIRA, Carla - I*ntervenções em estruturas monásticas: do conjunto edificado à construção do território.* Porto : FAUP, 2009. Dissertação de Mestrado, p. 44-49.
89. FONTES, Luís - São Martinho de Tibães: um sítio onde se fez um mosteiro: ensaio em arqueologia da paisagem e da arquitectura. Lisboa : IPPAR; Ministério da Cultura, 2005, p. 40.







Fig. 46-48. Fotografias da intervenção do atelier PFMJM Arquitectos no Mosteiro São Martinho de Tibães

A componente hidráulica foi tratada como eixo prioritário da intervenção, o que confirma a importância da água na leitura da cerca. Foram localizadas as sete minas que abasteciam o conjunto, cada uma com características próprias e associada a pontos de água específicos, como fontes, chafarizes, o lago, tanques e o próprio edifício conventual. A água captada é conduzida por uma rede de aquedutos que alimentam o lago, as fontes, os tanques e os regos que irrigam por gravidade a horta e os jardins em socalco.[90] Sempre que os aquedutos históricos não puderam ser reabilitados de imediato, recorreu-se a circuitos provisórios em tubagem plástica, de modo a preservar as estruturas originais para um estudo de recuperação mais rigoroso.

A reabilitação deste sistema histórico foi articulada com infraestruturas contemporâneas de abastecimento e tratamento de águas residuais. Esta coexistência entre um circuito hidráulico secular reativado e novas soluções técnicas demonstra que a intervenção não se limitou à recuperação estética de um jardim histórico, procurando restabelecer o funcionamento de uma estrutura territorial.

O tratamento da vegetação seguiu um método de leitura estrutural prévia à intervenção. Em 1987, perante um crescimento vegetal desordenado, procedeu-se à identificação dos elementos estruturantes da cerca, recuperando a legibilidade dos socalcos, dos muros e dos caminhos. Todas as árvores de fruto foram estudadas com vista à sua futura reprodução. Instalaram-se prados que, entretanto, passaram a ser cultivados por agricultores da região e recuperou-se a vinha minhota, com base em vestígios seiscentistas.

A recuperação dos muros privilegiou, sempre que possível, a reutilização de materiais de demolições antigos. A adaptação dos percursos da cerca colocou ainda questões relacionadas com a compatibilização entre acessibilidade, preservação da topografia e manutenção dos pavimentos históricos. A intervenção procurou limitar alterações consideradas potencialmente descaracterizadoras, evidenciando uma tensão entre a conservação da materialidade existente e a necessidade de garantir condições de utilização inclusiva.[91]

90. COSTA, Maria João Dias - A cerca do Mosteiro de São Martinho de Tibães. *Estudos/ Património.* N.º 2 (2002), p. 86-87.
91. Ibidem.





A articulação entre o sistema hidráulico histórico, as infraestruturas contemporâneas, a exploração agrícola e a recuperação da vegetação resultou de um trabalho multidisciplinar que reuniu diferentes conhecimentos técnicos e científicos, coordenado pela arquiteta paisagista Maria João Dias Costa.

A relevância de Tibães reside, assim, na articulação entre conservação arquitetónica, reabilitação paisagística, recuperação hidráulica e reativação de estruturas produtivas. Sem constituir um dos casos de estudo centrais da investigação, o mosteiro funciona como referência complementar para compreender de que modo uma intervenção pode ultrapassar a adaptação funcional do edifício e considerar o conjunto monástico enquanto sistema patrimonial de relações entre arquitetura, recursos e território.

Fig. 49-50. Mosteiro de São Martinho de Tibães e respetiva cerca.

Capítulo 2: Três Conventos

A pretensão de proceder a uma caracterização exaustiva de todas as intervenções contemporâneas em estruturas monásticas em Portugal implicaria uma extensão incompatível com o âmbito da presente investigação. Nesse sentido, optou-se por uma abordagem ancorada num inventário, a partir do qual se definiram critérios de seleção capazes de orientar a escolha de um conjunto exequível de casos de estudo. Foram selecionados três projetos de intervenção: o Convento dos Lóios, em Évora, de José Paulo dos Santos (1993-1996); o Convento de S. Francisco, em Coimbra, de João Luís Carrilho da Graça (1996-2016); e o Convento de S. Francisco de Real, em Braga, de Maria Manuel Oliveira (2015-2024).

O presente capítulo organiza cronologicamente os três casos de estudo e apoia-se numa pesquisa aprofundada que articula bibliografia especializada e análise de documentação gráfica. Propõe-se uma descrição de cada intervenção, estruturada nos seguintes parâmetros: i) ***Paisagem, o Lugar e Preexistência***; ii) ***Estratégia de Projeto***; e iii) ***Tectónica, Materialidade e Detalhe***. Os conceitos desenvolvidos no enquadramento teórico fundamentam esta análise, permitindo interpretar a relação estabelecida entre a preexistência e a intervenção contemporânea.

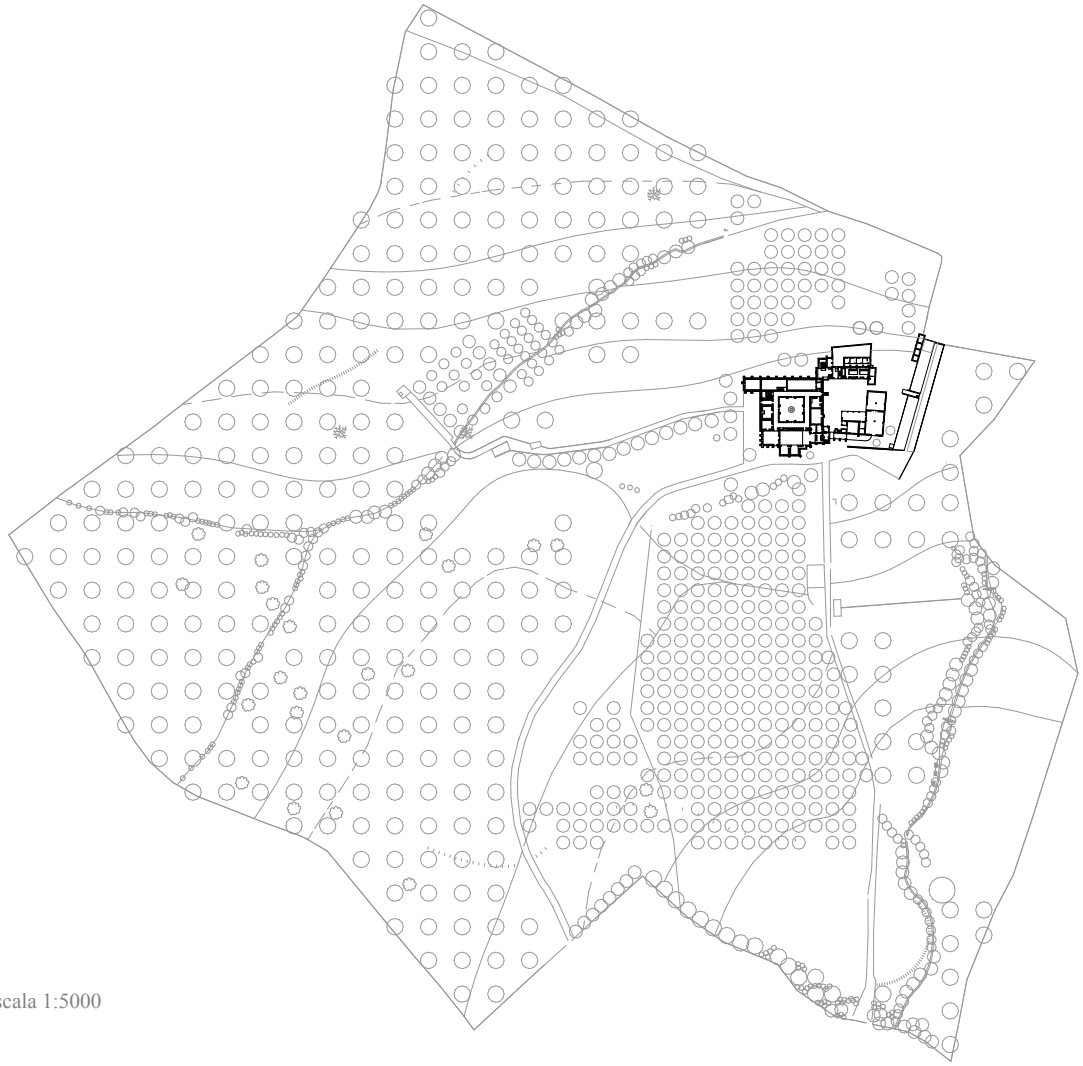
Com o objetivo de clarificar as estratégias dos arquitetos relativas às permanências, demolições e adições, a análise apoia-se de forma significativa na componente gráfica. O tratamento e a produção de desenhos analíticos, com especial destaque para as plantas de "vermelhos e amarelos", pretendem construir uma narrativa clara do processo de transformação e da dialética estabelecida entre o novo e o preexistente em cada um dos conventos estudados.



2.1. | Convento dos Lóios, Évora

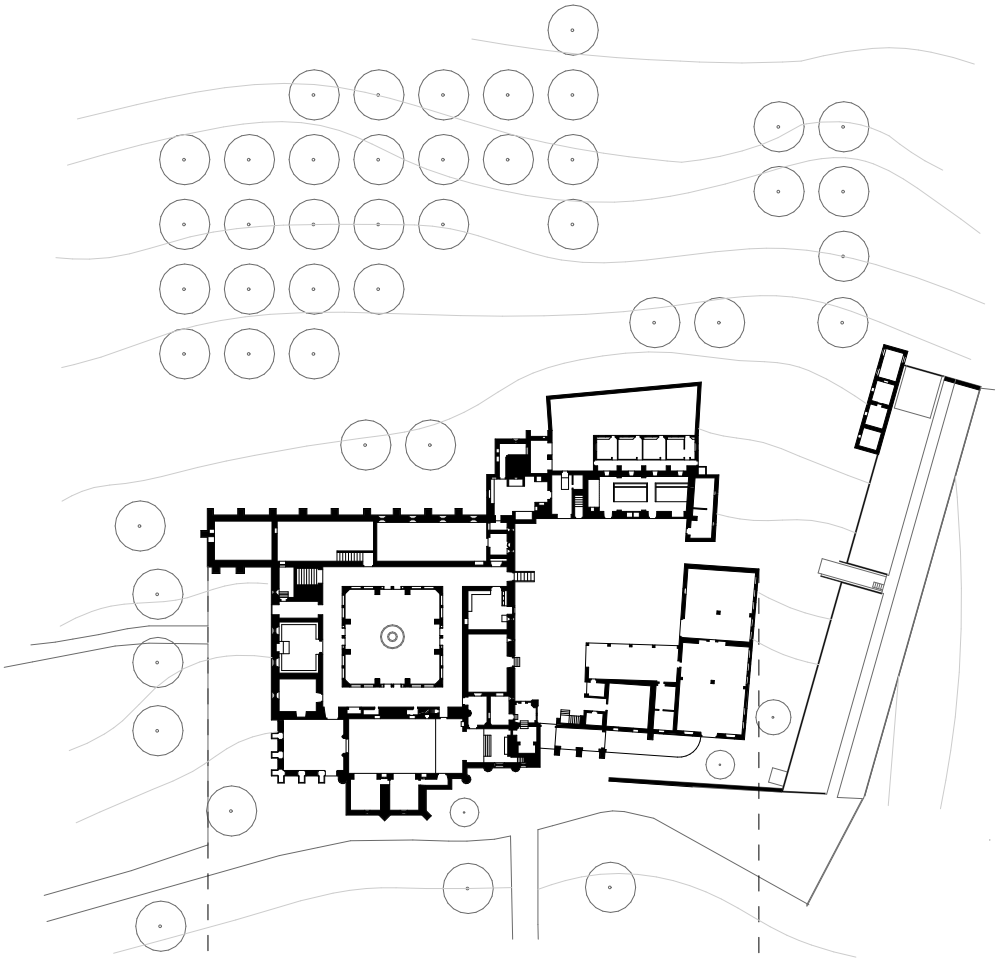


Localização: Arraiolos, distrito de Évora
Preexistência: Século XVI
Datas da intervenção: 1993-1996
Autoria: José Paulo dos Santos
Cliente: ENATUR - Empresa Nacional de Turismo
Programa original: Convento (em ruínas)
Novo Programa: Pousada

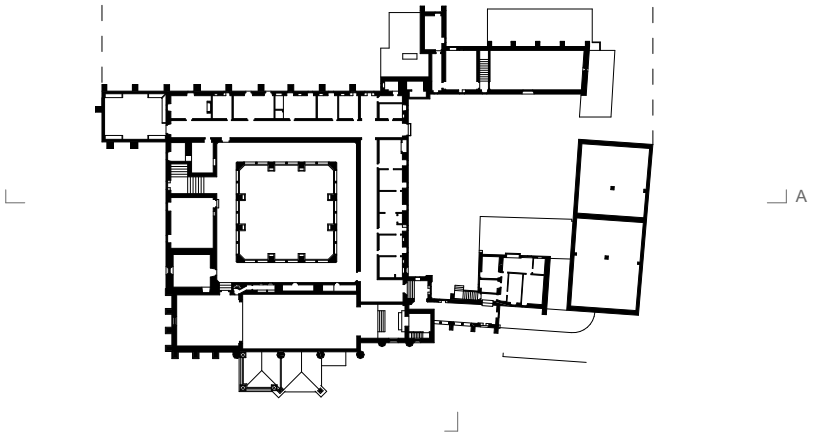


52. Cerca | Escala 1:5000

Fig. 52-56. Convento dos Lóios,
Évora, antes da intervenção



53. Piso 0

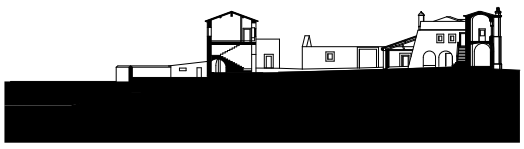


54. Piso 1

Escala 1:1000



55. Corte A



56. Corte B

Paisagem, Lugar, Preexistência

Evolução histórica







O antigo Convento dos Lóios, ou também designado Convento de Nossa Senhora da Assunção de Arraiolos, foi fundado em 1527 pela Congregação dos Cónegos Regrantes de São João Evangelista. O conjunto foi construído a partir da igreja, ainda de inspiração manuelina, à qual se seguiram o claustro renascentista e as restantes dependências. O convento recebeu sucessivas intervenções até à sua conclusão no final do século XVI.

Após a extinção das Ordens Religiosas, em 1834, o convento foi vendido para exploração agrícola, acabando por perder a sua função original e por ser progressivamente abandonado, à semelhança de muitos outros conjuntos monásticos portugueses. Em 1980, o imóvel foi adquirido pelo Estado e, entre 1993 e 1996, foi objeto de uma intervenção de adaptação a pousada, desenvolvida pelo arquiteto José Paulo dos Santos.[92]

Implantação e relação com o território

O convento implanta-se numa encosta imediatamente abaixo do castelo medieval de Arraiolos. A sua posição e volumetria caiada conferem-lhe uma presença dominante sobre a envolvente, reforçando a sua expressão enquanto marco paisagístico. A monografia dedicada à obra de José Paulo dos Santos descreve esta relação através do contraste entre a extensão da paisagem alentejana e a presença do edifício, que *"brilha agora com a cal branca quase dolorosamente intensa comum no Alentejo"*.[93]

A envolvente corresponde à paisagem característica do Alentejo, definida por extensas planícies, baixa densidade construtiva e um povoamento disperso assente em pequenas elevações. A horizontalidade do território encontra no conjunto monástico um elemento de referência e contraponto. Desta forma, a implantação evidencia que a preexistência não se limita ao objeto arquitetónico, abrangendo também as relações estabelecidas com a topografia e a paisagem que historicamente estruturaram o convento.

Fig. 57-59. Fotografias da visita de José Paulo dos Santos ao sítio

92. PATRIMÓNIO CULTURAL, I.P. - Convento de Nossa Senhora da Assunção de Arraiolos. (Consult. 21 set. 2026). Disponível em https://imovel.patrimoniocultural.gov.pt/detalhes.php?code=73657

93. RIERA OJEDA, Oscar, ed.; CONFURIUS, Gerrit - *José Paulo dos Santos*. Barcelona : Gustavo Gili, 2001, p. 98.

A cerca

O projeto de reabilitação toma a relação com o território como uma das condições da intervenção. Os terrenos circundantes foram revitalizados através da plantação de oliveiras, limoeiros, laranjeiras e vinhas, recuperando parcialmente a dimensão produtiva associada ao funcionamento do convento.[94] Na ausência de fontes que permitam reconstituir a organização histórica da cerca conventual, as peças desenhadas assumem um caráter aproximado, fundamentado na cartografia histórica e nas imagens de satélite disponíveis.

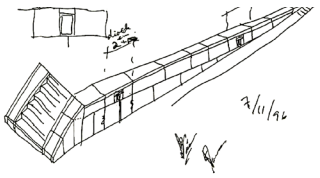
A água

Relativamente ao sistema histórico de captação, armazenamento e distribuição de água no convento e na cerca, os desenhos reunidos apenas permitem identificar a fonte central do claustro. Na intervenção contemporânea, a construção de uma nova ala é acompanhada pela introdução de um espelho de água e de um tanque no espaço exterior adjacente. Contudo, estes elementos devem ser entendidos apenas como parte da nova intervenção, uma vez que não correspondem à recuperação comprovada de uma estrutura hídrica.

Estado de conservação da preexistência

Em 1980, quando foi adquirido pelo Estado, o convento encontrava-se em ruínas. No entanto, apesar da degradação, as sucessivas campanhas construtivas e os principais espaços associados à vida monástica, como a igreja, o claustro, o refeitório, os dormitórios e as celas, permaneciam legíveis.

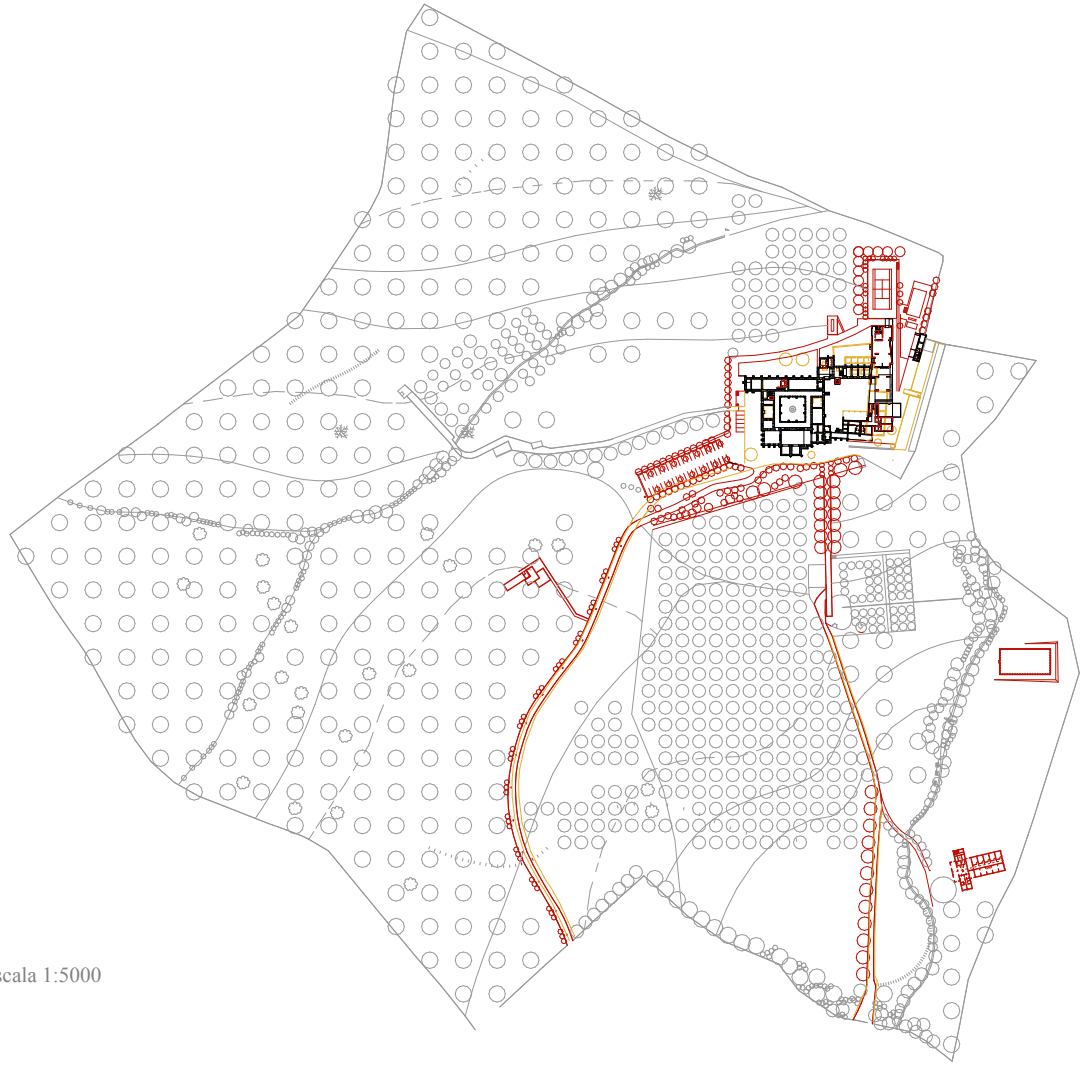
A partir de Cesare Brandi, pode entender-se esta preexistência como uma realidade estratificada, na qual diferentes momentos históricos permaneceram inscritos na organização espacial e material do conjunto. O reconhecimento desta dimensão histórica da obra constitui uma condição da intervenção. José Paulo dos Santos opta por preservar a leitura do conjunto monástico, sem procurar restituir uma imagem original ou estilisticamente unitária, como admitia a conceção de restauro de Viollet-le-Duc. Assim, aproxima-se do princípio estabelecido pela Carta de Veneza, segundo o qual as contribuições válidas das diferentes épocas devem ser respeitadas e a *"unidade de estilo"* não deve constituir o objetivo do restauro.[95]





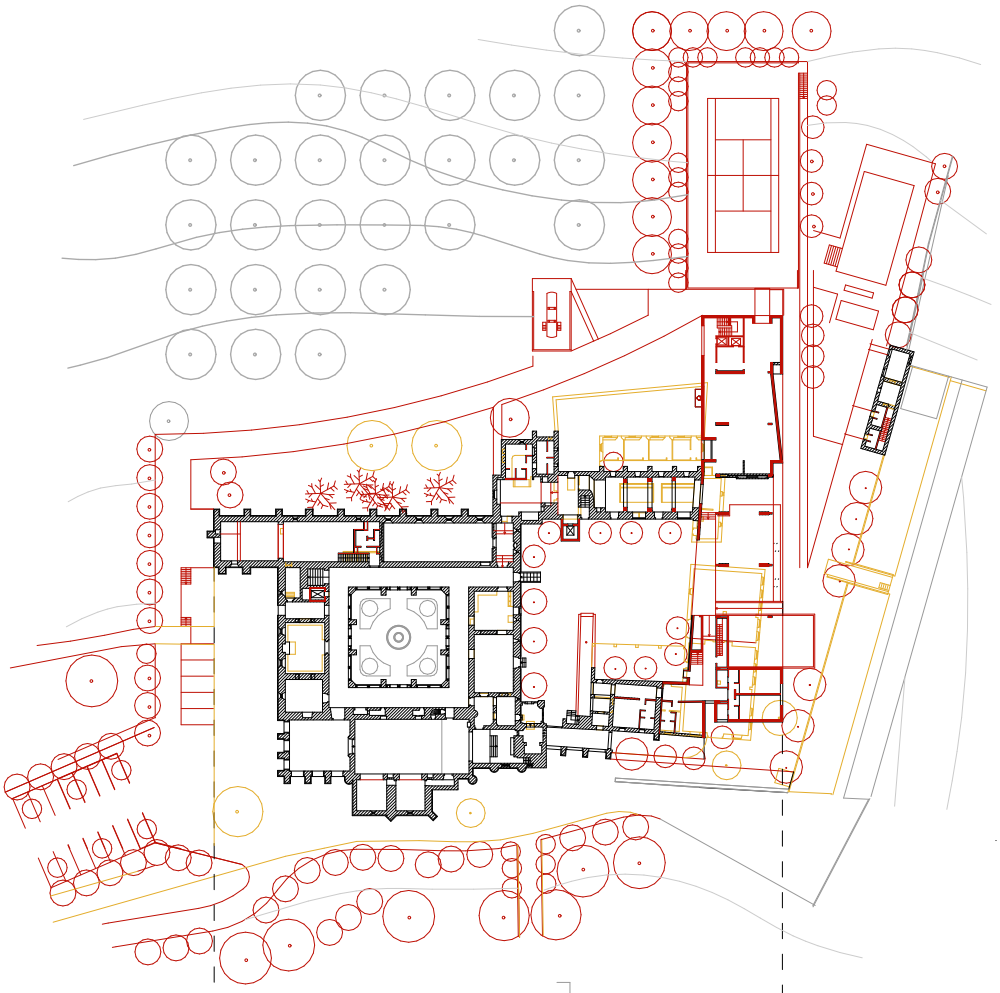
94. Ibidem, p. 9.
95. ICOMOS - *Carta Internacional sobre a Conservação e o Restauro dos Monumentos e Sítios: Carta de Veneza.* Veneza : ICOMOS, 1964, art. 11.º.

Fig. 60-61. Esquissos de projeto

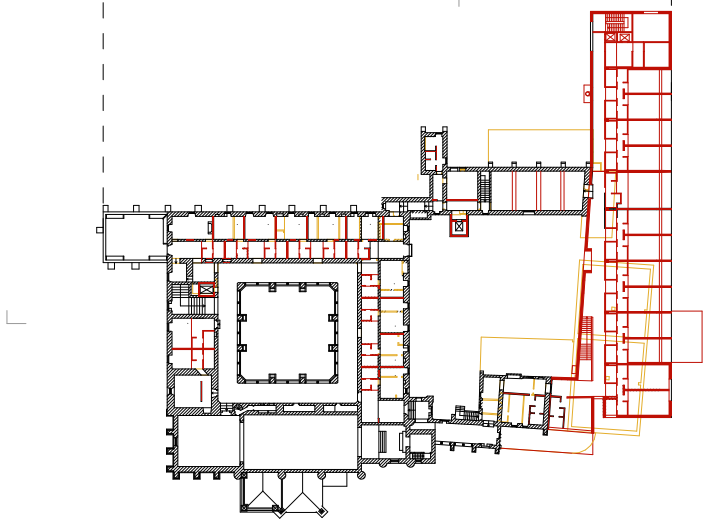


62. Cerca | Escala 1:5000

Fig. 62-66. Convento dos Lóios,
Évora, antes da intervenção



63. Piso 0

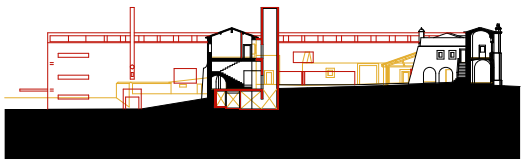


64. Piso 1

Escala 1:1000



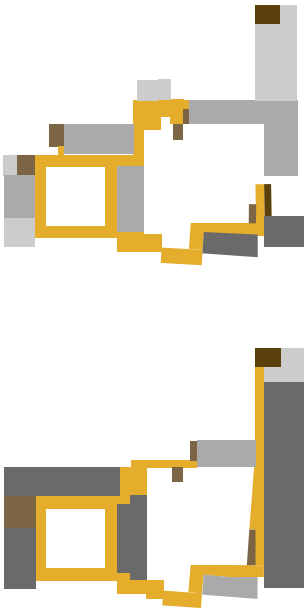
65. Corte A



66. Corte B

Estratégia de Projeto

Programa



A intervenção no Convento dos Lóios foi desenvolvida entre 1993 e 1996 no âmbito do programa das Pousadas de Portugal, promovido pela ENATUR - Empresa Nacional de Turismo. A introdução do novo programa implicou adaptar uma estrutura espacial concebida para a vida monástica às exigências de um programa hoteleiro. O convento passou a integrar quartos, áreas comuns, restaurante e serviços, que o arquiteto distribuiu pelos espaços conventuais respeitando a hierarquia funcional e a sequência dos espaços. Uma vez que a preexistência não permitia acolher a totalidade do programa, foi construída uma ala adicional a nascente.

Métrica

O projeto aproveita a métrica da preexistência, reduzindo a necessidade de alterações profundas na sua organização. A repetição modular das antigas celas à volta do claustro favorece a sua transformação em quartos, enquanto os compartimentos de maior dimensão permitem acolher as funções coletivas. A nova ala estabelece uma métrica distinta, adequada às exigências do novo programa, mas relaciona-se com o edifício existente através das proporções e da organização em torno de um espaço exterior.

O claustro

O claustro mantém-se como núcleo espacial e distributivo do conjunto a partir das suas galerias. Em conjunto com o edifício existente, a nova ala define um segundo pátio. De maior dimensão e proporções quase quadrangulares, retoma o princípio organizador do claustro sem reproduzir a sua forma, o que permite relacioná-lo com a analogia de Solà-Morales, nomeadamente quando o autor identifica na intervenção contemporânea a possibilidade de estabelecer uma *"correspondência dimensional, tipológica e figurativa"*[96] com a preexistência.

Celas e restantes dependências

As antigas celas são convertidas em quartos, enquanto os espaços de maior monumentalidade, como o refeitório e a sala do capítulo, permanecem destinados a usos coletivos. O antigo estábulo, caracterizado pelas suas abóbadas, foi reutilizado como parte do restaurante.

Fig. 67. Esquema da distribuição do programa

96. SOLÀ-MORALES, Ignasi de - Del contraste a la analogía: transformaciones en la concepción de la intervención arquitectónica. *Lotus International.* N.º 46 (1985), p. 50.

Acessos e circulação

A sucessão de espaços interiores e exteriores, enquadramentos visuais e variações de escala confere complexidade à experiência do edifício, apesar da legibilidade da sua organização funcional, descrita pelo arquiteto como uma *"clareza funcional disfarçada de labirinto"*.[97] Nas galerias abobadadas do claustro, os vãos e as caixilharias transparentes preservam a relação visual com o pátio. Os núcleos de circulação vertical concentram-se em pontos específicos, sem interromper a continuidade dos corredores existentes. No exterior, os caminhos pavimentados e as rampas articulam as diferentes cotas do terreno, conduzindo às áreas de estadia e à piscina.

Permanências, demolições e adições

A intervenção mantém a organização do conjunto em torno do claustro, a repetição das celas, a hierarquia dos espaços comunitários e as principais relações entre os compartimentos que existiram no antigo convento. A estratégia valoriza os diferentes períodos construtivos como memória coletiva, entendendo os espaços associados à vida monástica como testemunhos materiais da história do edifício. A principal adição corresponde à nova ala implantada a nascente: um volume branco, compacto e de forte expressão horizontal que contrasta com a verticalidade do conjunto histórico.

A intervenção de José Paulo dos Santos pode ser relacionada com aquilo que Francisco de Gracia define como *"modificação circunscrita"*, na qual a intervenção se concentra no edifício sem ficar necessariamente limitada ao seu volume inicial, podendo compreender *"desde o restauro até à ampliação moderada, passando pela transformação da sua estrutura interna"*.[98] Simultaneamente, a nova construção permanece reconhecível como intervenção contemporânea, o que encontra um antecedente nos princípios formulados por Camillo Boito.[99] Contudo, esta diferenciação não resulta de um contraste formal acentuado, pois a nova ala distingue-se da preexistência ao mesmo tempo que recupera relações de escala, proporção e organização espacial, aproximando-se sobretudo da analogia definida por Solà-Morales.[100]

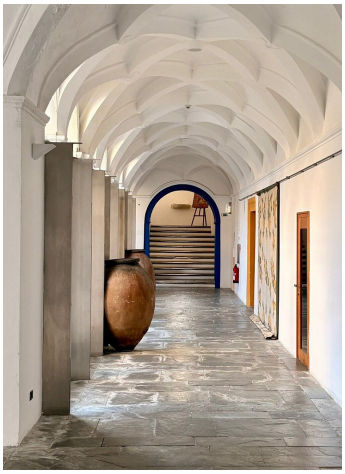


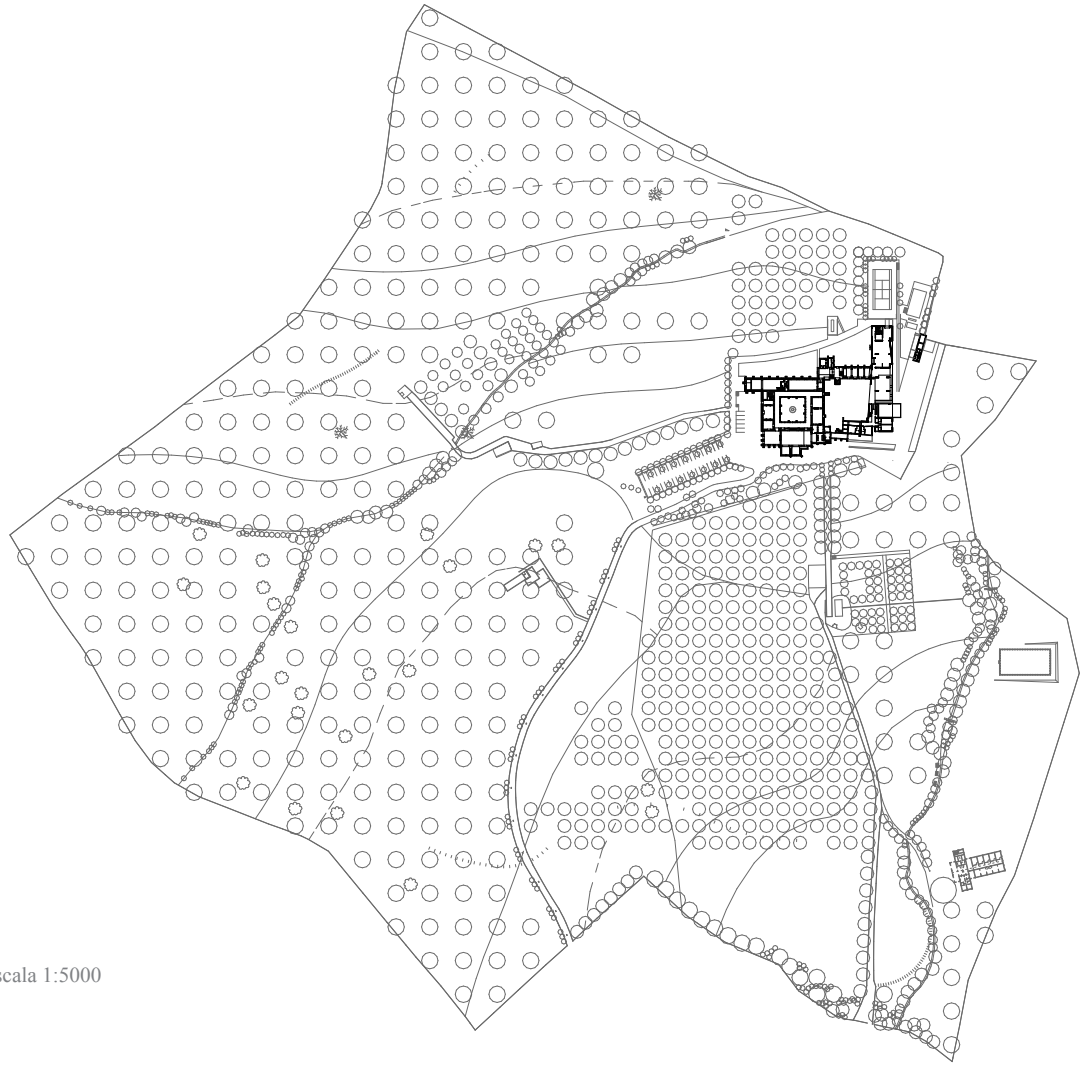






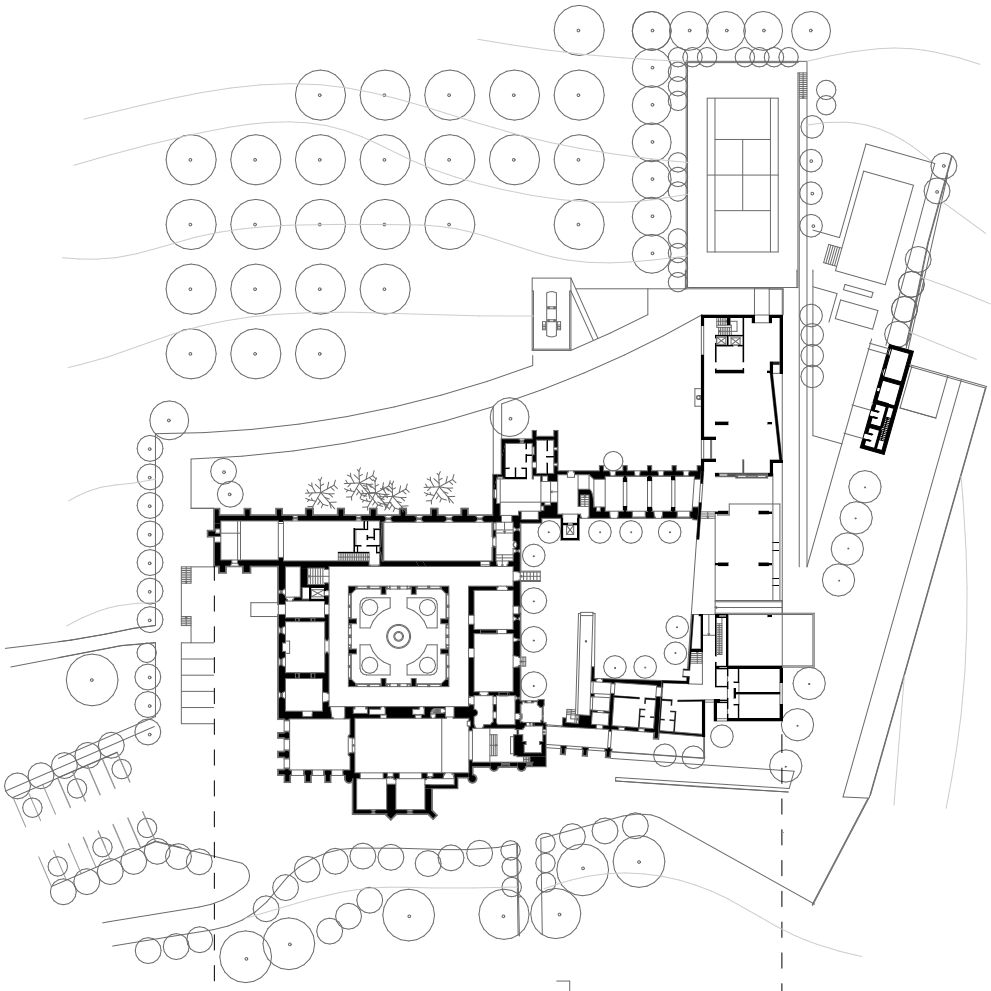
Fig. 68-71. Fotografias do convento após a intervenção

97. RIERA OJEDA, Oscar, ed.; CONFURIUS, Gerrit - *José Paulo dos Santos.* Barcelona : Gustavo Gili, 2001, p. 9.
98. DE GRACIA, Francisco - *Construir en lo construido: la arquitectura como modificación.* Donostia-San Sebastián : Editorial Nerea, 1992, p. 189.
99. BOITO, Camillo - *Os Restauradores: conferência feita na Exposição de Turim em 7 de junho de 1884.* 3.ª ed. Cotia, SP : Ateliê Editorial, 2008, p. 61.
100.SOLÀ-MORALES, Ignasi de - Del contraste a la analogía: transformaciones en la concepción de la intervención arquitectónica. *Lotus International.* N.º 46 (1985), p. 50.

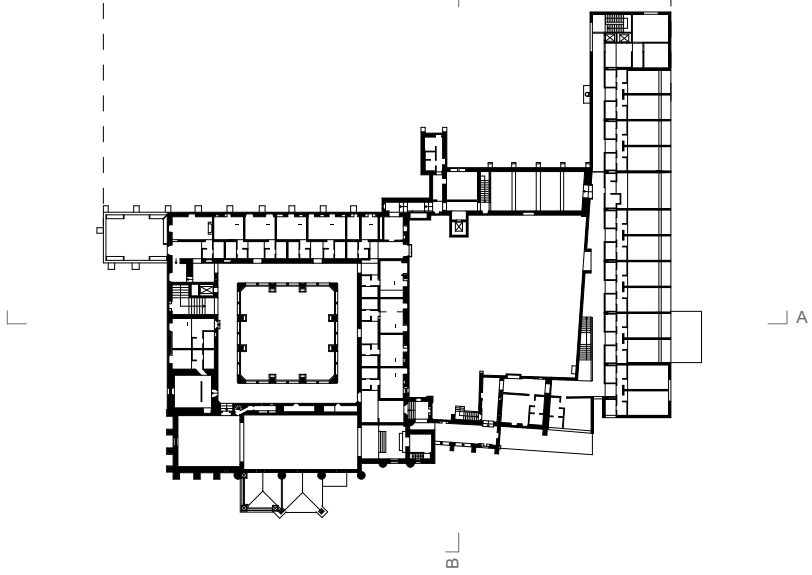


72. Cerca | Escala 1:5000

Fig. 72-76. Convento dos Lóios,
Évora, antes da intervenção



73. Piso 0

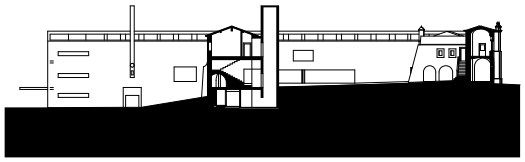


74. Piso 1

Escala 1:1000



75. Corte A



76. Corte B

Tectónica, Materialidade, Detalhe

Sistema construtivo

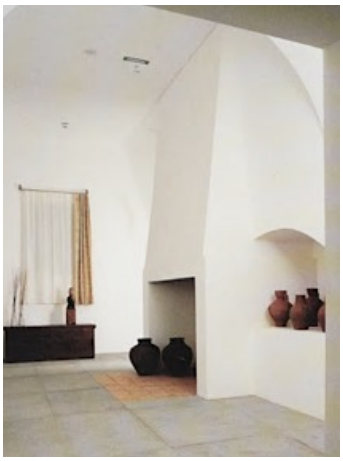






Fig. 77-79. Fotografias do interior após a intervenção

A intervenção parte do reconhecimento da estrutura construtiva existente, procurando recuperar as alvenarias de pedra, as superfícies rebocadas e caiadas, os pavimentos em lajedo e tijoleira e os tetos em madeira ou abóbada. Sempre que o seu estado de conservação o permite, são preservadas as estruturas originais dos tetos e as características materiais dos espaços. A espessura das paredes permanece legível no desenho dos vãos, das passagens e dos novos elementos, mantendo a robustez da construção conventual.[101]

Já na nova ala, os sistemas construtivos e os elementos introduzidos assumem uma expressão contemporânea, mais depurada, permitindo distinguir a intervenção da construção histórica. Mais uma vez, esta opção aproxima-se do princípio defendido por Camillo Boito de tornar reconhecíveis as adições, evitando a sua confusão com a preexistência. Contudo, a diferença construtiva não se traduz numa oposição entre as duas partes e retoma a analogia proposta por Solà-Morales. Como visto, a continuidade estabelece-se através da relação entre a escala, as proporções e o tratamento das superfícies, sem reproduzir literalmente as soluções construtivas do convento.

Caixilharias e pavimentos

O detalhe construtivo revela uma particular atenção à escala doméstica do programa hoteleiro. Os novos caixilhos são desenhados a partir da espessura dos vãos existentes, explorando a profundidade das paredes e evitando ocultar a dimensão material da construção original. Os pavimentos em lajedo e tijoleira cerâmica estabelecem continuidade com os materiais e as técnicas construtivas da região. As transições entre diferentes pavimentos são resolvidas de forma contínua e subtil, evitando ruturas excessivas na leitura dos espaços.

Também nesta escala a analogia não resulta da reprodução literal do existente. Os novos elementos retomam espessuras, materiais e relações construtivas reconhecidas na preexistência, reinterpretando-as de acordo com as exigências contemporâneas.

101. FERNANDES, José Manuel - Pousadas de Portugal: obras de raiz e em monumentos. In CALDAS, João Vieira, ed. - *Caminhos do Património 1929-1999.* Lisboa : DGEMN; Livros Horizonte, 1999, p. 159.

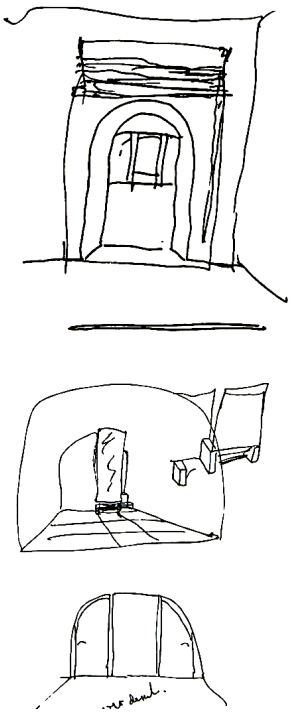
Materiais

A materialidade estabelece um diálogo direto com o contexto arquitetónico e cultural da região. O projeto recorre a materiais e técnicas construtivas de tradição local, nomeadamente a alvenaria de pedra, o reboco caiado a branco, os pavimentos em lajedo e tijoleira cerâmica e a carpintaria em madeira escura.

A predominância do branco da nova ala estabelece continuidade com as superfícies caiadas do convento, enquanto a horizontalidade e a simplificação volumétrica assinalam a sua condição contemporânea. Pontualmente, surgem elementos de cor primária, como pilares ou superfícies pintadas de azul intenso, que interrompem a predominância do branco da cal e a austeridade da pedra, introduzindo momentos de acentuação plástica.

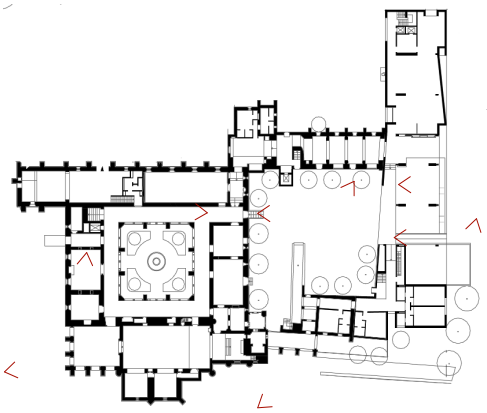
Novas infraestruturas

Os sistemas técnicos, nomeadamente a iluminação e o aquecimento, são integrados de forma discreta, de modo a não interferir com a leitura do conjunto.[102] A resolução das infraestruturas demonstra a preocupação em compatibilizar a atualização funcional com a conservação da matéria existente, fazendo da escala construtiva um meio de articulação entre o antigo e o novo.



102. RIERA OJEDA, Oscar, ed.; CONFURIUS, Gerrit - *José Paulo dos Santos*. Barcelona : Gustavo Gili, 2001, p. 9.

Fig. 80-81. Esquissos de projeto





82.

83.





84.

85.





86.

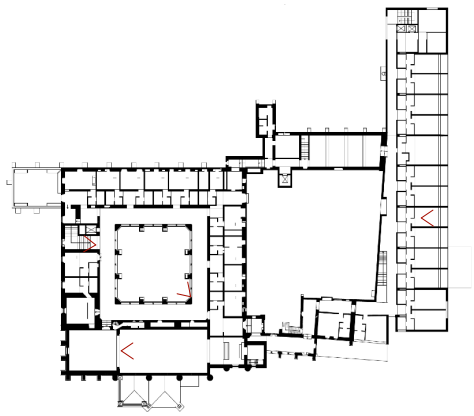
Fig. 82-88. Fotografias do exterior após a intervenção

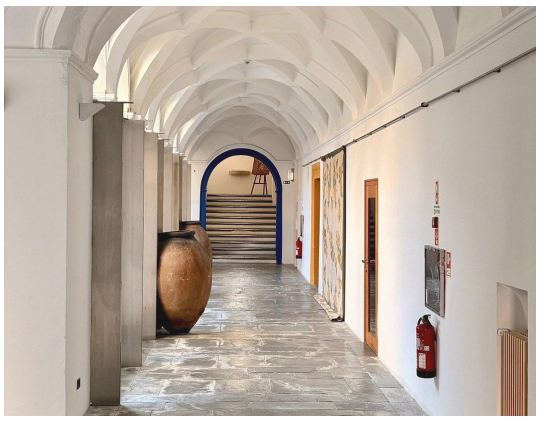
87.





88.

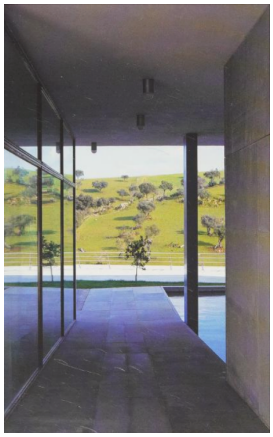




89.

90.





91.

92.





93.

94.





95.

Fig. 89-95. Fotografias do exterior após a intervenção

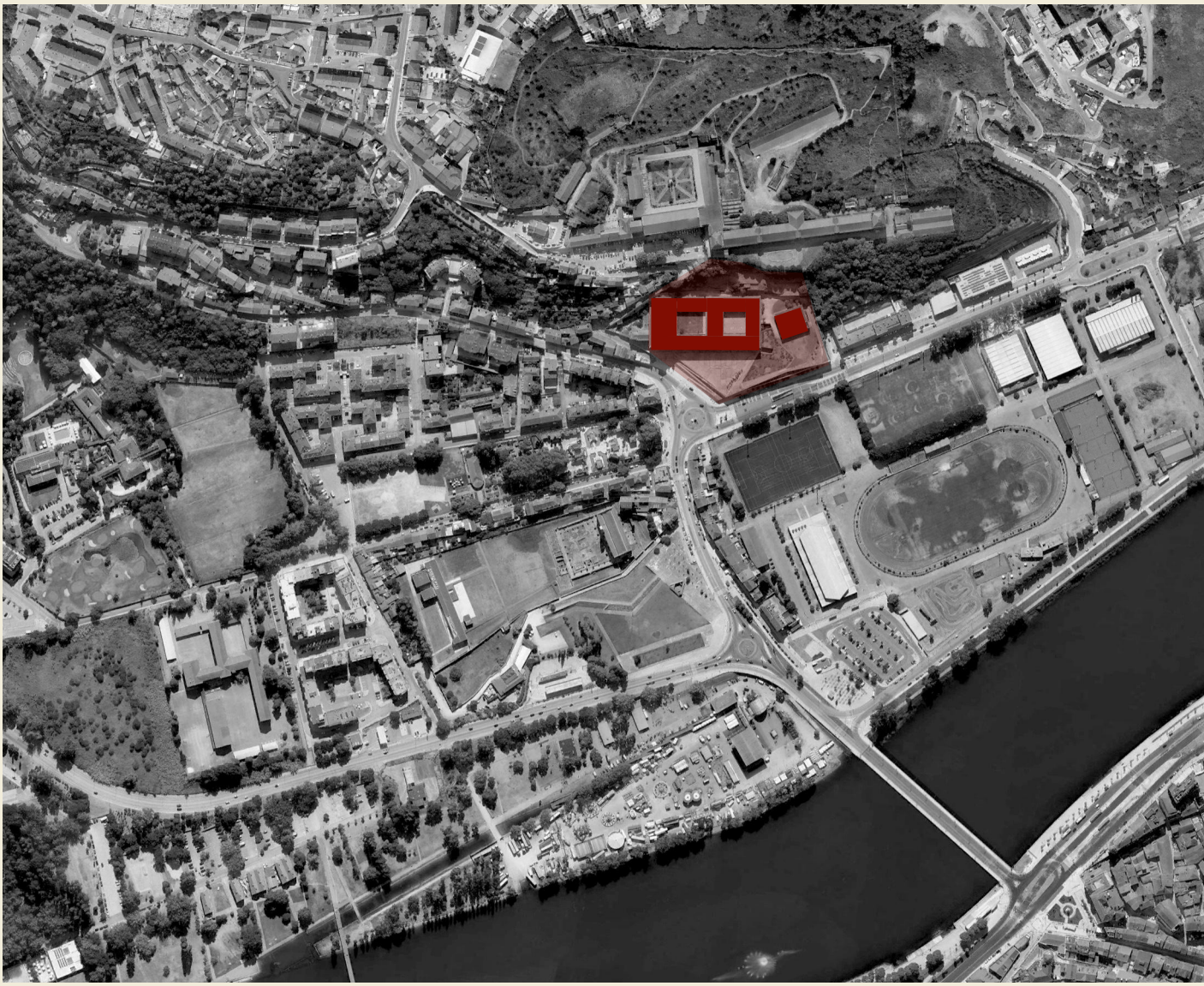


Fig. 96. Imagem aérea do Convento de S. Francisco, Coimbra



2.2. | Convento de S. Francisco, Coimbra

Localização: Freguesia de Santa Clara, Coimbra

Preexistência: Século XVII

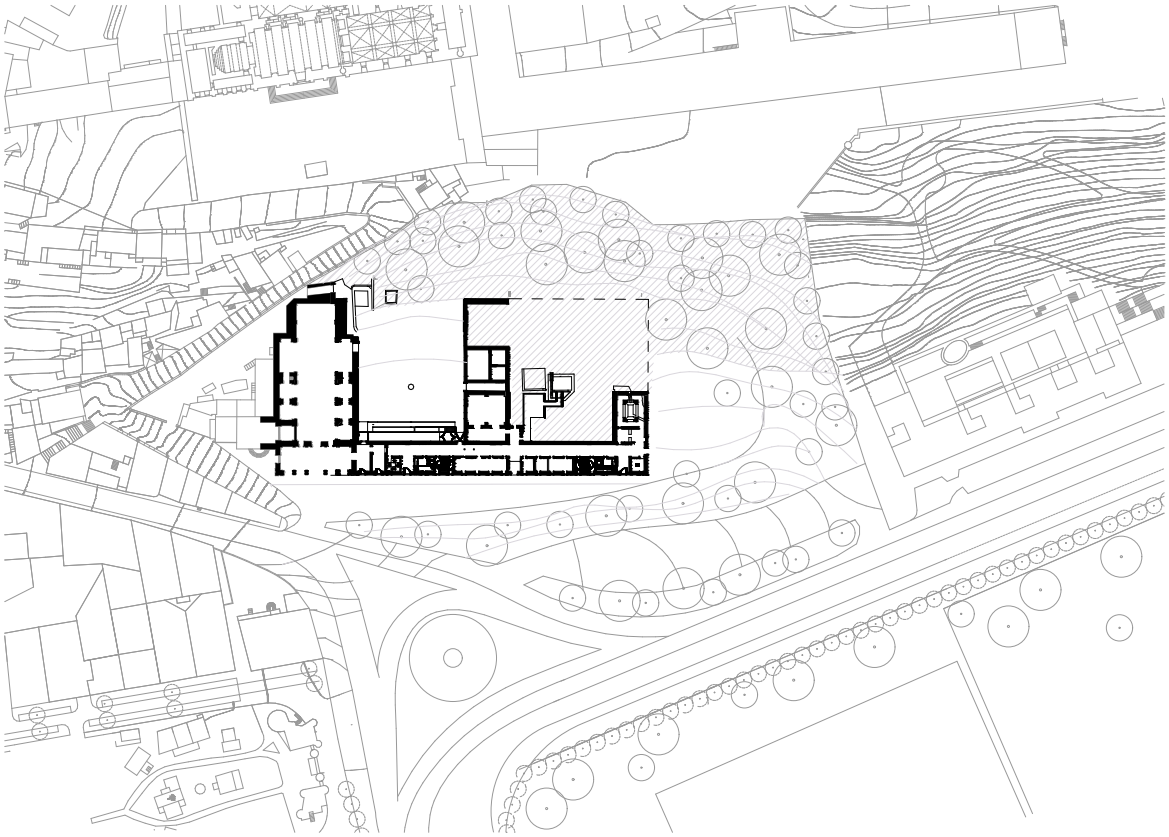
Datas da intervenção: 1996-2016

Autoria: João Carrilho da Graça

Cliente: Câmara Municipal de Coimbra

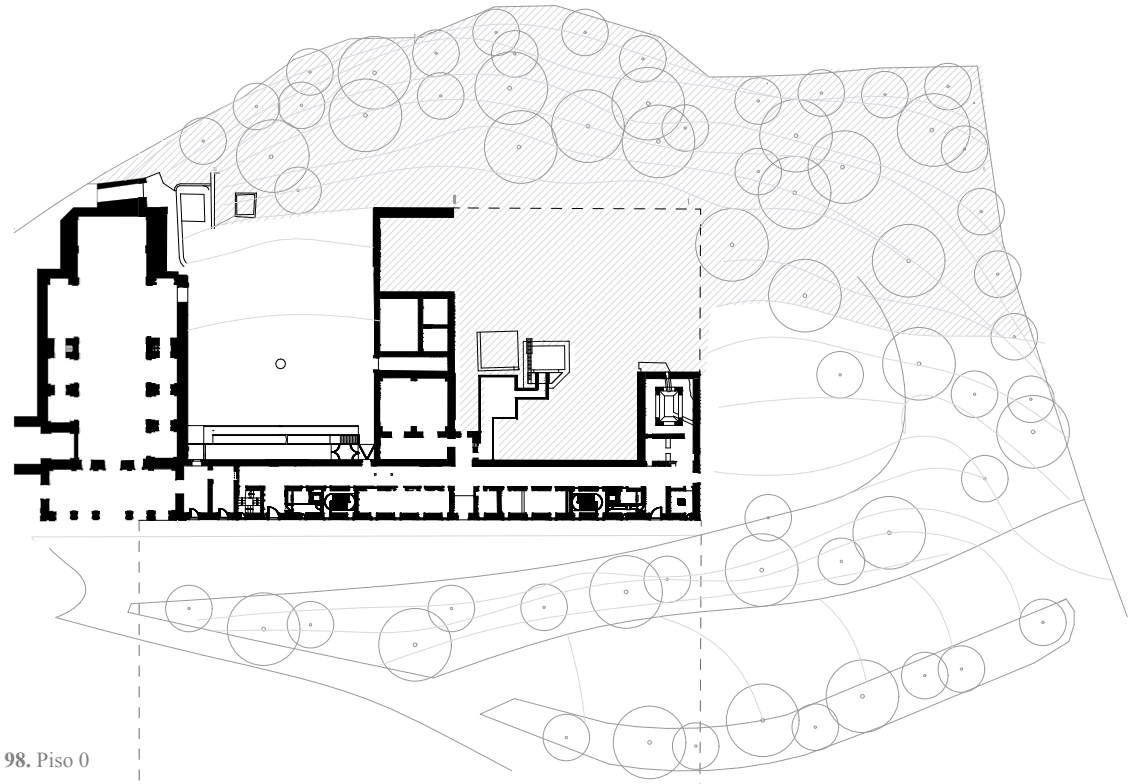
Programa original: Convento (em ruínas)

Novo Programa: Espaço Cultural e de Convenções

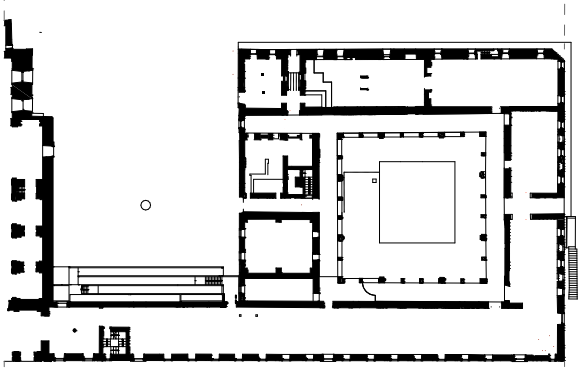


97. Cerca e envolvente

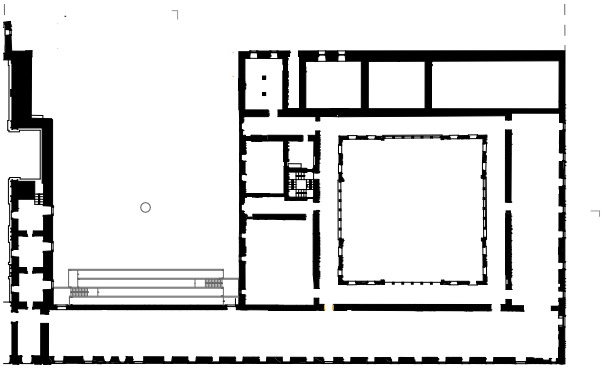
Fig. 97-102. Convento dde S. Francisco,
Coimbra, antes da intervenção



98. Piso 0

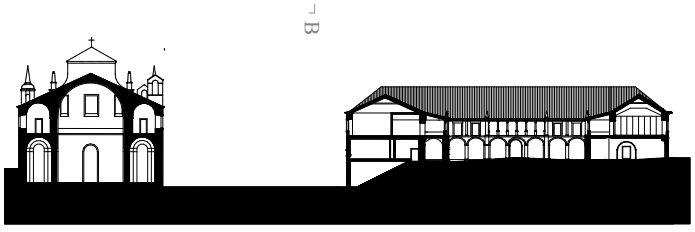


99. Piso 1

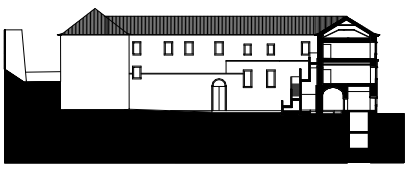


100. Piso 2





101. Corte A



102. Corte B

Paisagem, Lugar, Preexistência

Evolução histórica

A presença franciscana em Coimbra remonta a 1217, ano em que a comunidade se instalou na Ermida de Santo Antão dos Olivais. Contudo, a localização periférica, desadequada aos princípios mendicantes de proximidade urbana, levou a comunidade a transferir-se, em 1247, para junto da Ponte de Pedra, onde fundou o Convento de São Francisco da Ponte. A implantação numa cota ribeirinha baixa expôs o conjunto monástico às cheias recorrentes do Rio Mondego, que acabaram por levar à sua degradação e abandono em 1594. A construção do novo convento, iniciada em 1602, traduz uma resposta a estas condicionantes naturais.

Em 1834, a extinção das Ordens Religiosas marcou uma rutura decisiva no Convento de S. Francisco. A progressiva adaptação do conjunto a usos industriais, culminando com a instalação da Fábrica de Lanifícios de Santa Clara, transformou profundamente a sua relação com o território. Após o encerramento da atividade industrial em 1976, o conjunto entrou em estado de abandono. Em 1986, a Câmara Municipal adquiriu o convento e em 1996 lançou um concurso de reabilitação, do qual resultou o projeto de João Luís Carrilho da Graça.[103]

Implantação e relação com o território

O Convento de São Francisco de Coimbra implanta-se no sopé do Monte da Esperança, na margem poente do Mondego. A nova implantação, numa cota mais elevada e afastada do leito do rio, reduziu a exposição às cheias que tinham condicionado o primeiro convento. A localização na margem poente do Mondego estabelecia uma relação visual com Coimbra, situada na margem oposta. O conjunto assentava sobre uma plataforma que estabelecia uma separação física e simbólica entre o convento e a rua, reforçada pelo acesso através de uma escadaria, que marcava a transição entre o espaço público e o recinto conventual

A ocupação industrial viria a transformar esta relação. A remoção da plataforma e da escadaria aproximou fisicamente o conjunto do espaço público, enquanto a introdução de elementos associados à atividade fabril, nomeadamente a chaminé, modificou a sua presença na paisagem.

103. PATRIMÓNIO CULTURAL, I.P. - Igreja do Convento de São Francisco. (Consult. 21 set. 2026). Disponível em https://imovel.patrimoniocultural.gov.pt/detalhes.php?code=23040673

A cerca

A adaptação do convento a usos industriais e a transformação urbana da margem poente alteraram profundamente a configuração da antiga cerca e a relação entre o edifício e os espaços exteriores. A documentação reunida permite reconhecer a plataforma e a escadaria como elementos fundamentais da implantação original, mas ainda não possibilita reconstruir a organização da cerca, os seus limites ou os espaços produtivos.

A água

Neste caso, a água assume uma dimensão predominantemente territorial.As cheias recorrentes do Mondego determinaram a degradação e o abandono da fundação medieval e condicionaram a implantação do novo convento a uma cota mais elevada. Apesar deste afastamento, a relação com o rio permaneceu central na orientação e na perceção do conjunto. Na intervenção contemporânea, esta relação deixa de ser sobretudo uma questão de proteção face às cheias. O rio constitui uma referência paisagística na organização dos espaços exteriores e na reinserção urbana do conjunto.

Estado de conservação da preexistência

A ocupação industrial alterou profundamente a estrutura conventual. No interior, a maioria das celas foi demolida para criar espaços produtivos de maior dimensão, enquanto novas construções e infraestruturas ocuparam o edifício e os terrenos envolventes. No exterior, a remoção da plataforma e da escadaria modificou a implantação original. À data do concurso de reabilitação, o convento apresentava um estado de degradação resultante da sobreposição entre a estrutura conventual, as sucessivas adaptações industriais e o posterior abandono.

A memória descritiva reconhece o edifício como uma realidade temporal, feita das transformações acumuladas ao longo da sua existência, e a fábrica como *"referência histórica incontornável"* na memória coletiva da cidade e da região.[104] Contudo, considera que parte dos acrescentos industriais comprometiam a leitura da espacialidade conventual. Esta atitude aproxima-se de Brandi, para quem o restauro resulta do reconhecimento da preexistência na sua dupla condição, histórica e estética.[105]



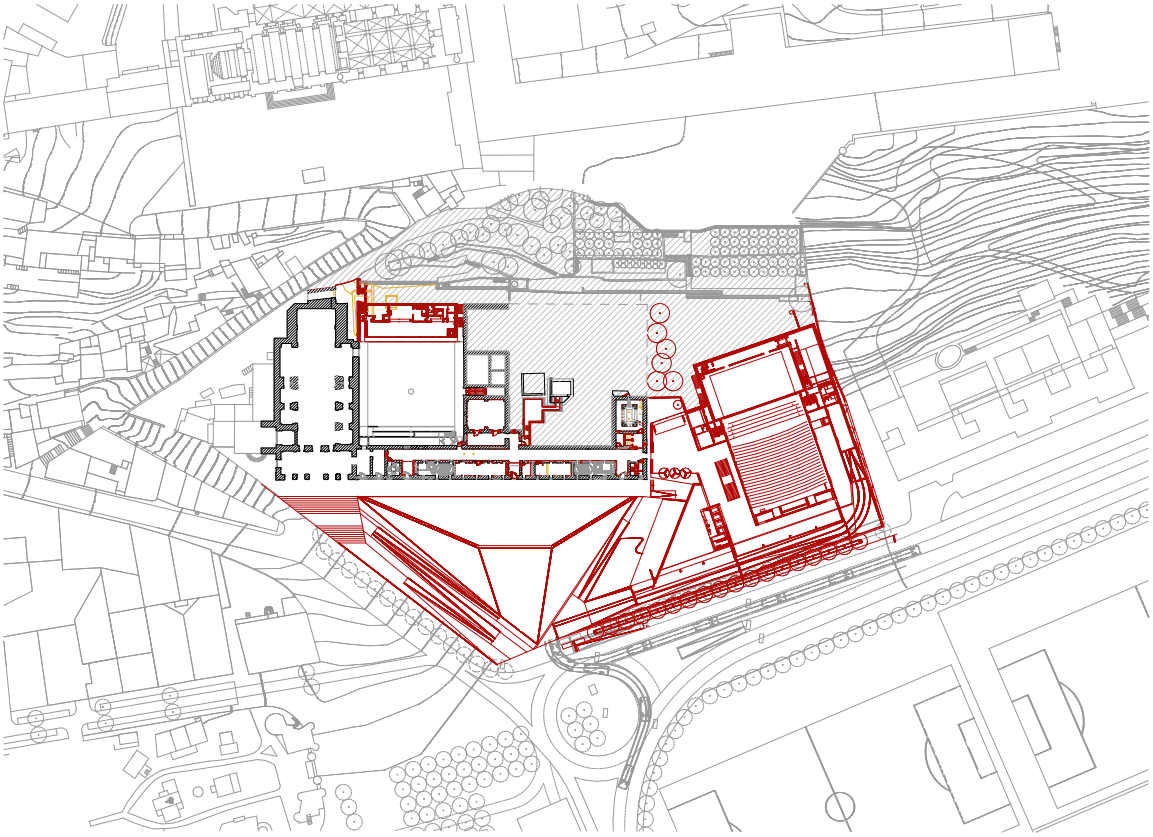






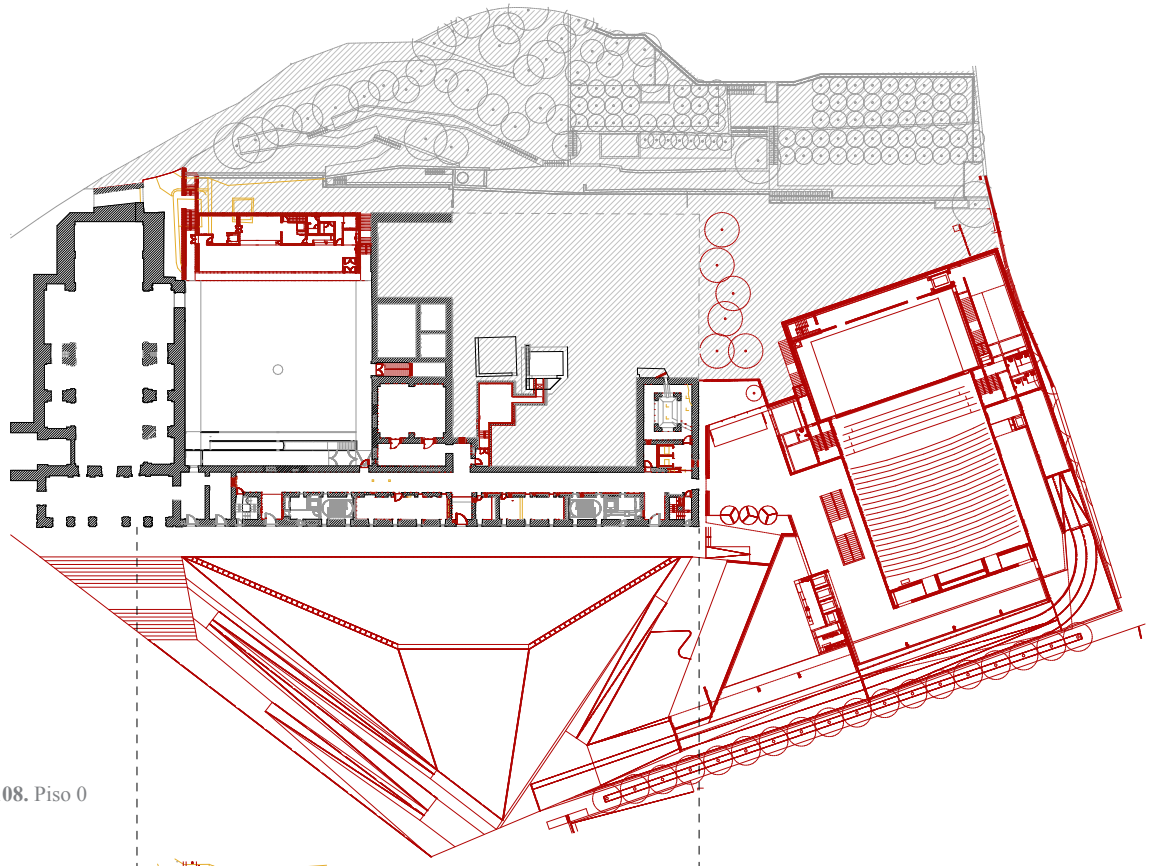
Fig. 103-106. Fotografias do Convento de S. Francisco antes da intervenção

104. JLCG ARQUITECTOS - *Memória descritiva: Espaço Cultural e de Convenções no Convento de São Francisco em Coimbra.* Lisboa : JLCG Arquitectos, [s.d.], p. 4, ponto 1.2.2, "Embasamento".
105. BRANDI, Cesare - *Teoria del restauro.* Roma : Edizioni di Storia e Letteratura, 1963, p. 3-8.

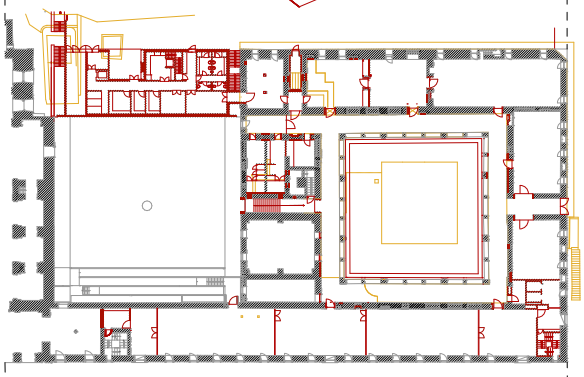


107. Cerca e envolvente

Fig. 107-112. Convento de S. Francisco,
Coimbra, vermelhos e amarelos



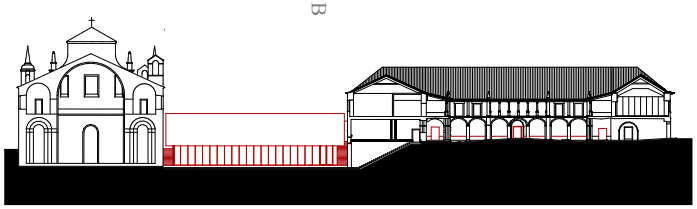
108. Piso 0



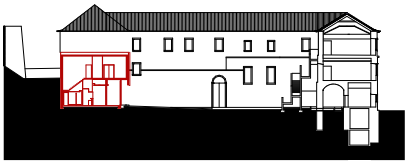
109. Piso 1



110. Piso 2



111. Corte A



112. Corte B

Estratégia de Projeto

Programa



A intervenção de João Luís Carrilho da Graça foi desenvolvida a partir de 1996, no âmbito do concurso público lançado pela Câmara Municipal de Coimbra para a recuperação do Convento de S. Francisco como Espaço Cultural e de Convenções, associado à requalificação da zona ribeirinha envolvente. A introdução do novo programa implicou adaptar uma estrutura concebida para a vida monástica às exigências de um equipamento cultural de grande escala, nomeadamente um auditório para cerca de 1125 lugares. O convento passou a acolher espaços expositivos e multifuncionais, distribuídos pelas alas do convento de acordo com a sua compatibilidade funcional. Uma vez que a preexistência não permitia acolher a totalidade do programa, foi construído um novo corpo a Norte, destinado ao auditório e um embasamento que estabelece a ligação entre as diferentes cotas do conjunto.

Métrica

A organização conventual assentava na repetição das celas em torno do claustro. Uma vez que a ocupaçaão industrial eliminou esta compartimentação, a intervenção aproveita esta condição e define a sua métrica através de salas amplas organizadas em torno do claustro, com *"pragmatismo e inesperada rentabilidade em termos de qualidade arquitetónica e flexibilidade funcional"*.[106]A subdivisão destes espaços por elementos amovíveis introduz uma métrica variável, ajustável às diferentes utilizações do equipamento. Já a plataforma e o auditório introduzem uma nova escala, determinada pela lotação e pelas exigências técnicas do auditório.

O claustro

A recuperação da organização do edifício em torno do claustro contribui para tornar novamente legível a estrutura conventual. O claustro mantém-se como referência central, apesar da transformação da compartimentação das alas. A intervenção não procura reconstruir integralmente uma imagem histórica, mas recuperar os elementos necessários para compreender a espacialidade do convento. Nesse sentido, o claustro constitui uma permanência fundamental na reorganização do conjunto.

Fig. 113. Esquema da distribuição do programa

106. JLCG ARQUITECTOS - *Memória descritiva: Espaço Cultural e de Convenções no Convento de São Francisco em Coimbra.* Lisboa : JLCG Arquitectos, [s.d.], p. 4, ponto 1.2.2, "Embasamento".

Celas e restantes dependências

A maioria das celas havia sido demolida durante a ocupação industrial. A intervenção aproveita esta condição para criar salas amplas, adequadas ao programa cultural e de convenções, sem proceder à reconstituição da compartimentação desaparecida. A opção por não reconstituir a compartimentação desaparecida afasta-se de uma lógica de restituição de um estado completo, associável à conceção de restauro de Viollet-le-Duc, que definia o entendia como o restabelecimento do edifício num estado completo que poderia mesmo nunca ter existido num determinado momento. A igreja foi objeto de um projeto autónomo, da autoria de Gonçalo Byrne. Apesar da autonomia das duas intervenções, estas relacionam-se através dos espaços exteriores e do novo sistema de acessos.



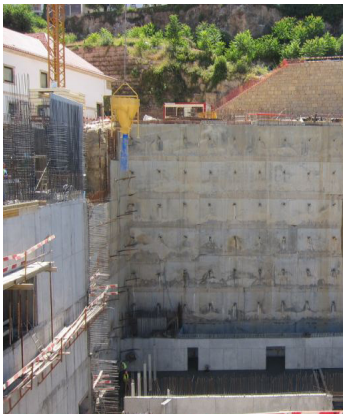




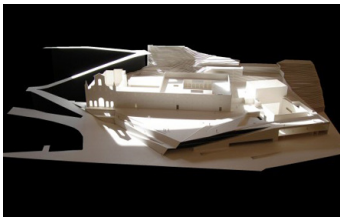
Fig. 114-116. Fotografias do processo de obra

Acessos e circulação

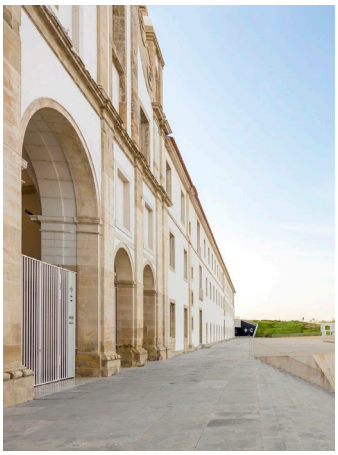
Um dos gestos mais significativos desta estratégia é a criação de uma plataforma elevada, designada pelo arquiteto como "praça". Esta escolha desta designação revela a intenção de atribuir ao espaço um carácter público e coletivo. Como afirma Carrilho da Graça, trata-se de *"uma praça que fica aberta à cidade, virada para o Rio Mondego, com uma vista bonita"*.[107] A nova plataforma procura recuperar a condição elevada que anteriormente caracterizava o convento, restabelecendo a sua relação visual com o Mondego e a cidade. Para isso, *"recupera, na frente urbana, a cota do terreno anterior às transformações industriais"*.[108]

O piso térreo funciona como *"plano de charneira entre o pré-existente - convento e igreja - e o edifício novo"*.[109] É neste piso que se concentram todas as entradas, a receção, a bilheteira, o foyer do auditório, a administração e a ligação ao restaurante, estabelecendo igualmente as conexões entre os dois volumes. A plataforma reorganiza os percursos entre o convento, a igreja, o auditório, os espaços exteriores e o estacionamento. A nova escadaria estabelece a ligação entre a igreja, os terraços do convento e o espaço público.

107. IBEIRO, Anabela Mota – Entrevista a João Luís Carrilho da Graça. 2008. Disponível em WWW:https://anabelamotaribeiro.pt/joao-luis-carrilho-da-graca-115979
108. ALBIERO, Roberta; SIMONE, Rita - *João Luís Carrilho da Graça: opere e progetti.* Milão : Electa, 2003, p. 128.
109. JLCG ARQUITECTOS - *Memória descritiva: Espaço Cultural e de Convenções no Convento de São Francisco em Coimbra.* Lisboa : JLCG Arquitectos, [s.d.], p. 4, ponto 1.2.2, "Embasamento".







Desta forma, a intervenção ultrapassa a adaptação funcional do edifício conventual e reorganiza as relações entre as diferentes partes do conjunto. A plataforma e o embasamento funcionam como elementos de articulação entre preexistência, nova construção e espaço urbano, aproximando-se da leitura de Francisco de Gracia da intervenção no construído enquanto transformação das relações que estruturam a preexistência. A estratégia deixa de corresponder apenas a uma *"modificação circunscrita"* ao edifício e aproxima-se da *"modificação do locus"*, uma vez que atua sobre o sistema de relações entre arquitetura, topografia, espaço público e cidade.[110]

Permanências, demolições e adições

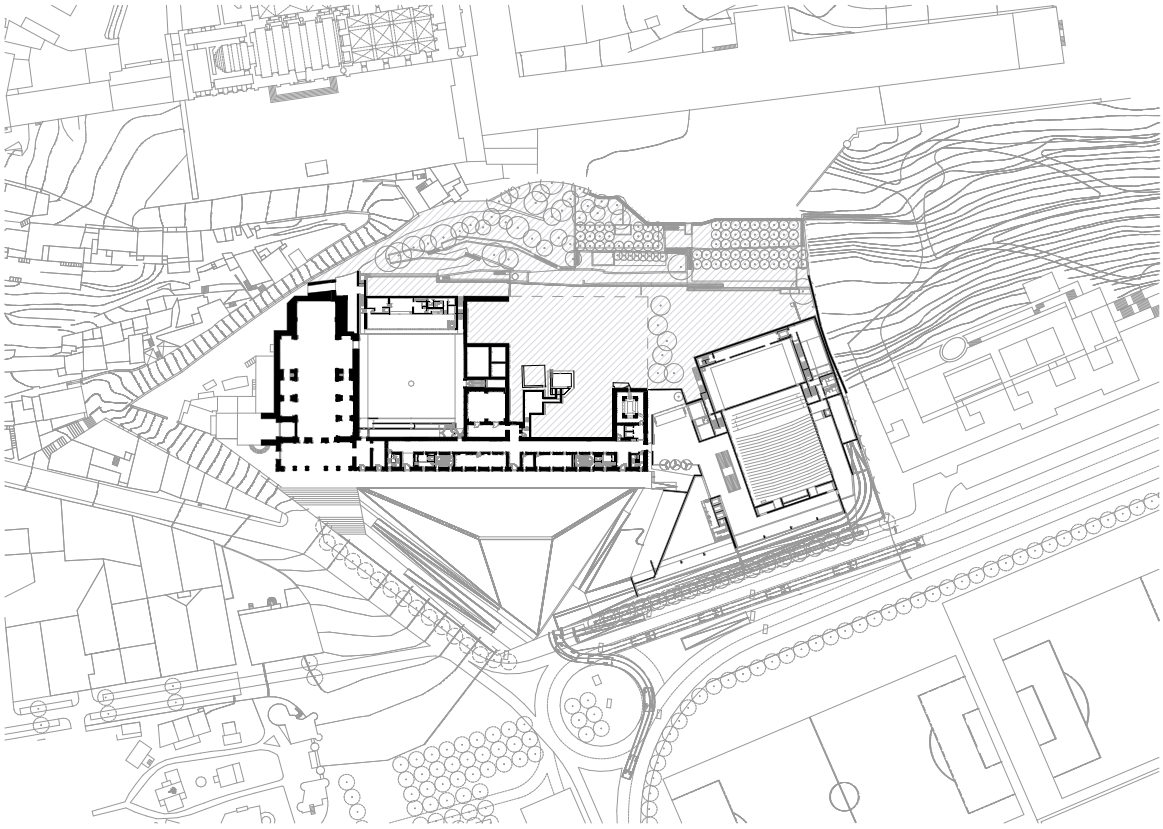
A intervenção mantém o edifício conventual, a organização em torno do claustro e os elementos necessários à leitura da espacialidade original, sem procurar restituir integralmente a configuração seiscentista. Para além disto, elimina acrescentos industriais considerados incompatíveis com essa leitura e introduz novas adições assumidas como elementos contemporâneos, tais como a plataforma, o auditório, a estrutura do restaurante e a escadaria. Entre estes, o auditório constitui o volume novo principal, conciliando as exigências dimensionais e técnicas do programa com a preservação da relação entre o convento, a igreja e a paisagem.

A conservação dos elementos fundamentais para a leitura da estrutura conventual e a eliminação de parte das transformações posteriores revela que a estratégia de projeto assenta numa seleção crítica da preexistência. A diferenciação entre antigo e novo aproxima-se do princípio de distinguibilidade defendido por Boito. Porém, na relação formal entre as duas partes, a autonomia geométrica e construtiva das novas adições permite reconhecer uma estratégia predominantemente fundada no contraste, no sentido proposto por Solà-Morales. Segundo o autor, o contraste não corresponde à rejeição da arquitetura histórica, mas à construção de uma relação através da diferença entre geometrias, materiais e texturas, permitindo que antigo e novo se tornem mutuamente legíveis.[111]

Fig. 117. Maquete do projeto

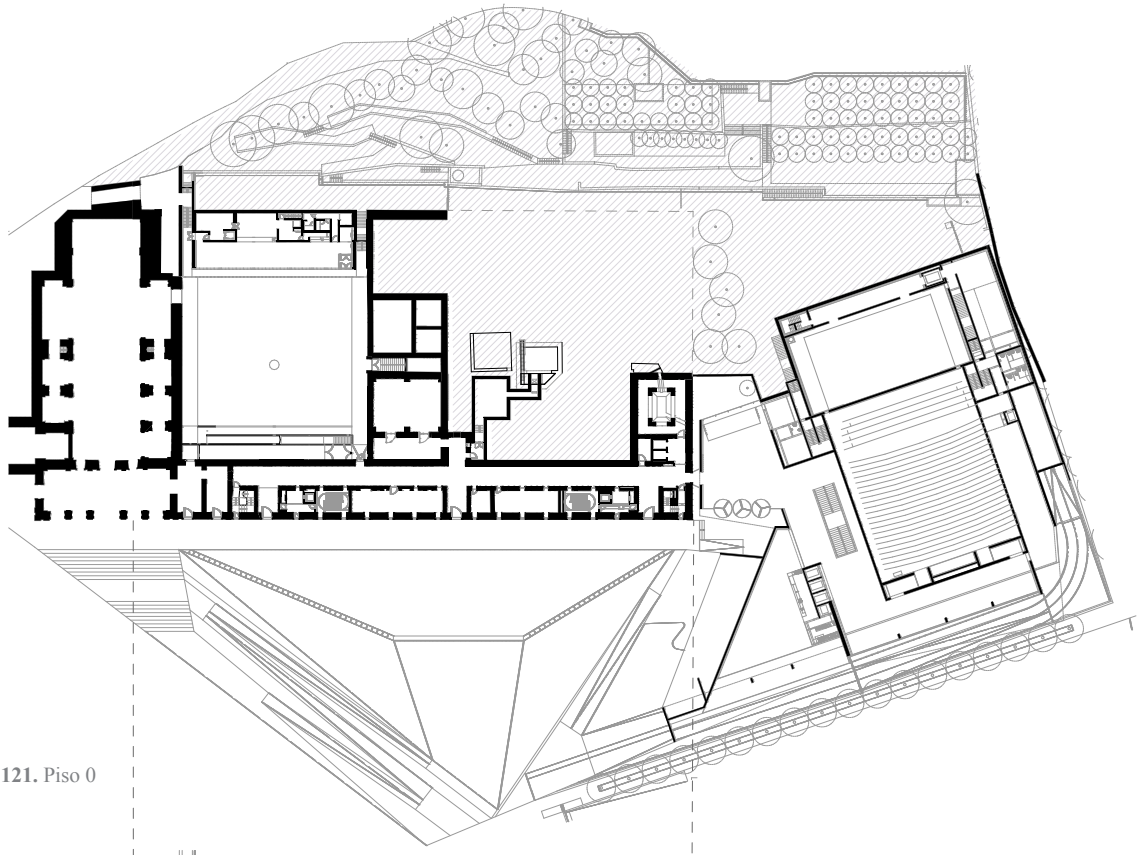
Fig. 118-119. Fotografias após a intervenção

110. DE GRACIA, Francisco - *Construir en lo construido: la arquitectura como modificación.* Donostia-San Sebastián : Editorial Nerea, 1992, p. 178.
111. SOLÀ-MORALES, Ignasi de - Del contraste a la analogía: transformaciones en la concepción de la intervención arquitectónica. *Lotus International*. N.º 46 (1985), p. 50.

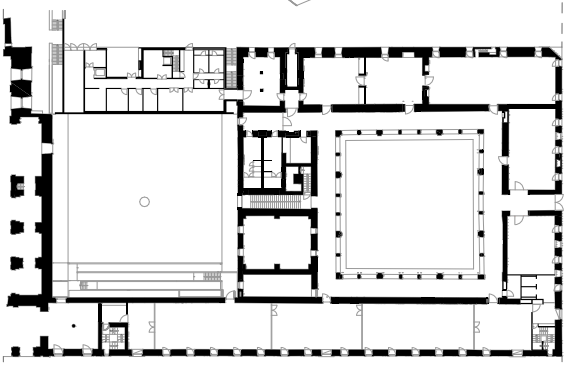


120. Cerca e envolvente

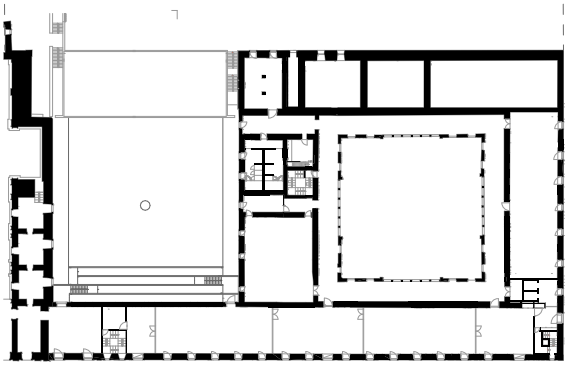
Fig. 120-125. Convento de S. Francisco,
Coimbra, após a intervenção



121. Piso 0

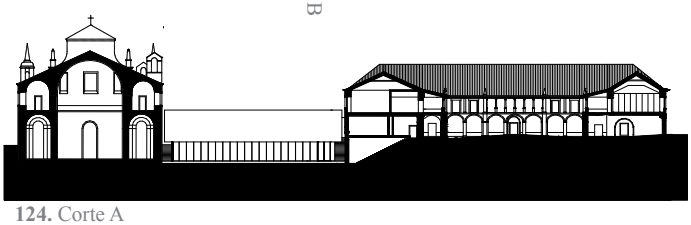


122. Piso 1

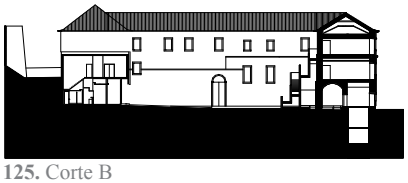


123. Piso 2



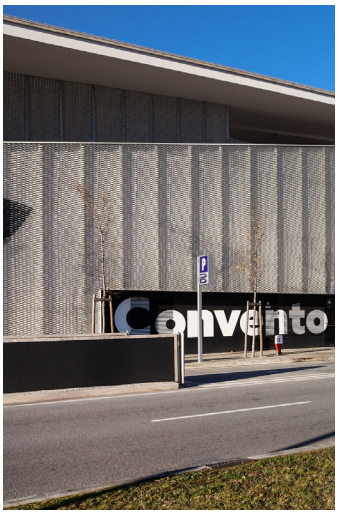


124. Corte A



125. Corte B

Tectónica, Materialidade, Detalhe



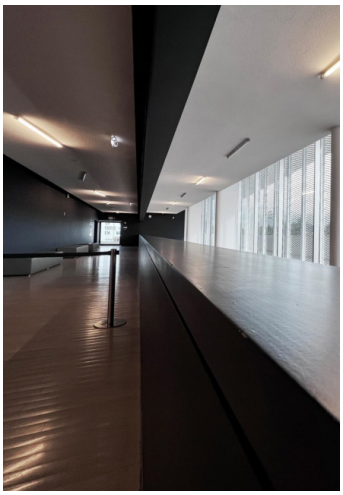




Fig. 126-128. Fotografias após a intervenção

Sistema construtivo

No edifício conventual, a intervenção pauta-se pela continuidade da estrutura existente e pela economia de meios. A memória descritiva propõe a recuperação da espacialidade original através da reparação dos rebocos, das cantarias e das caixilharias e da eliminação de acrescentos que comprometiam a leitura do conjunto. Assim, a intervenção sobre a preexistência e a construção dos novos elementos obedecem a lógicas distintas. No convento predomina a reparação e recuperação da matéria existente, enquanto nas adições, a construção contemporânea assume autonomia construtiva e formal. Esta separação reforça a legibilidade temporal defendida por Boito e,[112] simultaneamente, a relação por contraste identificada por Solà-Morales.[113]

A nova construção integra o auditório, a plataforma e um embasamento destinado ao estacionamento. Estes elementos constituem um sistema autónomo que articula as diferentes cotas do convento, da igreja e da cidade. O embasamento assume particular importância pois permite inserir o estacionamento, áreas de serviço e parte do volume do auditório, reduzindo a presença das novas funções à superfície e transformando a própria topografia num instrumento de articulação.

Caixilharias e pavimentos

A memória descritiva refere a reparação das caixilharias como parte da recuperação do edifício conventual. Esta operação integra-se na intenção de restabelecer a legibilidade da preexistência sem reconstruir integralmente uma imagem histórica. A organização dos espaços exteriores em dois níveis - a praça e o espaço ajardinado associado ao auditório - estrutura a relação entre o edifício e o contexto urbano. Os pavimentos da plataforma contribuem para construir a continuidade entre diferentes cotas, acessos e volumes. No interior, o texto atual não descreve os pavimentos preexistentes nem as soluções introduzidas pela intervenção.

112. BOITO, Camillo - *Questioni pratiche di belle arti: restauri, concorsi, legislazione, professione, insegnamento.* Milão : Ulrico Hoepli, 1893, p. 28-29.
113. SOLÀ-MORALES, Ignasi de – Del contraste a la analogía: transformaciones en la concepción de la intervención arquitectónica. Lotus International. N.º 46 (1985), p.50.

Novas infraestruturas

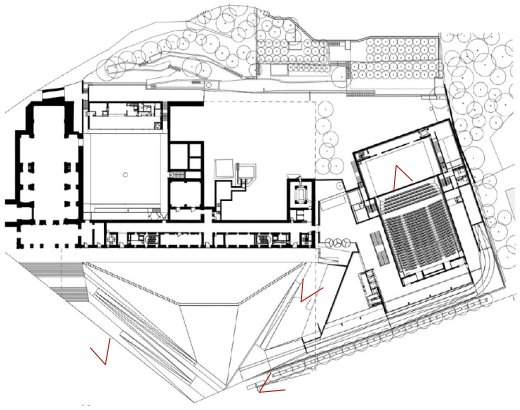
O auditório exigiu a introdução das infraestruturas necessárias ao funcionamento de um equipamento cultural e de convenções. O embasamento concentra o estacionamento e participa na articulação entre as diferentes cotas. O piso térreo reúne os principais espaços de receção e distribuição, funcionando como infraestrutura de ligação entre os edifícios existentes e os novos volumes. Deste modo, a concentração destas funções no embasamento permitiu compatibilizar a dimensão técnica do novo programa com a manutenção da legibilidade do convento enquanto elemento dominante do conjunto.

Materiais

A intervenção estabelece uma clara distinção entre a preexistência e os novos elementos. No convento, a reparação dos rebocos, das cantarias e das caixilharias procura recuperar a legibilidade da arquitetura existente. Os novos volumes adotam uma expressão autónoma e contemporânea. A simplicidade dos planos, a contenção dos elementos construtivos e a geometria abstrata do auditório distinguem a nova construção sem produzir uma rutura com o conjunto. Esta simplicidade geométrica é particularmente coerente com a leitura de Solà-Morales sobre o contraste. Em vez de marcar uma oposição, a diferença resulta da justaposição entre a textura e espessura da construção histórica e a precisão abstrata da intervenção contemporânea.

A nova escadaria exemplifica esta abordagem ao assumir claramente a diferença temporal pelo seu desenho. Neste ponto, a relação com Boito é claramente evidente, pois Carrilho da Graça recupera a função e a relação espacial da escadaria antiga, sem produzir uma cópia que possa ser confundida com a construção histórica.[114]

114. BOITO, Camillo - *Questioni pratiche di belle arti: restauri, concorsi, legislazione, professione, insegnamento.* Milão : Ulrico Hoepli, 1893, p. 28-29.

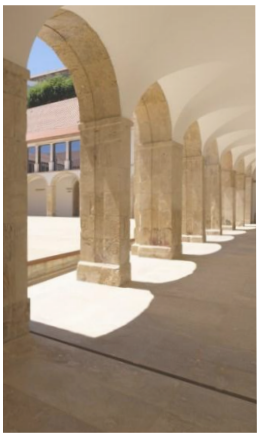




129.

130.





131.



132.

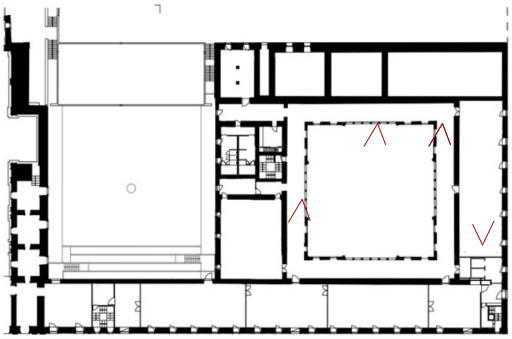


133.

Fig. 129-134. Fotografias do exterior após a intervenção



134.





135.

136.

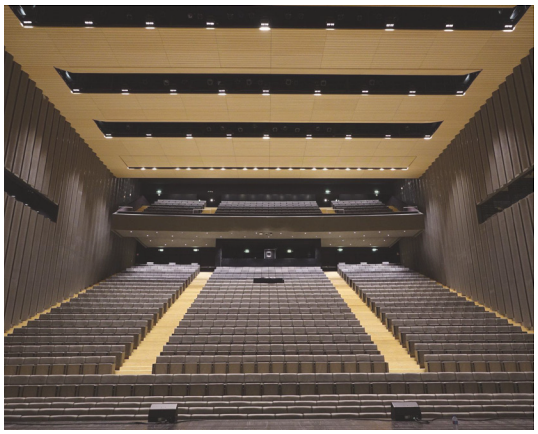




137.



138.



139.

Fig. 136-139. Fotografias do exterior após a intervenção



Fig. 140. Imagem aérea do Convento de S. Francisco de Real, Braga



2.3. | Convento de S. Francisco de Real, Braga

Localização: Freguesia de Real, Braga

Preexistência: Século XVI

Datas da intervenção: 2015-2024

Autoria: Maria Manuel Oliveira

Cliente: Câmara Municipal de Braga

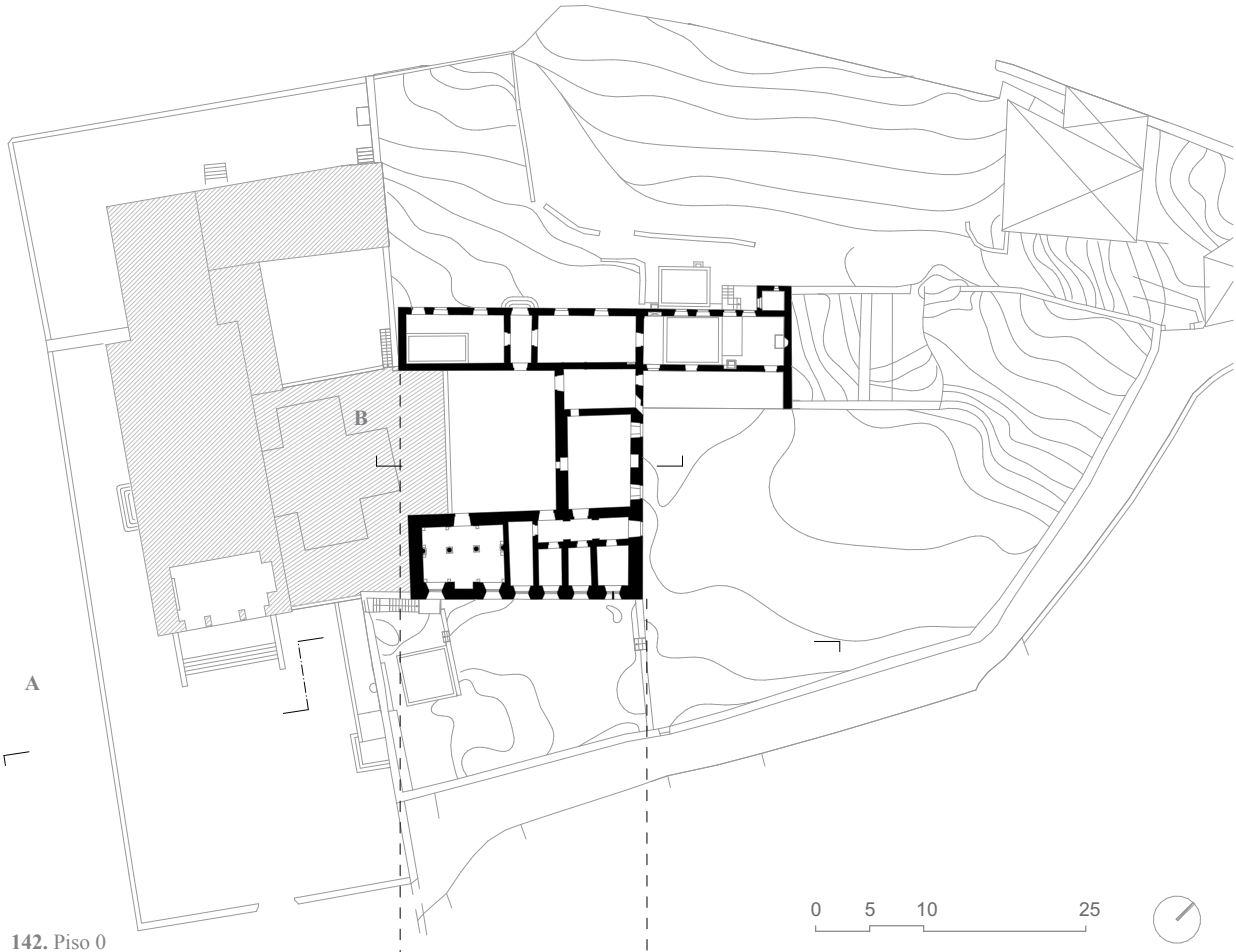
Programa original: Convento (em ruínas)

Novo Programa: Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho

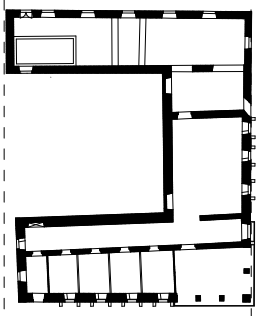


141. Cerca | Escala 1:1000

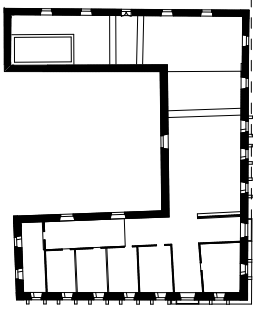
Fig. 141-146. Convento de S. Francisco de Real,
Braga, após a intervenção



142. Piso 0



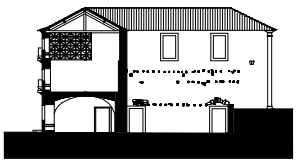
143. Piso 1



144. Piso 2



145. Corte A



146. Corte B

Paisagem, Lugar, Preexistência

Evolução histórica

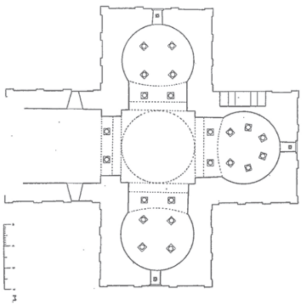


Fig. 147. Planta do Mausoléu de São Frutuoso

O Convento de São Francisco de Real foi fundado no século XVI sobre a estrutura medieval de São Frutuoso de Montélios. O conjunto formado pelo convento, pelo Mausoléu de São Frutuoso e pela Igreja de São Jerónimo resulta de sucessivas transformações e sobreposições construtivas. Após a extinção das Ordens Religiosas, em 1834, a igreja manteve o uso paroquial, enquanto o convento foi vendido a particulares, passando a desempenhar funções agrícolas e pedagógicas. Entre as décadas de 1930 e 1940, a Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) interveio no conjunto, com foco na valorização do Mausoléu de São Frutuoso.[115]

Em 1997, o conjunto foi adquirido pela Câmara Municipal de Braga, que instalou no local uma quinta pedagógica. Em 2015, a Câmara aprovou a cedência do convento e da Capela de São Frutuoso à Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, que ficou responsável pela sua reabilitação e pela instalação de um espaço museológico aberto ao público. As obras, concluídas em outubro de 2024 e realizadas segundo projeto da arquiteta Maria Manuel Oliveira, incidiram sobre a reabilitação do conjunto existente e a reorganização parcial dos espaços verdes e dos percursos de visita. Por limitações orçamentais, não foram executados o edifício destinado aos laboratórios nem a totalidade do projeto paisagístico.[116]

Implantação e relação com o território

O Convento de São Francisco de Real localiza-se na freguesia de Real, a cerca de três quilómetros da cidade de Braga, na margem sul do rio Cávado. A escolha do lugar segue os princípios de implantação das comunidades franciscanas, que valorizavam a proximidade de vias de peregrinação, a integração de preexistências religiosas, a relação visual com a paisagem, a disponibilidade de água e a fertilidade dos terrenos.[117]

115. OLIVEIRA, Maria Manuel; FERREIRA, Teresa Cunha, coords. - *Metamorfoses do Convento de São Francisco de Real: reconhecimento, análise, interpretação*. Guimarães : Lab2PT; Escola de Arquitectura da Universidade do Minho, 2015, p. 8.
116. OLIVEIRA, Maria Manuel - Conversa com a autora. Convento de S. Francisco de Real, Braga, 9 jul. 2026.
117. XAVIER, António Manuel - *Das Cercas aos Conventos*. Évora : Centro de História da Universidade de Évora, 2004, p. 35.

Esta combinação entre afastamento e acessibilidade corresponde a um princípio recorrente na implantação monástica, devendo o sítio *"propiciar uma vida recatada e assegurar a auto-suficiência material da comunidade"*.[118] No caso de S. Francisco de Real, a distância relativamente a Braga permitia conciliar o recolhimento conventual com a proximidade da população e dos percursos de circulação, sendo a ligação à cidade assegurada por um caminho utilizado pelos frades.

A implantação assumia ainda uma dimensão territorial mais ampla. Em conjunto com Dume, o convento sobre São Frutuoso constitui um marco territorial fundamental. Estas estruturas *"balizam, pela posição na topografia, a chegada a Braga (...) abrindo o grande enfiamento em direção à Sé"*,[119] funcionando como uma porta de entrada na cidade para quem chega a partir da Via XIX, posteriormente integrada nos caminhos de Santiago.

A cerca

A organização da cerca é conhecida através de fontes documentais dos séculos XVIII e XIX. *O Inventário de extinção do Convento de São Frutuoso*,[120] de 1834, regista uma cerca murada, organizada por campos em socalcos, árvores de fruto, áreas de cultivo e uma devesa de carvalhos. As *Crónicas da Santa Província de Nossa Senhora da Soledade*,[121] de 1762, acrescentam a existência de um jardim de flores, uma capela e um tanque com peixes.[122] A partir destas descrições e das permanências ainda reconhecíveis, como muros, caminhos e um ribeiro, Maria Manuel Oliveira propõe uma hipótese de reconstituição da cerca, ainda complementada pela investigação arqueológica da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, que antecedeu e acompanhou o projeto de intervenção.



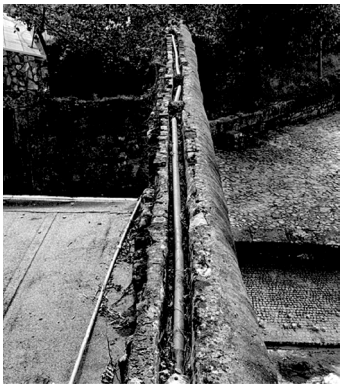




Fig. 148-150. Fotografias do estado do convento antes da intervenção

118. FONTES, Luís - *São Martinho de Tibães: um sítio onde se fez um mosteiro: ensaio em arqueologia da paisagem e da arquitectura.* Lisboa : IPPAR; Ministério da Cultura, 2005, p. 38.
119. OLIVEIRA, Maria Manuel; FERREIRA, Teresa Cunha, coords. - *Metamorfoses do Convento de São Francisco de Real: reconhecimento, análise, interpretação.* Guimarães : Lab2PT; Escola de Arquitectura da Universidade do Minho, 2015, p. 12.
120. ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO - Inventário de extinção do Convento de São Frutuoso em Braga. Ministério das Finanças, Convento de São Frutuoso de Braga, cx. 2201; Hospício de São Francisco de Braga, cx. 2202. Cód. ref. PT-TT-MF/DGFP/E/1/00066.
121. SANTIAGO, Francisco de; COSTA, Miguel Manescal da - *Chronica da Santa Província de Nossa Senhora da Soledade.* T. I. Lisboa : Officina de Miguel Manescal da Costa, Impressor do Santo Ofício, 1762.
122. OLIVEIRA, Maria Manuel; FERREIRA, Teresa Cunha, coords. - *Metamorfoses do Convento de São Francisco de Real: reconhecimento, análise, interpretação.* Guimarães : Lab2PT; Escola de Arquitectura da Universidade do Minho, 2015, p. 18–19.







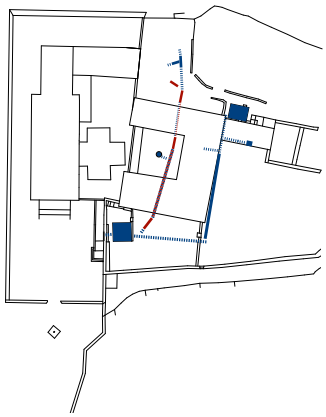


Fig. 151. Escavações arqueológicas

Fig. 152-153. Vestígios do sistema hidráulico

Fig. 154. Esquema dos circuitos de água

A água

O abastecimento de água era assegurado por uma nascente ligada ao convento através de um aqueduto e de um tanque de armazenamento, a partir do qual se desenvolvia uma rede de canais subterrâneos destinada ao abastecimento do convento e à rega dos jardins e áreas cultivadas.

Os vestígios arqueológicos apontam para a existência de dois circuitos. Um do século XVI, que atravessava o claustro, possivelmente ligando ao *de profundis*, ao refeitório e às cozinhas e um do século XVIII, desdobrado em dois circuitos autónomos: um orientado para o claustro e sacristia e outro ao longo da parede nascente servindo o de profundis, o refeitório e o tanque da cozinha.

Estado de conservação da preexistência

Quando se iniciou o processo de reabilitação, o edifício apresentava uma condição marcada pela ruína. As sucessivas ocupações posteriores a 1834 e as intervenções da DGEM transformaram a imagem original do conjunto. A preexistência apresentava vãos alterados ou encerrados, relações espaciais interrompidas e vestígios arqueológicos associados aos sistemas hidráulicos e produtivos. As intervenções da DGEMN ocultaram o acesso original ao convento e modificaram a configuração do claustro. A própria investigação que fundamentou o projeto entende o edifício como um *"documento material a ler e transformar"*, procurando esclarecer a sua "*espessura pluri-estratificada"* e as lógicas compositivas, funcionais e construtivas acumuladas ao longo do tempo.[123]

Assim, a intervenção parte de uma preexistência pluriestratificada, cuja leitura não pressupõe o retorno a um momento histórico específico, mas o reconhecimento das sucessivas transformações que construíram o conjunto. Esta posição aproxima-se da valorização dos diferentes tempos inscritos na preexistência. Neste sentido, aproxima-se também do princípio da Carta de Veneza de respeito pelas *"contribuições válidas de todas as épocas"*, recusando a unidade de estilo como finalidade do restauro.[124]

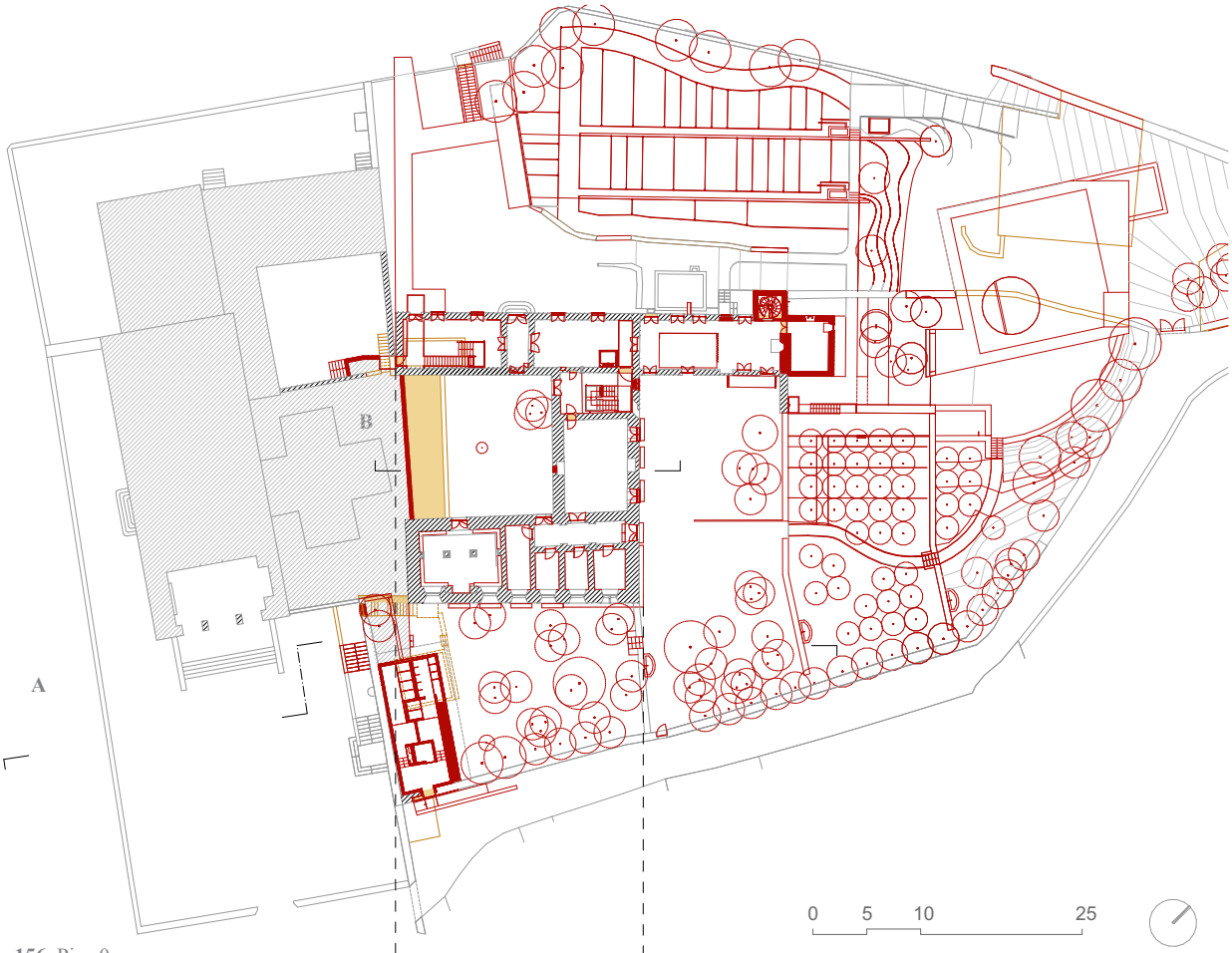
123. OLIVEIRA, Maria Manuel; FERREIRA, Teresa Cunha, coords. - *Metamorfoses do Convento de São Francisco de Real: reconhecimento, análise, interpretação.* Guimarães : Lab2PT; Escola de Arquitectura da Universidade do Minho, 2015, p. 8.

124. ICOMOS - *Carta Internacional sobre a Conservação e o Restauro dos Monumentos e Sítios: Carta de Veneza.* Veneza : ICOMOS, 1964, art. 11.º.

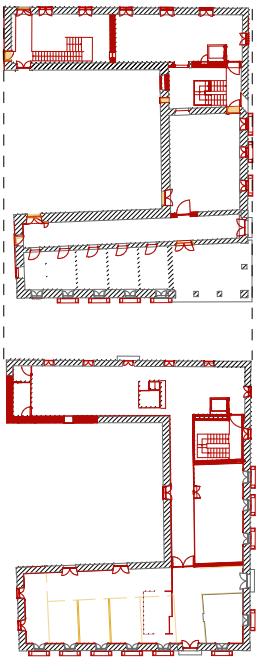


155. Cerca | Escala 1:1000

Fig. 155-160. Convento de S. Francisco de Real, Braga, vermelhos e amarelos

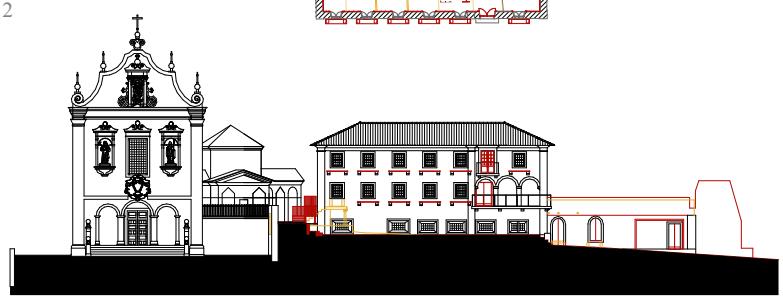


156. Piso 0



157. Piso 1

158. Piso 2



159. Corte A



160. Corte B

Estratégia de Projeto

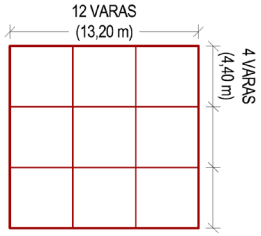
Programa



O novo programa destinava o conjunto à Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, integrando espaços de trabalho, investigação, reunião e visita. A adaptação funcional foi realizada de forma diferenciada nos diversos compartimentos, procurando adequar cada uso às características espaciais da preexistência. O projeto previa ainda um novo corpo destinado a laboratórios. Contudo, a sua concretização não foi possível devido a limitações orçamentais. Sistema construtivo

A reabilitação incidiu sobretudo na recuperação das estruturas existentes, limitando a introdução de elementos novos. As alvenarias de granito foram consolidadas e estabilizadas, preservando as marcas das diferentes fases construtivas. Quando foi necessário fechar vãos, recorreu-se ao tijolo, reinterpretando uma solução dos próprios monges e garantindo a legibilidade das intervenções contemporâneas. A introdução de elementos leves, como a escada regral em aço, os estrados de madeira e os sistemas suspensos, permitiu responder às novas exigências sem reproduzir os sistemas históricos nem sobrecarregar as alvenarias existentes.

Métrica





Os estudos métricos identificaram a utilização sistemática da vara portuguesa como unidade de medida, reconhecendo uma matriz aplicada no claustro, nas alas conventuais, na igreja e nos corpos anexos. O projeto recupera essa lógica como instrumento de desenho, estabelecendo continuidade com a construção histórica através da reutilização dos princípios compositivos. O novo edifício destinado aos laboratórios foi concebido segundo a mesma matriz modular, embora não tenha sido construído.

A recuperação desta medida como referência para os novos elementos aproxima-se da analogia definida por Solà-Morales. A intervenção não reproduz as formas existentes, mas reconhece na preexistência uma regra capaz de orientar o novo. A matriz histórica funciona, neste sentido, como *"pauta analógica do novo artefacto edificado"*:[125] estabelece uma relação de continuidade sem exigir a reprodução formal da arquitetura existente.

Fig. 161. Esquema da distribuição do programa

Fig. 162. Esquema da métrica

125. SOLÀ-MORALES, Ignasi de - Del contraste a la analogía: transformaciones en la concepción de la intervención arquitectónica. *Lotus International.* N.º 46 (1985), p. 42.

O claustro

O claustro constitui o elemento central da estratégia, enquanto lugar de síntese da memória do convento. A redefinição da parede voltada ao Mausoléu de São Frutuoso e a recuperação da dimensão do claustro capucho foram sustentadas por estudos comparativos com outros conventos franciscanos, que permitiram expor o muro erguido pela DGEM no século XX e reconstituir a leitura da sua configuração anterior.[126]

A evocação do antigo chafariz no pavimento do clausro insere-se igualmente numa estratégia de valorização dos vestígios arqueológicos, assinalando simbolicamente o papel estruturante da água na organização espacial e produtiva do conjunto. Assim, o claustro é preservado enquanto espaço onde permanecem legíveis diferentes fases da construção. Esta atitude aproxima-se dos princípios de Boito e, posteriormente, da Carta de Veneza, ao reconhecer os diferentes estratos históricos e recusar a restituição de uma unidade estilística.

Celas e restantes dependências

A intervenção distribui-se pelos diferentes compartimentos de forma diferenciada, assumindo distintos graus de atuação. Na Sala do Capítulo adota-se uma estratégia de mínima intervenção e o conceito de "obra-estaleiro". Na antiga Sala da Figueira, procede-se a uma reconstituição sustentada em rigorosos processos de levantamento e modelação. Nas celas, a reposição de elementos estruturais, a utilização de argamassas de cal e a reutilização de materiais originais evidenciam uma abordagem próxima do restauro tradicional. Já na loggia, a reconstrução recorre a técnicas contemporâneas, que permitem restituir a espacialidade original sem ocultar os meios utilizados na sua reconstrução. Lagares, tanques ou estruturas foram integrados na intervenção através de soluções que permitem a sua leitura direta, frequentemente associadas a estrados de madeira que asseguram proteção e acessibilidade.

A coexistência destas operações evidencia uma abordagem crítica, na qual o grau de intervenção é determinado pelas condições e pelo conhecimento de cada espaço. Esta posição aproxima-se do restauro crítico de Brandi, assente no reconhecimento da preexistência na sua condição material e histórica.[127]







126. OLIVEIRA, Maria Manuel; FERREIRA, Teresa Cunha, coords. - *Metamorfoses do Convento de São Francisco de Real: reconhecimento, análise, interpretação.* Guimarães : Lab2PT; Escola de Arquitectura da Universidade do Minho, 2015, p. 39-40.
127. BRANDI, Cesare - *Teoria do Restauro.* Amadora : Edições Orion, 2006, p. 4.

Fig. 162. Sala do Capítulo

Fig. 163-164. Abóbada da Sala da Figueira







Fig. 165-167. Análise de vermelhos e amarelos sobre fotografias antigas

Acessos e circulação

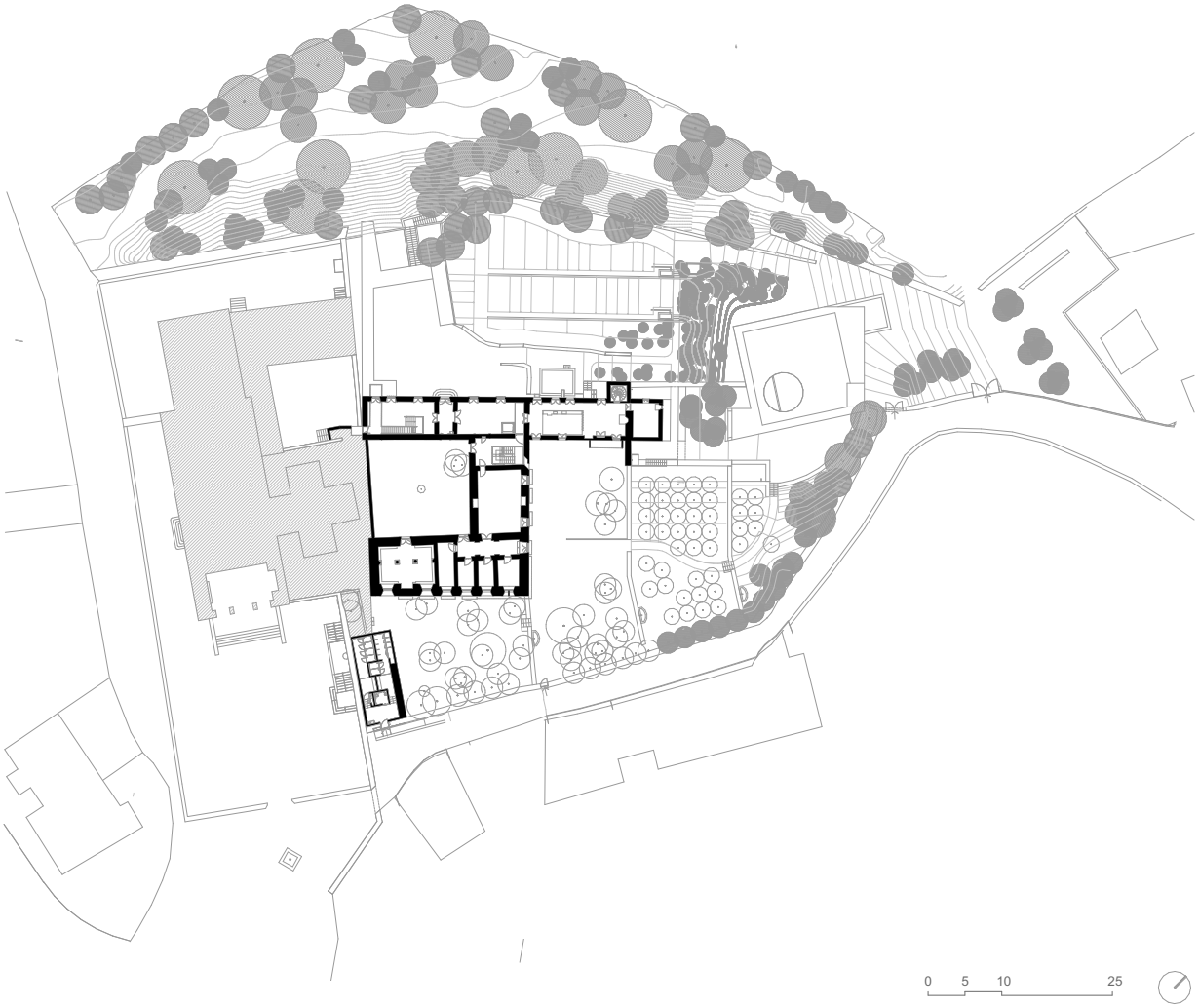
A abordagem iniciou-se pela reconstituição das lógicas espaciais originais, nomeadamente do acesso conventual, ocultado pelas intervenções da DGEMN no século XX. A análise de fotografias antigas, marcas construtivas e de exemplos comparáveis permitiu reinterpretar este acesso e reintegrá-lo no sistema distributivo do conjunto. A escada regral, executada em aço e reinterpretada com um desenho contemporâneo, recupera a ligação tradicional entre o claustro e os dormitórios, assumindo-se como um dispositivo de leitura vertical da organização conventual. Entre a entrada e o claustro concentram-se diferentes momentos da evolução do edifício. Como referiu a Arquiteta Maria Manuel Oliveira durante a visita ao conjunto, *"entre a entrada e o claustro conta-se a história toda do edifício"*.[128]

Permanências, demolições e adições

A intervenção parte do reconhecimento das diferentes estruturas e tempos que constituem o conjunto, procurando adaptar os espaços existentes ao novo programa sem restituir uma configuração histórica anterior. A reorganização funcional apoia-se nas características da preexistência e articula os diferentes espaços do convento com os percursos e áreas exteriores, preservando as relações consideradas estruturantes para a leitura do conjunto. As novas introduções respondem às exigências contemporâneas sem eliminar a legibilidade das sucessivas transformações que caracterizam o convento. Neste sentido, a abordagem aproxima-se de Francisco de Gracia, na medida em que a intervenção no construído opera sobre a estrutura existente, tomando-a como suporte da transformação contemporânea.[129]

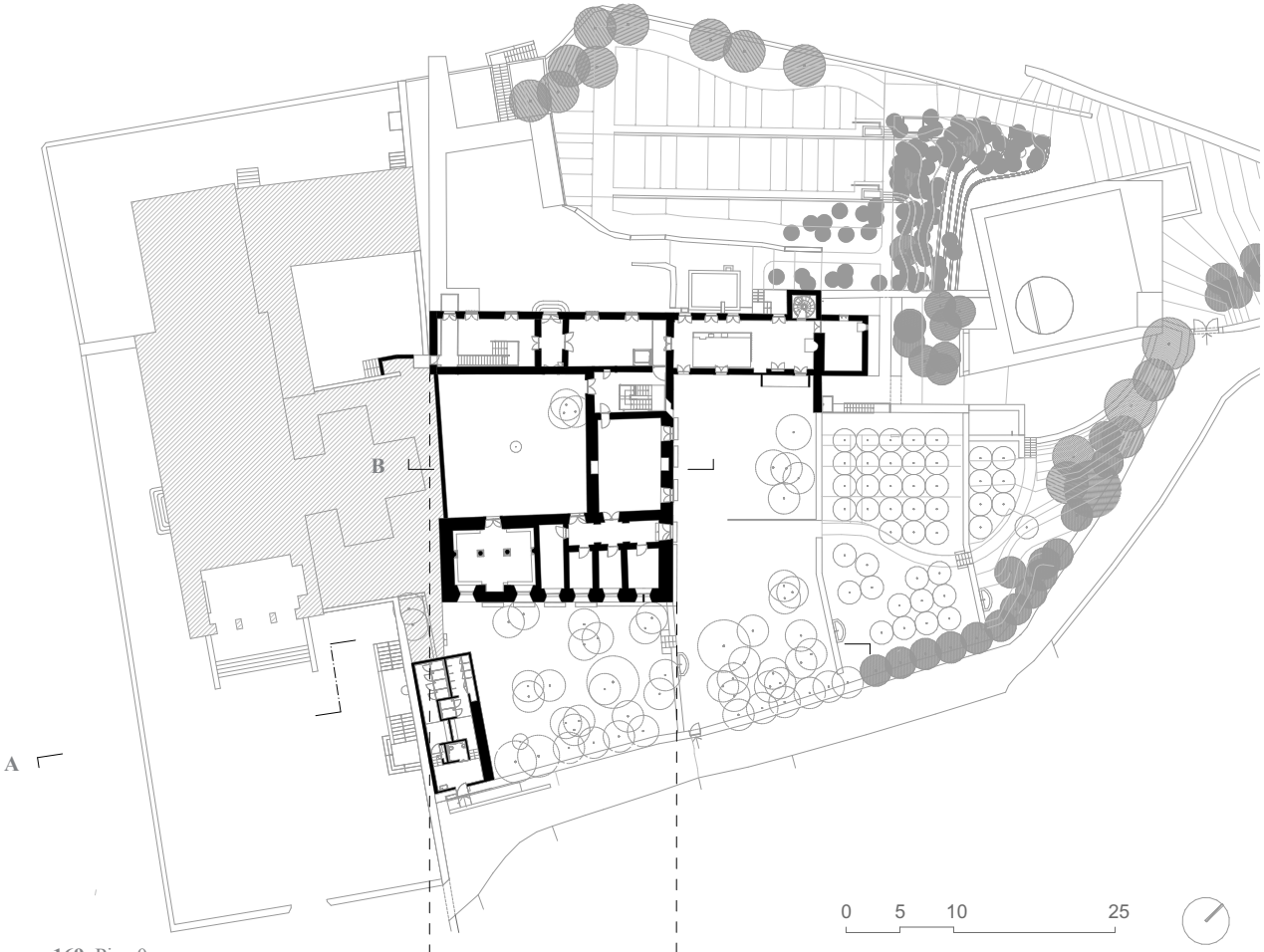
A relação entre permanência e transformação não se estabelece, neste caso, apenas através da relação formal entre construção antiga e nova.. A distinção material das novas introduções mantém legível a contemporaneidade da intervenção, em consonância com o princípio de diferenciação defendido por Boito. A relação com Solà-Morales manifesta-se sobretudo de forma analógica: mais do que produzir um contraste formal entre dois objetos autónomos, o projeto retoma métricas, relações espaciais e princípios construtivos da preexistência como referências para a transformação.[130]

128. OLIVEIRA, Maria Manuel - Conversa com a autora. Convento de S. Francisco de Real, Braga, 9 jul. 2026.
129. DE GRACIA, Francisco - *Construir en lo construido: la arquitectura como modificación.* Donostia-San Sebastián : Editorial Nerea, 1992, p.178
130. SOLÀ-MORALES, Ignasi de - Del contraste a la analogía: transformaciones en la concepción de la intervención arquitectónica. *Lotus International*. N.º 46 (1985), p. 42.

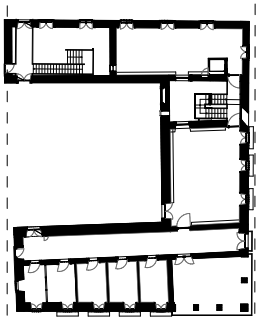


168. Cerca | Escala 1:1000

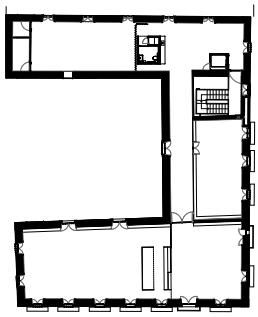
Fig. 168-173. Convento de S. Francisco de Real,
Braga, após a intervenção



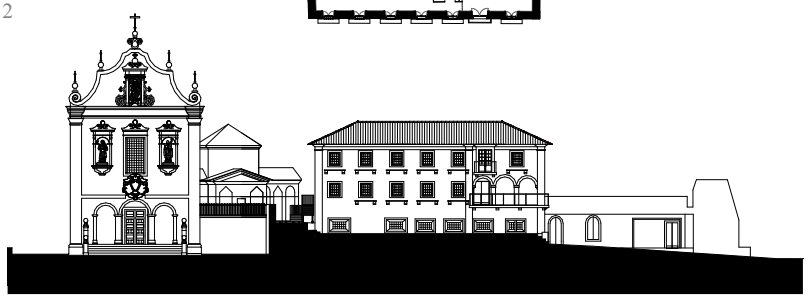
169. Piso 0



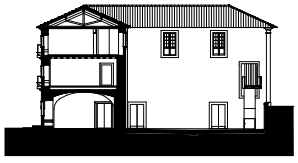
170. Piso 1



171. Piso 2



172. Corte A



173. Corte B

Tectónica, Materialidade, Detalhe

Sistema construtivo

A intervenção parte da conservação da estrutura construtiva existente, marcada pela sobreposição de diferentes fases e soluções. As alvenarias de granito são consolidadas e mantidas sempre que possível, preservando os vestígios das sucessivas transformações do edifício. A introdução dos novos sistemas recorre a estruturas leves e elementos construtivos autónomos, nomeadamente em madeira e aço, que respondem às novas exigências sem procurar reproduzir os sistemas históricos. Esta distinção entre preexistência e novos elementos permite manter legíveis os diferentes períodos construtivos.





Fig. 174-175. Refrência de janela bracarense e réplica, respetivamente

A estratégia aproxima-se do princípio de Boito de diferenciação das adições contemporâneas, segundo o qual os novos elementos devem permanecer reconhecíveis relativamente à construção histórica. Ao conservar os diferentes sistemas e vestígios existentes, aproxima-se também da Carta de Veneza, que defende o respeito pelas contribuições das diferentes épocas e recusa a unidade de estilo como finalidade da intervenção.

Caixilharias e pavimentos

Destaca-se a recuperação da "janela bracarense", identificada a partir de vestígios e levantamentos. A sua reconstrução resultou de um processo de investigação baseado em exemplares ainda existentes. Segundo a arquiteta Maria Manuel Oliveira, tiveram como referência uma janela preservada na sua própria habitação, a partir da qual foram registadas as dimensões e os detalhes construtivos. As antigas caixas das janelas em calcário, voltaram a desempenhar um papel relevante na composição das fachadas, contribuindo para os jogos de sombra nos alçados. A denominada "janela azul", voltada para o claustro, corresponde a uma nova abertura pontual e participa na ventilação transversal e na permeabilidade visual do conjunto.

Novas infraestruturas

A integração das infraestruturas técnicas foi orientada pelos princípios da reversibilidade e da mínima intervenção na preexistência, Para evitar a abertura de rasgos nas alvenarias históricas, as redes técnicas foram concentradas em novos elementos construtivos, como pilares ou sistemas suspensos. Nos pisos superiores, destinados à Unidade de Arqueologia, a introdução de estruturas

leves e armários multifuncionais evidencia uma tectónica contemporânea compatível com a matriz espacial existente. O projeto recupera ainda princípios ambientais já presentes no convento, como a ventilação transversal, assegurada pela articulação entre vãos preexistentes e novas aberturas pontuais. Assim, a infraestrutura contemporânea procura adaptar-se à preexistência em vez de obrigar a preexistência a adaptar-se aos novos sistemas.



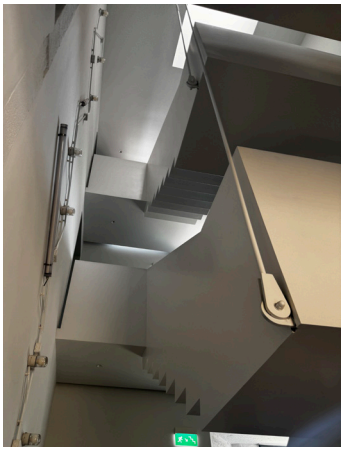


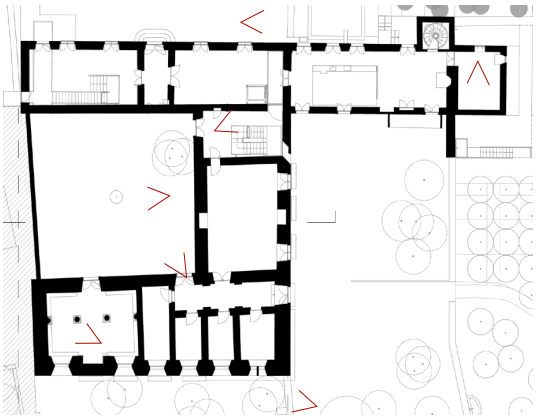
Fig. 176-177. Escada regral

Materiais

A intervenção valoriza a materialidade existente e a diversidade construtiva do edifício como expressão da sua evolução histórica. As fachadas foram objeto de trabalhos de conservação e consolidação com o objetivo de desacelerar a degradação e estabilizar o edifício enquanto ruína habitada, preservando a autenticidade material. Os novos elementos distinguem-se pela materialidade e pela leveza: o tijolo encerra alguns vãos, o aço é utilizado na escada regral, a madeira protege os vestígios existentes e as estruturas leves respondem às exigências do novo programa. A diferença entre a robustez das alvenarias e a leveza dos elementos introduzidos permite distinguir os diferentes momentos da construção.

A preservação das marcas do tempo aproxima-se da valorização da matéria existente defendida por Ruskin, embora a intervenção não assuma a sua posição de recusa da transformação.[131] A introdução de novos elementos claramente reconhecíveis aproxima-se antes de Boito, ao distinguir a intervenção contemporânea sem procurar restituir uma unidade estilística.[132] Deste modo, a tectónica torna-se um instrumento de leitura temporal, pela diferença entre pedra, tijolo, madeira e aço permitir reconhecer simultaneamente permanência e transformação.

131. RUSKIN, John - T*he Seven Lamps of Architecture.* Boston : Dana Estes & Company, [s.d.], p. 184-186.
132. BOITO, Camillo - *Os Restauradores: conferência feita na Exposição de Turim em 7 de junho de 1884.* 3.ª ed. Cotia, SP : Ateliê Editorial, 2008, p. 61.





178.

179.





180.

Fig. 178-184. Fotografias do exterior pós a intervenção

181.





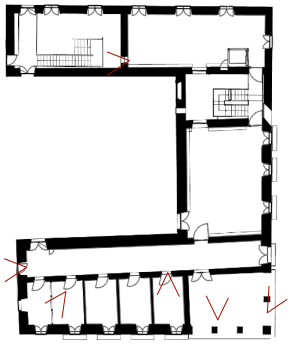
182.



183.



184.





185.

186.





187.

188.





189.





Fig. 185-191. Fotografias do exterior após a intervenção

190.

191.

Capítulo 3: Análise Comparada

Após a exposição dos três casos de estudo, o presente capítulo dedica-se à análise simultânea dos mesmos, de modo a compreender diferentes estratégias de intervenção em estruturas monásticas. Embora os projetos partilhem a condição de atuar sobre edifícios de tipologia conventual, as soluções adotadas variam em função das características de cada preexistência, da sua relação com o território e das exigências programáticas.

A comparação procura compreender o que cada intervenção reconhece como estruturante na preexistência e de que modo esse reconhecimento condiciona as decisões de projeto. Para esse efeito, a análise retoma a estrutura tripartida anteriormente utilizada, procurando agora ultrapassar a leitura individual dos casos e estabelecer relações entre eles. Os conceitos desenvolvidos no enquadramento teórico são retomados e aprofundados como instrumentos de interpretação e comparação das diferentes estratégias.

Foram ainda selecionadas três obras de autores que refletem as diferentes escalas de análise. Em primeiro lugar, ***Genius Loci: Towards a Phenomenology of Architecture*** (1980), de Christian Norberg-Schulz, permite aprofundar as questões relacionadas com a ***Paisagem, o Lugar e Preexistência***. De seguida, ***Del contraste a la analogía: transformaciones en la concepción de la intervención arquitectónica*** (1985), de Ignasi de Solà-Morales, constitui uma referência para a reflexão sobre a ***Estratégia de Projeto***. Por fim, a dimensão da ***Tectónica, da Materialidade e do Detalhe*** é abordada a partir do confronto com ***Studies in Tectonic Culture: The Poetics of Construction in Nineteenth and Twentieth Century Architecture*** (1995), de Kenneth Frampton.



192.



193.



194.



195.

3.1. | Paisagem, Lugar, Preexistência

Implantação e relação com o território

Norberg-Schulz distingue diferentes níveis do ambiente, *"países, regiões, paisagens, povoações, edifícios (e os seus sub-lugares)"*,[134] que permitem compreender o lugar através de uma aproximação progressiva entre arquitetura e território. Nos três casos de estudo, esta leitura evidencia implantações distintas.

Em Évora, o convento afirma-se na horizontalidade da paisagem alentejana, ocupando uma posição destacada na encosta. Em Coimbra, a implantação é determinada pela relação com a cidade e com o rio Mondego, cuja proximidade condicionou historicamente a localização e evolução do conjunto pelas suas cheias. Em Braga, o convento integra uma estrutura territorial mais ampla, articulada com Dume, com as antigas vias de circulação e peregrinação e com a cerca que assegurava a subsistência da comunidade. Estas diferenças correspondem ao que Norberg-Schulz identifica como o caráter específico de cada lugar, determinado pela sua *"constituição material e formal"* e pelas relações entre os elementos naturais e construídos.[135]

A cerca

Para Norberg-Schulz, o caráter de um edifíco também depende das "*fronteiras que definem o espaço*".[136] Como visto no primeiro capítulo, a cerca assume elevada importância nas estruturas monásticas, pois estabelece um limite e, simultaneamente, organiza as relações entre o núcleo construído, os espaços produtivos e os recursos disponíveis.

No Convento dos Lóios, esta dimensão é parcialmente retomada através da introdução de oliveiras, limoeiros, laranjeiras e vinhas. No Convento de S. Francisco, em Coimbra, como a ocupação industrial e a expansão da cidade apagaram grande parte da antiga organização da cerca, os espaços exteriores foram reformulados pelo prolongamento do espaço público em articulação com a malha urbana. No Convento de S. Franciscode Real, a documentação histórica e os vestígios arqueológicos permitiram reconhecer a antiga organização produtiva, que o projeto procurou tornar legível através do tratamento paisagístico.

134. NORBERG-SCHULZ, Christian - *Genius Loci: Towards a Phenomenology of Architecture.* Nova Iorque : Rizzoli, 1980, p. 16.
135. Ibidem, p. 14.
136. Ibidem.

(à esquerda)
Fig. 192. Convento dos Lóios, vista

Fig. 193. Convento de S. Francisco de Coimbra, vista

Fig. 194. Convento de S. Francisco de Real, vista

Fig. 195. Localização dos casos à escala nacional

A água

A água assume igualmente diferentes funções na relação entre arquitetura e lugar. Em Évora, a água surge sobretudo à escala arquitetónica, através da fonte do claustro original, do tanque e do espelho de água na nova intervenção. Em Coimbra, assume antes uma dimensão territorial. A implantação franciscanafoi condicionada pelo Mondego, que permaneceu como referência na relação do convento com a cidade. Em Braga, pelo contrário, a investigação arqueológica permitiu reconhecer um sistema de captação, armazenamento e distribuição que articulava o abastecimento do edifício com a rega dos espaços agrícolas.

Estado de conservação da preexistência

Para Norberg-Schulz, os lugares estão sujeitos a mudança. O autor entende a conservação do *genius loci* (espírito do lugar) como o ato de *"concretizar a sua essência em contextos históricos sempre novos"*.[137] A patir desta ideia, a comparação centra-se nas estruturas e nas relações que permanecem legíveis, após sucessivas transformações.

No Convento dos Lóios, apesar da ruína, a organização claustral e as principais dependências conventuais permaneceram legíveis, permitindo reconhecer a estrutura espacial original do conjunto. Em Coimbra, a ocupação industrial deixou uma preexistência profundamente transformada, com demolições, adições e alterações que modificaram parte da espacialidade conventual. No Convento de S. Francisco de Real, o abandono e as intervenções da DGEM também deixaram uma preexistência fragmentada. Contudo, a investigação arqueológica permitiu identificar materiais, estruturas hidráulicas e relações espaciais que já não seriam reconhecíveis.

Estas condições retomam o debate sobre a permanência da matéria e a estratificação histórica. Se Ruskin associa a autenticidade à permanência da matéria e Viollet-le-Duc admite a restituição de uma unidade arquitetónica, Boito e a Carta de Veneza valorizam as *"contribuições válidas de todas as épocas"*,[138] recusando a unidade de estilo. Nenhum dos três conventos restitui um estado original, antes reconhecem o convento como estrutura resultante de sucessivas transformações. A diferença das estratégias de intervenção consiste na seleção que cada arquiteto faz do que considera significativo de permanecer ou de adaptar.

(à direita)
Fig. 196-199. Convento dos Lóios, antes e após a intervenção

Fig. 200-201. Convento de S. Francisco de Coimbra, antes e após a intervenção

Fig. 202-205. Convento de S. Francisco de Real, antes e após a intervenção

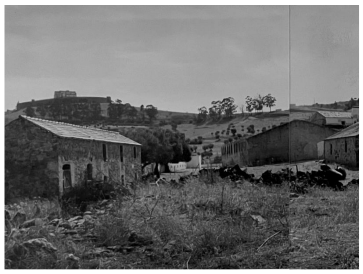
137. NORBERG-SCHULZ, Christian - *Genius Loci: Towards a Phenomenology of Architecture.* Nova Iorque : Rizzoli, 1980, p. 18.
138. ICOMOS. - *Carta Internacional para a Conservação e o Restauro dos Monumentos e Sítios. Carta de Veneza.* Veneza, 1964, art. 11.º.



196.



197.



198.



199.



200.



201.



202.



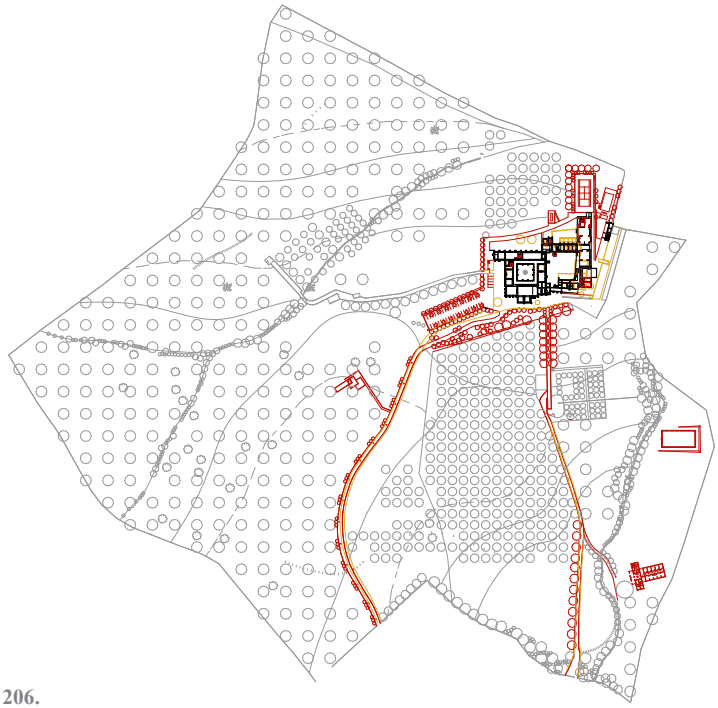
203.



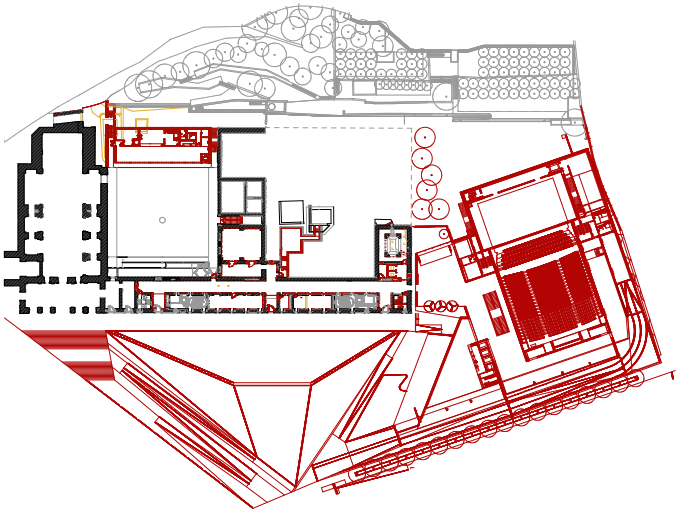
204.



205.



206.



207.



208.

3.2. | Estratégia de Projeto

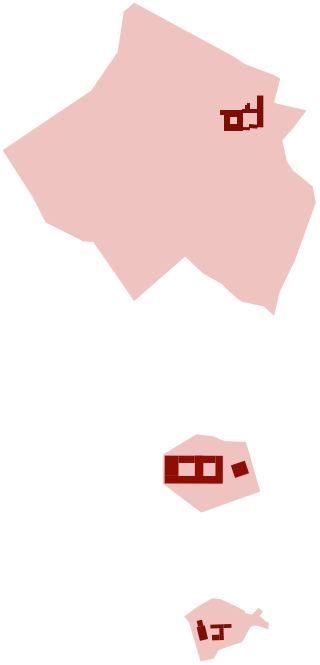
Programa

No Convento dos Lóios, a organização do espaço monástico apresenta uma elevada compatibilidade com o programa hoteleiro. As antigas celas foram convertidas em quartos e as dependências coletivas receberam os espaços comuns. A adaptação apoia-se numa estrutura tipológica já existente, aproximando-se da analogia de Solà-Morales pela capacidade do novo uso reconhecer e prolongar as relações espaciais da preexistência. Os conventos franciscanos, de escala mais contida, respondem ao programa de forma distinta. Em Coimbra, o centro cultural e de congressos exige espaços que o convento não teria capacidade de receber, obrigando o projeto a atuar em escalas diferentes: o edifício histórico, o grande volume do auditório e a praça. A autonomia destes elementos reforça uma relação de contraste. Em Braga, pelo contrário, o programa cultural e educativo adapta-se maioritariamente às dependências existentes, reduzindo a necessidade de novas construções.

Métrica

Em Évora, a nova ala retoma relações dimensionais da preexistência e forma um segundo pátio relacionado com o claustro, sem reproduzir a sua linguagem formal. Esta operação aproxima-se da analogia que Solà-Morales identifica em Asplund, baseada na interpretação dos elementos relevantes da estrutura antiga.[139] Em Coimbra, os novos volumes assumem maior autonomia relativamente à métrica conventual, embora o pátio sul recupere a ideia de um segundo claustro. Assim, contraste e analogia coexistem no mesmo projeto, manifestando-se tanto na escala e na autonomia das novas construções, como na recuperação de determinadas relações espaciais.

Já em Braga, a relação entre o novo e o antigo é menos figurativa. A investigação identifica a vara portuguesa como matriz de composição e o projeto recupera-a para o dimensionamento dos novos elementos. Esta estratégia encontra paralelo na intervenção de Rafael Moneo no Banco de Espanha, tal como interpretada por Solà-Morales, em que o novo obedece às *"leis do próprio edifício, a sua lógica compositiva e a organização construtiva e espacial existente"*, o que torna a relação *"ténue, quase impercetível"*.[140]



(à esquerda)
Fig. 206. Cerca do Convento dos Lóios,

Fig. 207. Cerca do Convento de S. Francisco

Fig. 208. Cerca do Convento de S. Francisco de Real

(à direita)
Fig. 208. Esquema da diferença de escala entre cercas

139. .SOLÀ-MORALES, Ignasi de - Del contraste a la analogía: transformaciones en la concepción de la intervención arquitectónica. *Lotus International*. N.º 46 (1985), p. 42.
140. Ibidem, p. 50.

O claustro

Nos três casos, o claustro constitui o principal elemento através do qual a lógica da organização monástica permanece reconhecível, uma vez que a sua função original de estruturar relações entre circulação, dependências e espaços exteriores é recuperada. Tanto em Évora como em Coimbra, os percursos continuam a organizar-se em torno das galerias claustrais, preservando o papel do claustro enquanto núcleo distributivo do conjunto. Em Braga, a situação é distinta. Mais do que desempenhar apenas um papel distributivo, o claustro constitui um lugar privilegiado para a leitura das sucessivas transformações do edifício, que a intervenção procura preservar e tornar legíveis. A decisão de manter as paredes sem reboco preserva as marcas da ruína, tornando visível a transformação histórica do edifício. Esta atitude aproxima-se tanto de Brandi, ao reconhecer simultaneamente a dimensão material e histórica da preexistência,[141] como da Carta de Veneza, que defende a conservação das *"contribuições válidas de todas as épocas"* e recusa a *"unidade de estilo"*.[142]

As celas e as dependências

A relação com as dependências conventuais é determinada pelo grau de preservação da estrutura existente. Em Évora, a proximidade dimensional e funcional entre cela e quarto permite preservar grande parte da compartimentação. Em Coimbra, a destruição de grande parte das celas durante o período industrial impede uma operação semelhante, levando o projeto a reutilizar os grandes espaços existentes e a transferir outras funções para os novos volumes. Em Braga, a intervenção adapta as dependências existentes de acordo com o seu estado de conservação, evitando alterações quando não necessárias. Conclui-se, assim, que a relação analógica é mais direta quando o programa encontra correspondência na estrutura preexistente. Quando a compatibilidade diminui, como é o caso de Coimbra, a autonomia da nova arquitetura aumenta.

Acessos e circulação

Relativamente à circulação, em Évora, mantém-se associada às galerias claustrais e prolonga-se para a nova ala; em Coimbra, ultrapassa o edifício e articula convento, igreja, auditório e praça pública; em Braga, os percursos procuram recuperar ligações entre o acesso histórico, o claustro, os restantes edifícios e os espaços exteriores.

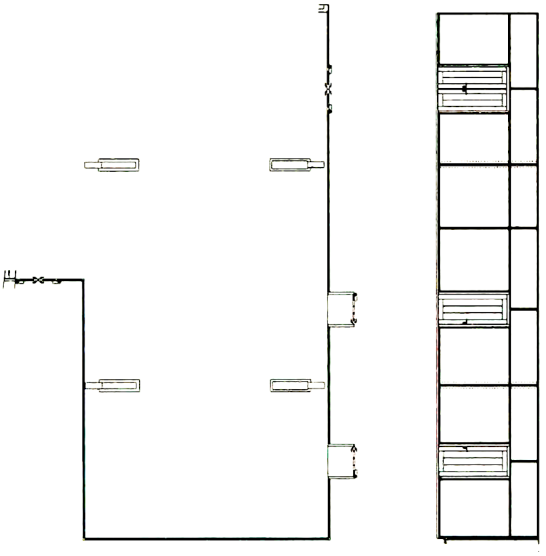
141. BRANDI, Cesare - *Teoria del restauro.* Roma : Edizioni di Storia e Letteratura, 1963, p. 17.
142. ICOMOS - *Carta Internacional sobre a Conservação e o Restauro dos Monumentos e Sítios: Carta de Veneza.* Veneza : ICOMOS, 1964, art. 11.º.

Esta diferença pode ser interpretada através da distinção que Francisco de Gracia faz entre *"modificação circunscrita"* e *"modificação do locus"*. A primeira inicide essencialmente sobre o edifício, enquanto a segunda atua sobre *"o sistema de relações que caracteriza esse lugar"*.[143] O Convento dos Lóios aproxima-se sobretudo da modificação circunscrita. Os conventos franciscanos, pelo contrário, ultrapassam o objeto arquitetónico, ainda que por estratégias distintas: em Coimbra, através da construção de uma nova estrutura urbana e em Braga, através da recuperação de relações históricas.

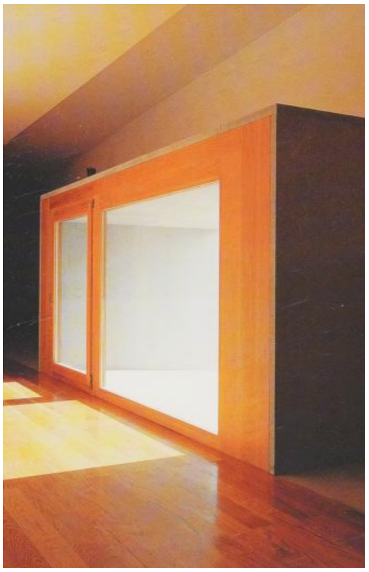
Permanências, demolições e adições

As plantas de vermelhos e amarelos evidenciam três estratégias de intervenção distintas. Em Évora, predomina a permanência da estrutura conventual, complementada pela nova ala. A adição é reconhecível como contemporânea, conforme o princípio de Boito de que os novos elementos devem *"demonstrar não ser obras antigas, mas obras de hoje"*,[144] mas estabelecer simultaneamente uma continuidade através de relações métricas, tipológicas e espaciais. Em Coimbra, a intervenção é mais seletiva ao eliminar parte dos acrescentos industriais e introduzir novos volumes de maior autonomia. Esta seleção pode relacionar-se com a ideia de *"metamorfose"* de Capitel,[145] para quem as alterações integram a própria história do edifício, sem implicar a conservação indiscriminada de todos os estratos. Em Braga, predomina a mínima intervenção, orientada pela investigação histórica e arqueológica. A intervenção combina a distinguibilidade entre o antigo e o novo defendida por Boito, o reconhecimento crítico da matéria de Brandi e uma leitura estratificada da preexistência.

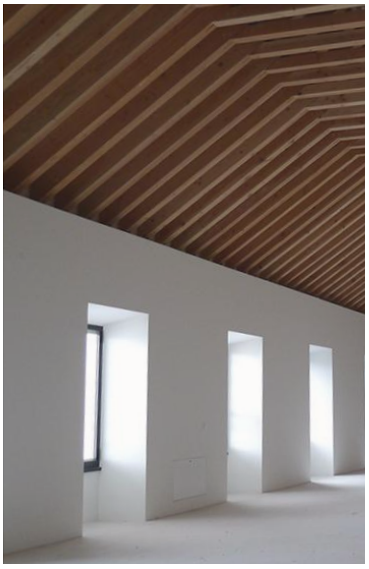
143. DE GRACIA, Francisco - *Construir en lo construido: la arquitectura como modificación.* Donostia-San Sebastián : Editorial Nerea, 1992, p. 178-189.
144. BOITO, Camillo - *Os Restauradores: conferência feita na Exposição de Turim em 7 de junho de 1884.* 3.ª ed. Cotia, SP : Ateliê Editorial, 2008, p. 61.
145. CAPITEL, Antón - *Metamorfosis de monumentos y teorías de la restauración.* Madrid : Alianza Editorial, 1988, p. 11.



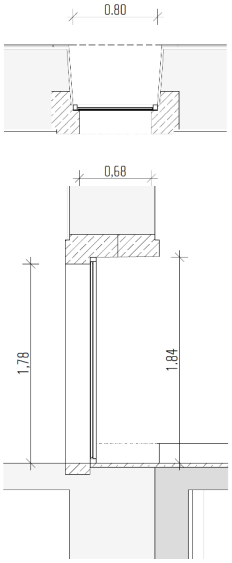
209.



210.



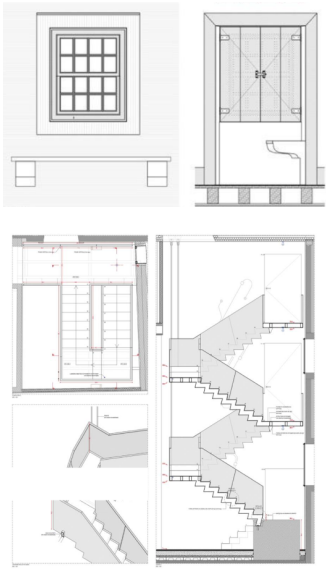
211.



212.



213.



214.



215.

3.3. | Tectónica, Materialidade, Detalhe

Sistemas construtivos

Em *Studies in Tectonic Culture* (1995), Kenneth Frampton desloca a leitura da arquitetura da forma abstrata para a construção, afirmando que "*o construído é, antes de mais, uma construção e só depois um discurso abstrato baseado em superfície, volume e planta"*.[146] Contudo, a tectónica não corresponde à simples exposição da técnica, mas ao seu potencial expressivo, isto é, à forma como estrutura e modo de construir participam na expressão arquitetónica.

Em Évora, as alvenarias de pedra, as abóbadas e as estruturas de madeira são preservadas sempre que possível, enquanto a nova ala assume uma construção contemporânea mais depurada. A diferença entre os dois tempos permanece legível, mas sem produzir uma rutura, prolongando a analogia identificada na estratégia de projeto à escala construtiva. Em Coimbra, a separação é mais evidente. A reparação da construção conventual contrapõe-se aos sistemas autónomos do auditório e da plataforma, reforçando o contraste entre preexistência e intervenção contemporânea. Em Braga, a robustez das alvenarias históricas é preservada, enquanto as necessidades contemporâneas são resolvidas através de elementos pontuais.[147]

Caixilharias e pavimentos

Frampton associa ainda a tectónica ao modo como as partes se encontram, recuperando a ideia de uma *"arte das junções"*.[148] O detalhe deixa de ser um elemento secundário e passa a revelar a lógica construtiva do edifício. Nos Lóios, esta relação manifesta-se na inserção das novas caixilharias mantendo perceptível a massa das paredes e na continuidade dos pavimentos em lajedo e tijoleira. Assim, não procura reproduzir literalmente a construção antiga, mas conservar a sua escala e espessura. Em Coimbra, a reparação das cantarias, rebocos e caixilharias do convento contrasta com a expressão contemporânea das novas construções. Nos espaços exteriores, os pavimentos participam na continuidade entre cotas, acessos e volumes. Em Braga, a janela bracarense é reconstruída a partir de exemplares conhecidos e coexiste com novas aberturas, como a denominada "janela azul", tornando simultaneamente legíveis a continuidade construtiva e a intervenção contemporânea.

146. FRAMPTON, Kenneth - *Studies in Tectonic Culture: The Poetics of Construction in Nineteenth and Twentieth Century Architecture.* Cambridge, Massachusetts : MIT Press, 1995, p. 2.
147. Ibidem, p. 5.
148. Ibidem, p. 4.

(à esquerda)
Fig. 209-2010. Detalhe dos vãos e fotografia de vão do Convento dos Lóios, respetivamente

Fig. 211-212. Vãos e detalhe de vão do Convento de S. Francisco, respetivamente

Fig. 213-215. Janela bracarense, detalhes da janela e da escada regral e dispositivo de iluminação junto à escada regral no Convento de S. Francisco de Real, respetivamente



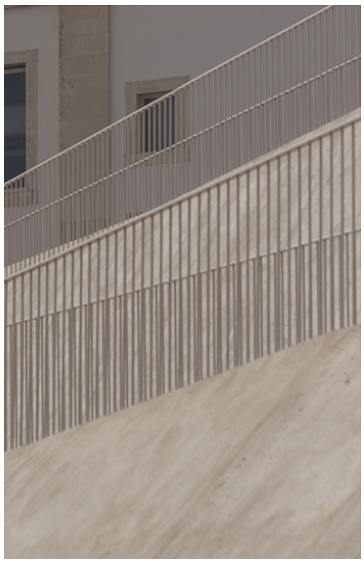
216.



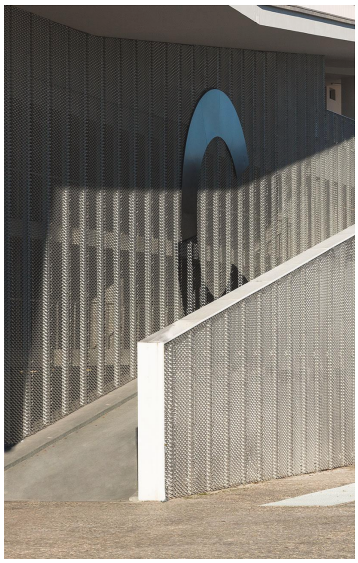
217.



218.



219.



220.



221.



222.

Novas infraestruturas

Frampton defende que a técnica deve participar coerentemente na construção e na experiência do edifício.[149] No Convento dos Lóios, a iluminação, o aquecimento e os restantes sistemas são integrados de forma discreta, mantendo a leitura dos espaços conventuais. No Convento de S. Francisco, em Coimbra, a escala do programa permite transferir uma parte significativa das novas exigências técnicas para o auditório, o embasamento e os novos corpos, mantendo uma maior autonomia entre a infraestrutura contemporânea e a estrutura histórica. No Convento de S. Francisco de Real, a estratégia não tenciona mudar a preexistência para integrar a infraestruturas: ou é aparente, como por exemplo a iluminação suspensa, ou concentra-se em novos elementos, como pilares.

Desta forma, a adaptação técnica varia entre a integração discreta em Évora, a autonomia construtiva em Coimbra e a concentração em sistemas independentes em Braga, em função da relação que cada projeto estabelece com a matéria existente.

Materiais

Nos três casos, a materialidade permite reconhecer a relação entre os diferentes tempos da intervenção. Em Évora, a pedra, o reboco caiado, a madeira, o lajedo e a tijoleira estabelecem uma continuidade com a construção conventual, enquanto a simplificação dos novos elementos assinala a sua contemporaneidade. A analogia definida por Solà-Morales prolonga-se, assim, da organização espacial para a materialidade. Em Coimbra, essa continuidade é menos direta, pois a recuperação dos rebocos, das cantarias e das caixilharias preserva a materialidade da preexistência, enquanto os novos volumes afirmam uma expressão própria, tornando o contraste simultaneamente espacial, construtivo e material. Em Braga, a própria diversidade material é utilizada para revelar as diferentes intervenções na história do edifício. As alvenarias de granito permanecem expostas, enquanto o tijolo, a madeira e o aço identificam intervenções contemporâneas e funções distintas. O tijolo encerra vãos, tal como os monges o fariam, a madeira protege vestígios e o aço surge, entre outros elementos novos, na escada regral.

149. FRAMPTON, Kenneth - *Studies in Tectonic Culture: The Poetics of Construction in Nineteenth and Twentieth Century Architecture.* Cambridge, Massachusetts : MIT Press, 1995, p. 2.

(à esquerda)
Fig. 216-218. Convento dos Lóios, pormenores

Fig. 219-220. Convento de S. Francisco, pormenores

Fig. 221-222. Convento de S. Francisco de Real, pormenores

Considerações finais

A presente dissertação teve como objetivo compreender de que forma as estratégias contemporâneas de reuso adaptativo em estruturas monásticas articulam a introdução de novos programas com o reconhecimento da preexistência, do lugar e da paisagem. Para o concretizar, a investigação cruzou o enquadramento teórico, a caracterização do espaço monástico e a análise dos três casos de estudo. Este percurso permitiu relacionar a evolução das teorias de intervenção no património construído com as decisões de projeto, verificando de que modo os princípios discutidos no primeiro capítulo se manifestam nas obras estudadas.

O enquadramento teórico permitiu reconhecer diferentes formas de relação entre o existente e o novo, desde posições centradas na conservação ou transformação do edifício até abordagens que assumem o construído como suporte para novas intervenções. Estes princípios fundamentaram a análise dos casos, em particular a leitura da relação entre o novo e o antigo, do contraste à analogia, bem como a atenção dada à legibilidade das diferentes temporalidades.

A caracterização do espaço monástico demonstrou que a identidade dos conjuntos monásticos resulta da articulação entre arquitetura, topografia, água, cerca, percursos, espaços produtivos e paisagem. Assim, foi possível ultrapassar uma leitura exclusivamente objetual e considerar a forma como cada projeto interpreta as diferentes escalas da preexistência.

A análise comparada monstrou que as estratégias de reuso dependem das características da preexistência, da compatibilidade com o novo programa e da abordagem conceptual adotada. Em Évora e Braga predomina uma lógica de analogia, embora desenvolvida de formas distintas. Em Évora, pela continuidade entre a organização conventual e a nova ala e em Braga pela recuperação das relações entre edifício, claustro, cerca, água e espaços exteriores. Em Coimbra, pelo contrário, prevalece uma lógica de contraste, através da introdução de novos volumes e percursos que reconfiguram as relações entre os diferentes espaços do conjunto e articulam o convento, a igreja, o auditório e o espaço público.

A análise da tectónica, da materialidade e do detalhe confirmou que a relação entre o novo e o antigo não se estabelece apenas através da organização espacial. A escolha dos materiais, os sistemas construtivos, os encontros entre elementos e o desenho do detalhe tornam visível a posição assumida por cada projeto perante a preexistência. Apesar das diferenças identificadas, nenhuma das intervenções procura reproduzir integralmente uma imagem passada. O novo afirma-se através da continuidade e da correspondência com o existente ou por meio de uma maior autonomia formal.

A investigação apresenta inevitavelmente algumas limitações. A seleção de três casos não permite generalizar os resultados ao conjunto do património monástico português e a quantidade desigual de documentação disponível condicionou o grau de aprofundamento de cada análise. Para além disto, a intervenção em S. Francisco de Real ainda não se encontra concluída, pelo que a sua leitura incide sobretudo nas intenções do projeto e nas partes já executadas.

Ainda assim, o trabalho realizado permite afirmar que o reuso adaptativo de estruturas monásticas deve ser compreendido para além da adaptação funcional e de uma escala meramente objetual. Ou seja, como uma prática capaz de assegurar a continuidade do construído e de reconhecer as relações entre arquitetura e paisagem. Estas questões ultrapassam, os limites da comparação realizada e abrem uma reflexão mais ampla, desenvolvida no epílogo que se segue.

Epílogo: Do Reuso Adaptativo à Regeneração Territorial

A partir dos resultados da investigação, que demonstraram a importância de reconhecer a preexistência como um sistema de relações entre arquitetura, lugar e território, propõe-se uma reflexão prospetiva sobre o potencial do reuso adaptativo de estruturas monásticas perante os desafios contemporâneos.

A *Gunma Declaration on Heritage Ecosystems* (2025),[150] resultante de um encontro internacional realizado no Japão, alerta para os efeitos das alterações climáticas, da perda de biodiversidade e da degradação ambiental sobre o património, defendendo a sua adaptação a estas condições. No caso das estruturas monásticas, esta adaptação pode partir da própria lógica que historicamente organizou estes conjuntos, baseada na articulação entre arquitetura, recursos e paisagem.

Assim, a pertinência destas estruturas reside na possibilidade de reinterpretar os seus princípios de gestão e aproveitamento de recursos perante os problemas atuais. Esta perspetiva encontra enquadramento na *Recommendation on the Historic Urban Landscape* (2011),[151] um documento da UNESCO que propõe uma perspetiva alargada sobre a conservação do património e o desenvolvimento urbano, considerando a topografia, a hidrologia, os usos do solo e as práticas socioculturais. Aplicada ao património monástico, esta abordagem permite considerar o edifício como parte de uma estrutura territorial mais ampla.

O Mosteiro de São Martinho de Tibães constitui uma referência desta mudança de escala no contexto português. A intervenção considera o mosteiro, a cerca, os sistemas hidráulicos, os espaços agrícolas e a paisagem como elementos interdependentes da mesma estrutura histórica.[152] Neste sentido, permite discutir o potencial regenerador do património monástico, ao reconhecer as relações entre arquitetura, recursos e território como matéria da intervenção.

150. *Gunma Declaration on Heritage Ecosystems.* Declaração adotada no International Symposium "Further Evolution of Authenticity through the Lens of Heritage Ecosystems: Heritage, Communities, and Sustainable Development". Takasaki, Gunma, Japão, 11 jan. *2025.*
151. UNESCO - *Recommendation on the Historic Urban Landscape. In Records of the General Conference, 36th Session, Paris, 25 October-10 November 2011. Vol. I: Resolutions.* Paris : UNESCO, 2012.
152. FONTES, Luís - *São Martinho de Tibães: um sítio onde se fez um mosteiro: ensaio em arqueologia da paisagem e da arquitectura.* Lisboa : IPPAR; Ministério da Cultura, 2005, p. 40.

Para além da dimensão ambiental, importa considerar também a sustentabilidade social. Historicamente, as estruturas monásticas mantinham uma relação com as comunidades, através de atividades de acolhimento, assistência, ensino e produção. Neste sentido, a sua reutilização pode constituir uma oportunidade para recuperar esta relação, adaptando-a às necessidades contemporâneas.

Nos três casos de estudo, as intervenções centraram-se sobretudo na adaptação dos conjuntos aos novos programas, ficando por explorar outras possibilidades de envolvimento com as comunidades locais. Esta dimensão poderia ser desenvolvida através da integração de atividades educativas, formação agrícola ou iniciativas culturais e religiosas, que permitissem recuperar parte do papel que estas estruturas desempenhavam na vida das populações e reforçar a sua relação com o território.

A partir desta reflexão, e tomando como referência os 5Rs de Barbara Buser,[153] propõem-se três alcances possíveis da intervenção: **reutilizar, reativar e regenerar.** Reutilizar corresponde à adaptação funcional da preexistência; reativar implica recuperar relações entre os elementos que estruturam o conjunto; e regenerar amplia esta atuação ao território, procurando que essas relações respondam também a necessidades ambientais, ecológicas e sociais contemporâneas.

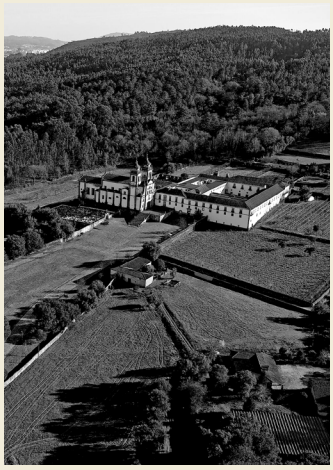


Fig. 223. Mosteiro de São Martinho de Tibães

A compreensão do património cultural como recurso territorial reforça esta posição. Gillian Foster refere que "*o património cultural constitui um recurso para o desenvolvimento económico e para processos de construção do lugar*"[153]e que o prolongamento da vida útil do património apresenta *"múltiplos benefícios que se estendem para além do próprio projeto à área envolvente, contribuindo para o desenvolvimento económico e social"*.[154]

Esta possibilidade não é exclusiva das estruturas monásticas. O projeto de investigação *Moinhos Vivos*, iniciado em 2025 e coordenado por Bruno Matos, articula o património hidráulico do Baixo Guadiana com a conservação da biodiversidade fluvial, procurando desenvolver soluções

153. BUSER, Barbara - Adapt for Change. *Change Matters Conference*. Secção Regional dos Açores da Ordem dos Arquitectos, 2 mar. 2023. (Consult. 25 ago. 2026). Disponível em WWW:https://www.youtube.com/watch?v=AbZCqtuIeJY

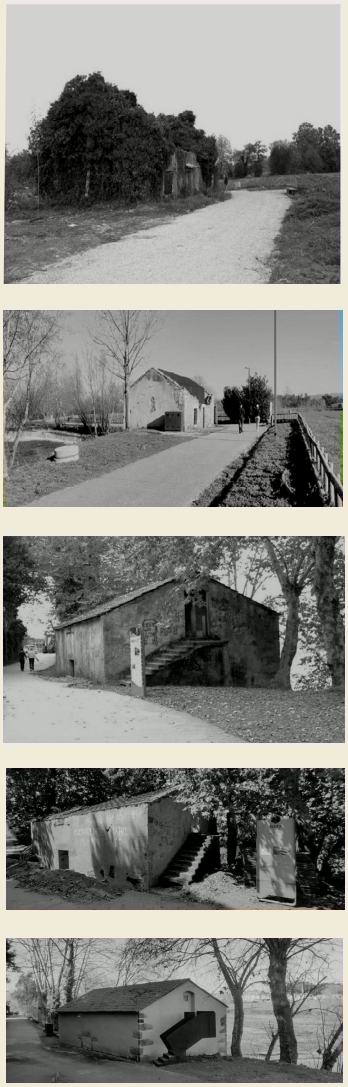
154. FOSTER, Gillian - Circular economy strategies for adaptive reuse of cultural heritage buildings to reduce environmental impacts. *Resources, Conservation & Recycling.* Vol. 152 (2020), p. 2.

para a recuperação dos moinhos, a conservação de espécies e a valorização da paisagem.[155] O Parque das Azenhas, na Trofa, constitui outro exemplo de articulação entre património molinológico e reabilitação da paisagem fluvial.

Segundo Bruno Matos, a intervenção mostrou a possibilidade de integrar as estruturas hidráulicas tradicionais numa ação mais ampla de recuperação. do rio.[156] Apesar das diferenças de objeto e contexto, ambos os exemplos demonstram como estruturas historicamente associadas à gestão de recursos podem ser reinterpretadas perante necessidades ambientais contemporâneas.

Nas estruturas monásticas, que na sua origem se constituíam como paisagens produtivas fortemente enraizadas nos sistemas biofisicos e ecossistémicos, esta possibilidade pode concretizar-se através dos próprios sistemas dos conjuntos. Uma antiga estrutura hidráulica pode deixar de responder às necessidades produtivas do mosteiro e integrar estratégias contemporâneas de retenção, armazenamento ou gestão da água; uma cerca pode acolher sistemas produtivos, espaços de biodiversidade ou estruturas de educação ambiental; e antigos percursos podem estabelecer continuidades pedonais e ecológicas, aproximando novamente estes conjuntos das comunidades e dos territórios em que se inserem.

Desta forma, quando acompanhado pela reativação das relações que estruturam o conjunto, o reuso adaptativo de estruturas monásticas ultrapassa a sua escala objetual e torna-se uma estratégia de regeneração territorial. A recuperação dos sistemas de água, dos solos, da vegetação, dos percursos e dos espaços produtivos permite reinterpretar as suas relações históricas perante os desafios ambientais contemporâneos, contribuindo para a gestão sustentável dos recursos, a conservação da biodiversidade e a adaptação às alterações climáticas, ao mesmo tempo que a integração de usos de interesse coletivo pode reforçar a ligação destas estruturas às populações, reconhecendo o património como um recurso ambiental, cultural e social para os territórios em que se insere.



155. ENTRO DE ESTUDOS NUNO PORTAS - Moinhos Vivos: um encontro entre património e conservação da biodiversidade fluvial. Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo. (Consult. 21 set. 2026). Disponível em WWW:https://cenp.arq.up.pt/pt/research/projects/moinhos-vivosem 21 de setembro de 2026. https://cenp.arq.up.pt/pt/research/projects/moinhos-vivos

156. MATOS, Bruno - Conversa com a autora. Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, Porto, 13 jul. 2026.

Fig. 224-228. Azenhas antes e depois da intervenção

Índice de imagens

Capítulo 1

p.21 - Fig. 1. Cidade fortificada de Carcassonne, França, intervenção de Eugène-Emmanuel Viollet-le-Duc, iniciada em 1852.
Fonte: https://mediatheque-patrimoine.culture.gouv.fr/ (consultado a 23 de agosto de 2026)

p.22 - Fig. 2. *Authentic vs. Restored*, painel da exposição Cronocaos, OMA, Veneza, 2010, e Nova Iorque, 2011.
Fonte: https://www.oma.com/projects/venice-biennale-2010-cronocaos? (consultado a 23 de agosto de 2026)

p.22 -Fig. 3. Porta Ticinese, Milão, intervenção de Camillo Boito, 1856–1858.
Fonte:https://www.lombardiabeniculturali.it/ (consultado a 23 de agosto de 2026)

p. 24 - Fig. 4-5. Tribunais de Gotemburgo, ampliação de Erik Gunnar Asplund, 1913–1937.
Fonte: https://arkdes.se/ (consultado a 23 de agosto de 2026)

p.25 - Fig. 6. Museu de Castelvecchio, Verona, intervenção de Carlo Scarpa, 1957–1967.
Fonte: https://museodicastelvecchio.comune.verona.it/ (consultado a 23 de agosto de 2026)

p.25- Fig. 7. Castelo de Abbiategrasso, projeto de intervenção de Giorgio Grassi, 1970.
Fonte:https://divisare.com/authors/8976-giorgio-grassi (consultado a 25 de agosto de 2026).

p. 25 - Fig. 8. Banco de Espanha, Madrid, ampliação de Rafael Moneo.
Fonte: https://rafaelmoneo.com/ (consultado a 25 de agosto de 2026).

p. 26 - Fig. 9. Esquemas de inclusão, interseção e exclusão.
Fonte: DE GRACIA, Francisco - *Construir en lo construido: la arquitectura como modificación*, 1992.

p. 27 - Fig. 10. Capa de *Construir en lo construido: la arquitectura como modificación,* Francisco de Gracia, 1992.
Fonte: DE GRACIA, Francisco – *Construir en lo construido: la arquitectura como modificación.* Donostia-San Sebastián : Editorial Nerea, 1992.

p. 27 -Fig. 11. Capa de *Património e Mundialização*, Françoise Choay, 2009.
Fonte: CHOAY, Françoise - Património e Mundialização. 2.ª ed. Évora : Editora Licorne/CHAIA, 2009.

p. 27 -Fig. 12. Capa de *A Alegoria do Património*, Françoise Choay, 1999.
Fonte: CHOAY, Françoise - A Alegoria do Património. Lisboa : Edições 70, 1999.

p. 28 - Fig. 13. Praça Léon Aucoc, Bordéus, intervenção de Anne Lacaton e Jean-Philippe Vassal, 1996.
Fonte: https://www.lacatonvassal.com/ (consultado a 25 de agosto de 2026).

p. 28 - Fig. 14-16. K.118, Winterthur, intervenção do baubüro in situ, 2018–2021.
Fonte: https://www.archdaily.com/pt/1180693/k118-kopfbau-halle-118-bauburo-in-situ (consultado a 25 de agosto de 2026).

p. 29 -Fig. 17-18. Elementos construtivos recuperados e armazenados pela Rotor DC, Bruxelas.
Fonte: https://rotordc.com/

p. 29 -Fig. 19-21. Habitação social IBAVI 2104, Palma de Maiorca, intervenção do atelier H Arquitectes, 2022-2025.
Fonte: https://www.archdaily.com/pt/1030263/habitacao-de-interesse-social-2104-harquitectes

p. 34 -Fig. 22-23. Castelo de Óbidos, adaptação a pousada, 1952.
Fonte: CALDAS, João Vieira, ed. - *Caminhos do Património 1929-1999*. Lisboa : DGEMN; Livros Horizonte, 1999.

p. 35 -Fig. 24-25. Pousada Castelo de Estremoz, Estremoz.
Fonte: https://www.pousadas.pt/pt/hotel/pousada-estremoz (consultado a 29 de agosto de 2026).

p. 36 -Fig. 26-28. Pousada de Santa Marinha da Costa, Guimarães, intervenção de Fernando Távora.
Fonte: https://heritageatlasporto.arq.up.pt/portfolio/pousadadesantamarinha/. (consultado a 29 de agosto de 2026).

p. 37 -Fig. 29. Convento de Refóios do Lima, intervenção de Fernando Távora.
Fonte: https://heritageatlasporto.arq.up.pt/portfolio/pousadadesantamarinha/. (consultado a 29 de agosto de 2026).

p. 37 -Fig. 30. Representação da cerca do Convento de Refóios do Lima, 1770.
Fonte: https://heritageatlasporto.arq.up.pt/portfolio/conventoderefoiosdolima-escolasuperioragraria/ (consultado a 29 de agosto de 2026).

p. 38 -Fig. 31. Esquisso de projeto de Eduardo Souto de Moura para o Mosteiro de Santa Maria do Bouro.
Fonte: https://arquitecturaviva.com/works/parador-de-santa-maria-de-bouro-2 (consultado a 29 de agosto de 2026).

p. 39 -Fig. 32-34. Mosteiro de Santa Maria do Bouro, intervenção de Eduardo Souto de Moura.
Fonte:https://arquitecturaviva.com/works/parador-de-santa-maria-de-bouro-2 (consultado a 29 de agosto de 2026).

p. 42 -Fig. 35. Iconografia do hortus conclusus medieval.
Fonte: https://sammlung.staedelmuseum.de/en/work/the-little-garden-of-paradise (consultado a 29 de agosto de 2026).

p. 42 -Fig. 36. Representação de um espaço arborizado e produtivo. Miniatura das Cantigas de Santa Maria, século XIII.
Fonte: https://rbme.patrimonionacional.es/s/rbme-expo/page (consultado a 29 de agosto de 2026).

p. 43 -Fig. 37. Lavabo do claustro do Mosteiro de Alcobaça e cozinha conventual com tanque de água corrente.
Fonte: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Claustro_de_D._Dinis,_Mosteiro_de_Alcoba%C3%A7a._Lavabo.jpg (consultado a 29 de agosto de 2026).

p. 43 -Fig. 38. Mosteiro de Santo Tirso.
Fonte: https://www.impulsiveaddiction.com/santo-tirso-o-que-visitar/ (consultado a 29 de agosto de 2026).

p. 43 -Fig. 39. Canais de água no claustro do Mosteiro de Santa Maria do Bouro.
Fonte: https://divisare.com/projects/287595-eduardo-souto-de-moura-humberto-vieira-marta-ferreira-luis-ferreira-alves-fotografia-santa-maria-do-bouro (consultado a 29 de agosto de 2026).

p. 44 -Fig. 40. Plano de São Galo.
Fonte: COSTA, Maria João Dias - A cerca do Mosteiro de São Martinho de Tibães. *Estudos/Património.* N.º 2 (2002).

p. 44 -Fig. 41. São Bento entrega a Regra à comunidade monástica. Miniatura do Mosteiro de Saint-Gilles, 1129.
Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Regra_de_S%C3%A3o_Bento (consultado a 29 de agosto de 2026).

p. 46 -Fig. 42-43. Claustro da Cartuxa de Santa Maria Scala Coeli, Évora.
Fonte: https://culturadeborla.blogs.sapo.pt/mosteiro-de-santa-maria-scala-coeli-7202098 (consultado a 29 de agosto de 2026).

p. 47 -Fig. 44-45. Recuperação das estruturas hidráulicas e territoriais da cerca do Mosteiro de São Martinho de Tibães.
Fonte: COSTA, Maria João Dias - A cerca do Mosteiro de São Martinho de Tibães. *Estudos/Património.* N.º 2 (2002).

p. 48 -Fig. 46-48. Intervenção no Mosteiro de São Martinho de Tibães.
Fonte: https://www.pfmjmarquitectos.com/Projetos/mosteiro-de-s.-martinho-de-tib%C3%A3es?utm_source=chatgpt.com (consultado a 4 de setembro de 2026).
p. 49 -Fig. 49-50. Mosteiro de São Martinho de Tibães e respetiva cerca.
Fonte: https://arquiva.patrimoniocultural.gov.pt/index.php/fotografia-001-1232 (consultado a 4 de setembro de 2026).

Capítulo 2

Convento dos Lóios, Évora
p. 52 - Fig. 51. Vista aérea do Convento dos Lóios, Arraiolos.
Fonte: elaboração da autora sobre imagem aérea do Google Maps.

p. 54 - Fig. 52-56. Convento dos Lóios. Levantamento da preexistência.
Fonte: elaboração da autora, com base em desenhos originais de José Paulo dos Santos, documentação cedida à autora.

p. 56 - Fig. 57-59. Registo fotográfico da visita de José Paulo dos Santos ao conjunto.
Fonte: documentação cedida por José Paulo dos Santos à autora.

p. 57 - Fig. 60-61. Esquissos do processo de projeto.
Fonte: RIERA OJEDA; CONFURIUS - *José Paulo dos Santos*, 2001.

p. 82 - Fig. 62-66. Convento dos Lóios. Plantas e cortes de vermelhos e amarelos.
Fonte: elaboração da autora, com base em desenhos originais de José Paulo dos Santos, documentação cedida à autora.

p. 60 - Fig. 67. Esquema de distribuição programática.
Fonte: elaboração da autora, com base em desenhos originais de José Paulo dos Santos.

p. 61 - Fig. 68-71. Convento dos Lóios após a intervenção.
Fonte: https://stories.pestana.com/pousada-convento-arraiolos/

p. 62 - Fig. 72-76. Convento dos Lóios. Plantas e cortes após a intervenção.
Fonte: elaboração da autora, com base em desenhos originais de José Paulo dos Santos, documentação cedida à autora.

p. 64 - Fig. 77-79. Convento dos Lóios. Vistas interiores após a intervenção.
Fonte: https://stories.pestana.com/pousada-convento-arraiolos/ (consultado a 4 de setembro de 2026).

p. 65 - Fig. 80-81. Esquissos do processo de projeto.
Fonte: RIERA OJEDA; CONFURIUS - *José Paulo dos Santos*, 2001.

p. 66 - Fig. 82-88. Convento dos Lóios. Vistas exteriores após a intervenção.
Fonte: https://stories.pestana.com/pousada-convento-arraiolos/ (consultado a 4 de setembro de 2026).

p. 67 - Fig. 89-95. Convento dos Lóios. Vistas interiores e exteriores após a intervenção.
Fonte: https://stories.pestana.com/pousada-convento-arraiolos/ (consultado a 4 de setembro de 2026).

Convento de S. Francisco, Coimbra

p. 68 - Fig. 96. Vista aérea do Convento de S. Francisco, Coimbra.
Fonte: elaboração da autora sobre imagem aérea do Google Maps.

p. 70 - Fig. 97-102. Convento de S. Francisco. Levantamento da preexistência.
Fonte: elaboração da autora, com base em documentação gráfica cedida por Carrilho da Graça Arquitectos e Câmara Municipal de Coimbra.

p. 73 - Fig. 103-106. Convento de S. Francisco antes da intervenção.
Fonte: Património Cultural, I.P. / SIPA (consultado a 21 setembro 2026).

p. 74 - Fig. 107-112. Plantas e cortes de vermelhos e amarelos.
Fonte: elaboração da autora, com base em desenhos originais cedidos por Carrilho da Graça Arquitectos e Câmara Municipal de Coimbra.

p. 76 - Fig. 113. Esquema de distribuição programática.
Fonte: elaboração da autora, com base em documentação de projeto de Carrilho da Graça Arquitectos.

p. 77 - Fig. 114-116. Registo fotográfico do processo de obra.
Fonte: https://www.pengest.pt/Obras/convento-de-s-francisco-coimbra.html (consultado a 21 setembro 2026).

p. 78 - Fig. 117-119. Maquete do projeto.
Fonte:http://www.oasrn.org/comunicacao.
php?pag=mensageiro&idmen=115&idnot=2 (consultado a 21 setembro 2026).

p. 80 - Fig. 120-125. Convento de S. Francisco. Plantas e cortes após a intervenção.
Fonte: elaboração da autora, com base em documentação gráfica cedida por Carrilho da Graça Arquitectos e Câmara Municipal de Coimbra.

p. 82 - Fig. 126-128. Fotografias do convento após a intervenção
Fonte: https://coimbraconvento.pt/pt/espacos/ (consultado a 21 setembro 2026).

p. 84 - Fig. 129-139. Convento de S. Francisco após a intervenção.
Fonte: https://coimbraconvento.pt/pt/espacos/ (consultado a 21 setembro 2026).

Convento de S. Francisco de Real

p. 86 - Fig. 140. Vista aérea do Convento de S. Francisco de Real, Braga.
Fonte: elaboração da autora sobre imagem aérea do Google Maps.

p. 88 - Fig. 141-146. Convento de S. Francisco de Real antes da intervenção.
Fonte: elaboração da autora, com base em documentação de projeto de Maria Manuel Oliveira

p. 90 - Fig. 147. Planta do Mausoléu de São Frutuoso de Montélios.
Fonte: OLIVEIRA, Maria Manuel; FERREIRA, Teresa Cunha, coords. – *Metamorfoses do Convento de São Francisco de Real: reconhecimento, análise, interpretação.* Guimarães : Lab2PT; Escola de Arquitectura da Universidade do Minho, 2015. Desenhos: João Pedro Fonte; João Pereira Silva / CE.EAUM.

p. 91 - Fig. 148-150. Convento de S. Francisco de Real antes da intervenção.
Fonte: documentação de Maria Manuel Oliveira.

p. 92 - Fig. 151. Escavações arqueológicas no Convento de S. Francisco de Real.
Fonte: documentação de Maria Manuel Oliveira.

p. 92 - Fig. 152-153. Vestígios arqueológicos do sistema hidráulico.
Fonte: OLIVEIRA, Maria Manuel; FERREIRA, Teresa Cunha, coords. – *Metamorfoses do Convento de São Francisco de Real: reconhecimento, análise, interpretação.* Guimarães : Lab2PT; Escola de Arquitectura da Universidade do Minho, 2015. Desenhos: João Pedro Fonte; João Pereira Silva / CE.EAUM

p. 92 - Fig. 154. Esquema interpretativo dos circuitos hidráulicos.
Fonte: Realizado pela autora a partir de OLIVEIRA; FERREIRA, coords. – Metamorfoses do Convento de São Francisco de Real, 2015. Desenho: João Pedro Fonte; João Pereira Silva / CE.EAUM. O livro explicita que o esquema se apoia nas escavações arqueológicas da UAUM.

p. 94 - Fig. 155-160. Plantas e cortes de vermelhos e amarelos.
Fonte: elaboração da autora, com base em documentação de projeto de Maria Manuel Oliveira.

p. 96 - Fig. 161. Esquema de distribuição programática.
Fonte: elaboração da autora, com base em documentação de projeto de Maria Manuel Oliveira.

p. 96 - Fig. 162. Esquema da matriz métrica.
Fonte: OLIVEIRA, Maria Manuel; FERREIRA, Teresa Cunha, coords. – *Metamorfoses do Convento de São Francisco de Real: reconhecimento, análise, interpretação.* Guimarães : Lab2PT; Escola de Arquitectura da Universidade do Minho, 2015. Desenhos: João Pedro Fonte; João Pereira Silva / CE.EAUM

p. 97 - Fig. 162. Sala do Capítulo.
Fonte: documentação de projeto de Maria Manuel Oliveira.

p. 97 - Fig. 163-164. Abóbada da Sala da Figueira.
Fonte: documentação de projeto de Maria Manuel Oliveira.

p. 98 - Fig. 165-167. Análise de vermelhos e amarelos sobre fotografias históricas.
Fonte: elaboração da autora, com base em documentação de projeto de Maria Manuel Oliveira.

p. 100 - Fig. 168-173. Convento de S. Francisco de Real. Plantas e cortes após a intervenção.
Fonte: elaboração da autora, com base em documentação de projeto de Maria Manuel Oliveira.

p. 102 - Fig. 174-175. Janela bracarense de referência e respetiva reconstituição.
Fonte: documentação de projeto de Maria Manuel Oliveira.

p. 103 - Fig. 176-177. Escada regral.
Fonte: Fotografia da autora, 9 jul. 2026.

p. 104 - Fig. 178-184. Convento de S. Francisco de Real após a intervenção.
Fonte: Fotografia da autora, 9 jul. 2026.

p. 105 - Fig. 185-191. Convento de S. Francisco de Real após a intervenção.
Fonte: Fotografia da autora, 9 jul. 2026.

Capítulo 3

p. 109 -Fig. 192. Convento dos Lóios, vista do conjunto.
Fonte: https://stories.pestana.com/pousada-convento-arraiolos/ (consultado a 25 de setembro de 2026).

p. 109 -Fig. 193. Convento de S. Francisco, Coimbra, vista do conjunto.
Fonte: https://coimbraconvento.pt/pt/espacos/ (consultado a 25 setembro 2026).

p. 109 -Fig. 194. Convento de S. Francisco de Real, vista do conjunto.
Fonte:https://puxaonorteparacima.pt/historia/convento-de-sao-francisco/ (consultado a 25 setembro 2026).

p. 109 -Fig. 195. Localização dos três casos de estudo à escala territorial.
Fonte: elaboração da autora

Fig. 196-199. Convento dos Lóios. Comparação entre o estado anterior e posterior à intervenção.
Fonte: montagem da autora a partir de documentação dos projetos.

Fig. 200-201. Convento de S. Francisco, Coimbra. Comparação entre o estado anterior e posterior à intervenção.
Fonte: montagem da autora

Fig. 202-205. Convento de S. Francisco de Real. Comparação entre o estado anterior e posterior à intervenção.
Fonte: montagem da autora

p. 113 - Fig. 206. Cerca do Convento dos Lóios
Fonte: elaboração da autora, com base em desenhos originais de José Paulo dos Santos, documentação cedida à autora.

p. 113 -Fig. 207. Cerca do Convento de S. Francisco, Coimbra.
Fonte: elaboração da autora, com base em documentação de Carrilho da Graça Arquitectos e Câmara Municipal de Coimbra.

p. 113 -Fig. 208. Cerca do Convento de S. Francisco de Real.
Fonte: elaboração da autora, com base em documentação de projeto de Maria Manuel Oliveira

p. 113 -Fig. 208. Comparação da escala das cercas dos três casos.
Fonte: elaboração da autora a partir dos levantamentos dos três casos de estudo.

p. 117 -Fig. 209-210. Vãos e pormenor construtivo no Convento dos Lóios.
Fonte: RIERA OJEDA; CONFURIUS - *José Paulo dos Santos*, 2001.

p. 117 -Fig. 211-212. Vãos e pormenor construtivo no Convento de S. Francisco, Coimbra.
Fonte:documentação cedida por Carrilho da Graça Arquitectos e Câmara Municipal de Coimbra.

p. 117 -Fig. 213-215. Janela bracarense, escada regral e dispositivo de iluminação no Convento de S. Francisco de Real.
Fonte: documentação de Maria Manuel Oliveira.

p. 117 -Fig. 216-218. Convento dos Lóios. Pormenores construtivos.
Fonte: RIERA OJEDA; CONFURIUS - *José Paulo dos Santos*, 2001.

p. 119 -Fig. 219-220. Convento de S. Francisco, Coimbra. Pormenores construtivos.
Fonte: documentação cedida por Carrilho da Graça Arquitectos e Câmara Municipal de Coimbra.

p. 119 -Fig. 221-222. Convento de S. Francisco de Real. Pormenores construtivos.
Fonte: documentação de Maria Manuel Oliveira.

Epílogo

p. 124 -Fig. 219. Mosteiro de São Martinho de Tibães e respetiva cerca.

Fonte: https://arquiva.patrimoniocultural.gov.pt/index.php/fotografia-001-1232 (consultado a 28 setembro 2026).

p. 124 -Fig. 220-224. Parque das Azenhas, Trofa. Registo anterior e posterior à intervenção.
Fonte: https://www.onoticiasdatrofa.pt/parque-das-azenhas-foi-bom-exemplo-de-como-podemos-integrar-o-patrimonio-numa-acao-de-reabilitacao-do-rio/ (consultado a 17 setembro 2026).

Referências bibliográficas

Geral

ALBIERO, Roberta; SIMONE, Rita - *João Luís Carrilho da Graça: opere e progetti.* Milão : Electa, 2003.

BAKER-BROWN, Duncan - *The Re-use Atlas: A Designer's Guide Towards a Circular Economy.* 2.ª ed. Londres : RIBA Publishing, 2024.

BOITO, Camillo. *Os Restauradores: conferência feita na Exposição de Turim em 7 de junho de 1884.* Trad. Paulo Kühl e Beatriz Kühl. 3.ª ed. Cotia (SP): Ateliê Editorial, 2008.

BOITO, Camillo. *Questioni pratiche di belle arti: restauri, concorsi, legislazione, professione, insegnamento.* Milão: Ulrico Hoepli, 1893.

BRANDI, Cesare - *Teoria del restauro.* Roma : Edizioni di Storia e Letteratura, 1963.

BRAUNFELS, Wolfgang - *Arquitectura monacal en Occidente.* Barcelona : Barral Editores, 1975.

CALADO, Luís Ferreira; PEREIRA, Paulo; LEITE, Joaquim Passos - O regresso dos monges: intervenções do IPPAR em conjuntos monásticos. *Estudos/Património.* N.º 2 (2002).

CALDAS, João Vieira, ed. - *Caminhos do Património 1929-1999.* Lisboa : DGEMN; Livros Horizonte, 1999.

CAPITEL, Antón - *Metamorfosis de monumentos y teorías de la restauración.* Madrid : Alianza Editorial, 1988.

CHOAY, Françoise - *A Alegoria do Património.* Trad. Luciano Vieira Machado. 5.ª ed. São Paulo : Estação Liberdade; Editora UNESP, 2006.

CHOAY, Françoise - *Património e Mundialização.* 2.ª ed. Évora : Editora Licorne/CHAIA, 2009.

COSTA, Alexandre Alves - A arte de construir a transformação. *Estudos/Património*. N.º 3 (2002).

COSTA, Alexandre Alves - O património entre a aposta arriscada e a confidência nascida da intimidade. J*ornal Arquitectos.* N.º 213 (Nov.-Dez. 2003).

COSTA, Maria João Dias - A cerca do Mosteiro de São Martinho de Tibães. *Estudos/Património.* N.º 2 (2002).

CUSTÓDIO, Jorge, coord. - *100 Anos de Património: Memória e Identidade. Portugal 1910-2010.* Lisboa : Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, I.P., 2010.

DE GRACIA, Francisco - *Construir en lo construido: la arquitectura como modificación.* Donostia-San Sebastián : Editorial Nerea, 1992.

ESTREICHER, Clément; PIERONI, Natalia - *Studio Reuse: Ein Pavillon für die Wiederverwendung.* Zurique : Library of Reuse, 2024.

FERREIRA, Teresa Cunha; ORDÓÑEZ CASTAÑÓN, David; FANTINI, Eleonora, coords. - *Fernando Távora: Obras/Works. Novo/Antigo - New/ Old.* Porto : Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto; Edições Afrontamento; Fundação Instituto Marques da Silva, 2023.

FONTES, Luís - *São Martinho de Tibães: um sítio onde se fez um mosteiro: ensaio em arqueologia da paisagem e da arquitectura.* Lisboa : IPPAR; Ministério da Cultura, 2005.

FOSTER, Gillian - Circular economy strategies for adaptive reuse of cultural heritage buildings to reduce environmental impacts. *Resources, Conservation & Recycling.* Vol. 152 (2020).

FRAMPTON, Kenneth - St*udies in Tectonic Culture: The Poetics of Construction in Nineteenth and Twentieth Century Architecture.* Cambridge, Massachusetts : MIT Press, 1995.

FUSCO GIRARD, Luigi; GRAVAGNUOLO, Antonia, eds. - *Adaptive Reuse of Cultural Heritage: Circular Business, Financial and Governance Models.* Cham : Springer, 2025.

HEISEL, Felix; HEBEL, Dirk E. - *Building Better - Less - Different: Circular Construction and Circular Economy.* Berlim/Boston : Birkhäuser, 2022.

HUBER, David - *Beyond Relief.* Artforum International. (2015).

HUBER, David - Game Changers 2016: Housing. *Metropolis.* (Jan. 2016).

HUBER, David - Lacaton & Vassal Have Pioneered a Strategy for Saving France's Social Housing. *Metropolis.* (s.d.).

IHRU; IGESPAR - *Património arquitectónico: edifícios conventuais capuchos.* KIT05. Versão 1.0. Lisboa : IHRU; IGESPAR, 2010.

MANCUSO, Stefano - *Fitópolis: la ciudad viva*. Barcelona : Galaxia Gutenberg, 2024.

MONEO, Rafael - *La vida de los edificios: la mezquita de Córdoba, la lonja de Sevilla y un carmen en Granada.* Barcelona : Acantilado, 2017.

NORBERG-SCHULZ, Christian - *Genius Loci: Towards a Phenomenology of Architecture.* Nova Iorque : Rizzoli, 1980.

OLIVEIRA, Maria Manuel; FERREIRA, Teresa Cunha, coords. - *Metamorfoses do Convento de São Francisco de Real: reconhecimento, análise, interpretação.* Guimarães : Lab2PT; Escola de Arquitectura da Universidade do Minho, 2015.

PLEVOETS, Bie; VAN CLEEMPOEL, Koenraad - *Adaptive Reuse of the Built Heritage: Concepts and Cases of an Emerging Discipline.* Londres : Routledge, 2019.

RIBEIRO, Anabela Mota - Entrevista a João Luís Carrilho da Graça 2008. Disponível em WWW:https://anabelamotaribeiro.pt/joao-luis-carrilho-da-graca-115979.

RIEGL, Aloïs - *Le culte moderne des monuments.* Son essence et sa genèse. Paris : Seuil, 1984.

RIERA OJEDA, Oscar, ed.; CONFURIUS, Gerrit - *José Paulo dos Santos.* Barcelona : Gustavo Gili, 2001.

ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da; MONTERROSO MONTERO, Juan Manuel, coords. - *História da Arquitetura: Perspetivas Temáticas (II). Mosteiros e Conventos: Formas de (e para) Habitar.* Porto : CITCEM, 2023.

ROTOR DC - About us. Disponível em WWW:https://rotordc.com/about-us.

RUSKIN, John - *The Seven Lamps of Architecture.* Boston : Dana Estes & Company, [s.d.].

SOLÀ-MORALES, Ignasi de - Del contraste a la analogía: transformaciones en la concepción de la intervención arquitectónica. *Lotus International.* N.º 46 (1985).

SOLÀ-MORALES, Ignasi de - Teorías de la intervención arquitectónica. *Quaderns d'Arquitectura i Urbanisme*. N.º 155 (1982).

STRICKER, Eva; BRANDI, Guido; SONDEREGGER, Andreas (et al.) - *Reuse in Construction: A Compendium of Circular Architecture.* Zurique : Park Books, 2022.

VALDIVIESO, María Isabel del Val, coord. - *Monasterios y recursos hídricos en la Edad Media.* Madrid : Asociación Cultural Almudayna, 2013.

VARUM, Humberto; FERREIRA, Teresa Cunha, eds. - *Built Heritage Sustainable Reuse: Approaches, Methodologies and Practices.* Cham : Springer, 2023.

VIOLLET-LE-DUC, Eugène-Emmanuel - *Dictionnaire raisonné de l'architecture française du XIe au XVIe siècle.* T. VIII. Paris : A. Morel, 1866.

XAVIER, António Manuel - *Das Cercas aos Conventos.* Évora : Centro de História da Universidade de Évora, 2004.

Teses e Dissertações

BRAGANÇA, José Manuel de Castro Azevedo - *O couto do Mosteiro de Leça do Balio: organização do território e da paisagem (séculos X–XIV).* Porto : Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2014. Tese de Doutoramento.

CAMPINHO, Regina - *Mosteiro de São Martinho de Tibães: a medida para a casa-mãe dos beneditinos portugueses.* Porto : Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2004. Dissertação de Mestrado.

COSTA, Ângela Dias - *Convento de São Francisco de Coimbra: da construção no século XVII até à recuperação no século XXI.* Porto : Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2018.

GARRIDO OLIVEIRA, Carla - *Intervenções em estruturas monásticas: do conjunto edificado à construção do território.* Porto : Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2009. Dissertação de Mestrado em Metodologias de Intervenção no Património Arquitectónico.

Cartas, Recomendações e Declarações

BOITO, Camillo. *Carta del restauro.* Voto conclusivo do III Congresso dos Engenheiros e Arquitetos Italianos. Roma, 1883.

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE CONSERVAÇÃO - *Carta de Cracóvia 2000: princípios para a conservação e o restauro do património construído.* Cracóvia, 2000.

Gunma Declaration on Heritage Ecosystems. Declaração adotada no International Symposium "Further Evolution of Authenticity through the Lens of Heritage Ecosystems: Heritage, Communities, and Sustainable Development". Takasaki, Gunma, Japão, 11 de janeiro de 2025.

ICOMOS. Carta Internacional sobre a Conservação e o Restauro dos Monumentos e Sítios: Carta de Veneza. Veneza, 1964.

ICOMOS. "The Nara Document on Authenticity (1994)". In *International Charters for Conservation and Restoration: Monuments & Sites I.* Munique: ICOMOS, 2004.

UNESCO. “Recommendation on the Historic Urban Landscape”. In Records of the General Conference, 36th Session, Paris, 25 October-10 November 2011, Volume I: Resolutions. Paris: UNESCO, 2012.

Conferências e conversas

BUSER, Barbara. “Adapt for change”. *Change Matters Conference.* Ordem dos Arquitectos - Secção Regional dos Açores, 2 de março de 2023. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=AbZCqtuIeJY (acedido a 25 de agosto de 2026).

BUSER, Barbara. “Mais do que Casas”. Conferência realizada na Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2023.

MATOS, Bruno. Conversa com a autora. Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, Porto, 13 de julho de 2026.

OLIVEIRA, Maria Manuel. Conversa com a autora. Convento de São Francisco de Real, Braga, 9 de julho de 2026.

RIBEIRO, Anabela Mota. “Entrevista a João Luís Carrilho da Graça”. anabelamotaribeiro.pt, 2008. Disponível em: https://anabelamotaribeiro.pt/joao-luis-carrilho-da-graca-115979 (Consult. 20 ago. 2026).

Memórias descritivas

JLCG ARQUITECTOS. Memória descritiva: Espaço Cultural e de Convenções no Convento de São Francisco em Coimbra. Lisboa: JLCG Arquitectos, (s.d.).

Webgrafia

CENTRO DE ESTUDOS NUNO PORTAS - Moinhos Vivos: um encontro entre património e conservação da biodiversidade fluvial. Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo. (Consult. 21 set. 2026). Disponível em WWW:https://cenp.arq.up.pt/pt/research/projects/moinhos-vivos.

H-ATLAS.PORTO - *Atlas of Architectural Heritage Design: Contributions from the School of Porto*. Porto : Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2022-2024. (Consult. 21 set. 2026). Disponível em WWW:https://heritageatlasporto.arq.up.pt/about/.

HARQUITECTES - Social Housing 2104. (Consult. 21 set. 2026). Disponível em WWW:https://www.harquitectes.com/en/proyectos/ibavi-2104/.

STIRWORLD - H Arquitectes’ social housing in Spain takes an ‘urban mining’ approach to building. (Consult. 21 set. 2026). Disponível em WWW:https://www.stirworld.com/see-features-h-arquitectes-social-housing-in-spain-takes-

Anexos

O **Inventário de reuso adaptativo de estruturas monásticas** foi elaborado como instrumento de apoio à seleção dos casos de estudo. O levantamento incide maioritariamente sobre casos portugueses, desde a década de 1980 até à atualidade, integrando pontualmente intervenções realizadas em Espanha. A inclusão destes casos permite alargar o quadro de referência ao contexto ibérico e introduzir exemplos comparativos, mantendo Portugal como foco principal.

Tipologia	Designação	Ordem Religiosa	Fundação	Localização
convento de	Santa Marinha da Costa	cónegos regrantes de santo agostinho	século IX	Portugal_Braga
convento de	Santa Clara de Ovideo	ordem de santa clara	século XIII	Espanha_Astúrias
convento de	São Paio	ordem de são francisco	século XVI	Portugal_Viana do Caste
convento de	Convento de São Gonçalo	ordem dos pregadores	século XVI	Portugal_Porto
mosteiro de	Santa Maria de Carracedo	ordem de cister	século X	Espanha_ Leão
convento de	Santa Maria de Refóios do Lima	cónegos regrantes de santo agostinho	século. XVI	Portugal_Viana do Caste
mosteiro de	Sant Pere de Rodes	ordem de são bento	século IX	Espanha_Girona
mosteiro de	Flor da Rosa	ordem do hospital de são joão de jerusalém	século XIV	Portugal_Portalegre
convento dos	**Loios**	**cónegos seculares de são joão evangelista**	**século XIX**	**Portugal_Évora**
mosteiro de	Santa Maria do Bouro	ordem de cister	século XIII	Portugal_Braga
convento de	São Francisco de Faro	ordem de são francisco	século XVI	Portugal_Faro
mosteiro de	São Bento da Vitória	ordem de são bento	século XVII	Portugal_Porto
convento de	Santo Domingo	ordem dos pregadores	século XVI	Espanha_Granada
mosteiro de	Santa Clara-a-Velha	ordem de santa clara	século XIII	Portugal_Coimbra
convento de	Sant Francesc	ordem de são francisco	século XVIII	Espanha_Barcelona
convento das	Bernardas	ordem de cister	século XVI	Portugal_Faro
mosteiro de	Santa Maria do Lorvão	ordem de cister	século IX	Portugal_Coimbra
convento de	Madre de Dios	ordem dos pregadores	século XV	Espanha_Sevilha
convento de	São Francisco	ordem de são francisco	século XIII	Portugal_Évora
mosteiro de	San Juan	ordem de são bento	século XI	Espanha_Burgos
moteiro de	Santa María de Armenteira	ordem de cister	século XII	Espanha_Pontevedra
convento de	**São Francisco**	**ordem de são francisco**	**século XVII**	**Portugal_Coimbra**
colégio da	Trindade	ordem da santíssima trindade	século XVI	Portugal_Coimbra
convento de	Bom Jesus	ordem de santa clara	século XV	Portugal_Setúbal
convento de	São Domingos	ordem dos pregadores	século XIII	Portugal_Santarém
mosteiro de	São Martinho de Tibães	ordem de são bento	século XI	Portugal_Braga
mosteiro de	Santa Maria de Seiça	ordem de cister	século XII	Portugal_Coimbra
mosteiro de	Alcobaça	ordem de cister	século. XII	Portugal_Leiria
mosteiro de	São Miguel de Refojos	ordem de são bento	século XII	Portugal_Braga
convento de	Monchique	ordem de são francisco	século XVI	Portugal_Porto
mosteiro de	Leça do Balio	ordem do hospital de são joão de jerusalém	século XIV	Portugal_Porto
convento	Dominicano de São Domingos	ordem dos pregadores	século XIII	Portugal_Lisboa
convento de	**São Francisco de Real**	**ordem de são francisco**	**século VII**	**Portugal_Braga**
mosteiro de	Santa Maria de Sijena	Ordem de Malta	século XII	Espanha_Huesca
convento de	Santa María de los Reyes	ordem de cister	século XVIII	Espanha_Sevilha

Legenda: adaptada a funções residenciais | adaptada a funções hoteleiras | uso educativo_cultural_museológico

	Autoria	Data	Novo Uso	Esratégia	Plataforma de Pesquisa
	Fernando Távora	1972 - 1985	adaptado a pousada	conservação e adição	bibliografia especializada
	Ignacio Álvarez Castelao	1958 - 1966	adaptado a ministério das finanças	conservação e reapropriação	*Google Scholar*
elo	Alfredo Viana de Lima	1980	adaptado a turismo de habitação	consolidação	*Google Scholar*
	Alcino Soutinho	1980	adaptado a museu	conservação	*Google Scholar*
	Salvador Pére Arroyo e Susana Mora	1988 - 1987	adaptado a museu	conservação	*Google Scholar*
elo	Fernando Távora	1986 - 1993	adaptado a escola superior agrária	reapropriação	*Heritage Atlas Porto*
	José Antonio Martínez Lapeña e Elías Torres	1993	adaptado a museu	conservação e reapropriação	*Google Scholar*
	João Luís Carrilho da Graça	1990 - 1995	adaptado a pousada	conservação e adição	bibliografia especializada
	José Paulo dos Santos	**1993 - 1996**	**adaptado a pousada**	**conservação e adição**	**bibliografia especializada**
	Eduardo Souto Moura	1989 - 1997	adaptado a pousada	consolidação e reapropriação	bibliografia especializada
	João Luís Carrilho da Graça	1993 - 1997	adaptado a escola superior de hotelaria	conservação e reapropriação	página do arquiteto
	Carlos Guimarães e Luís Soares Carneiro	1985 - 2001	adaptado a vários usos	reapropriação e conservação	*Heritage Atlas Porto*
	Antonio Torrecillas e Elisa Ramos	2004	adaptado a espaço cultural	reapropriação	*Google Scholar*
	Atelier 15	2001 - 2009	adaptado a museu	consolidação	*Heritage Atlas Porto*
	David Closes	2011	adaptado a espaço cultural	conservação e adição	*Google Scholar*
	Eduardo Souto Moura	2006 - 2012	adaptado a habitação coletiva	conservação e adição	*Heritage Atlas Porto*
	João Mendes Ribeiro	2013	adaptado a museu	conservação	*Google Scholar*
	Sol89	2014	adaptado a espaço de arte contemporânea	reapropriação	bibliografia especializada
	Adalberto Dias	2015	adaptado a museu	reapropriação	*Heritage Atlas Porto*
	BSA Arquitectos	2015	adaptado a espaço cultural	reapropriação e conservação	*Google Scholar*
	Rodríguez + Pintos Arquitectos	2015	adaptado a atelier de produção artesanal	conservação e adição	*Google Scholar*
	João Luís Carrilho da Graça	**1996 - 2016**	**adaptado a centro cultural e de congressos**	**conservação e adição**	**Repositório Aberto da U.P**
	Aires Mateus	2016	adaptado a casa da jurisprudência	adição e reapropriação	página do arquiteto
	João Luís Carrilho da Graça	2021	adaptado a museu	conservação e reapropriação	página do arquiteto
	João Luís Carrilho da Graça	2021	adaptado a museu	reapropriação	página do arquiteto
	PFMJ Arquitetos	2021	adaptado a museu e escola de restauro	conservação e adição	*Google Scholar*
	Atelier 15	2022	adaptado a espaço cultural	conservação e adição	*Google Scholar*
	Eduardo Souto Moura	2022	adaptado a hotel	conservação	Repositório Aberto da U.P
	PFMJ Arquitetos	2022	adaptado a tribunal de comarca	conservação	*Google Scholar*
	José Paulo dos Santos	2003 - 2023	adaptado a hotel	consolidação e reapropriação	Repositório Aberto da U.P
	Álvaro Siza Vieira	2023	adaptado a sede da fundação livraria lello	conservação e adição	Heritage Atlas Porto
	GRCA	2023	adaptado a hotel	reapropriação	*Google Scholar*
	Maria Manuel Oliveira	**2015-2024**	**adaptado a unidade de arqueologia da U.M.**	**conservação e adição**	**bibliografia especializada**
	Pemán y Franco, Sebastián Arquitectos	2021 - 2024	adaptado a museu	conservação e adição	*Google Scholar*
	Pablo Milán e Estudio Veintidós	2024	adaptado a espaço cultural	consolidação	bibliografia especializada

adaptada a utilização administrativa

Património e Reuso:
Estratégias Contemporâneas de Intervenção em Estruturas Monásticas (Évora, Coimbra e Braga)

Joana Maria Costa Coelho

FACULDADE DE ARQUITETURA